

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

GISELE GUTSTEIN GÜTTSCHOW

**CAMPANHA NACIONAL DE ERRADICAÇÃO DO ANALFABETISMO:
IMPLEMENTAÇÃO EM SANTA CATARINA E O “COBAIA” JOINVILLE (1958-1963)**

CURITIBA

2011

GISELE GUTSTEIN GÜTTSCHOW

**CAMPANHA NACIONAL DE ERRADICAÇÃO DO ANALFABETISMO:
IMPLEMENTAÇÃO EM SANTA CATARINA E O “COBAIA” JOINVILLE (1958-1963)**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Educação, ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná. Linha de Pesquisa: História e Historiografia da Educação.

Orientador: Prof^a Dra. Nadia Gaiofatto Gonçalves.

CURITIBA

2011

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS
BIBLIOTECA CENTRAL – COORDENAÇÃO DE PROCESSOS TÉCNICOS

-
- G985c Güttschow, Gisele Gutstein, 1977-
Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo
[manuscrito] : implementação em Santa Catarina e o “Cobaia”
Joinville (1958-1963) / Gisele Gutstein Güttschow. – 2011.
149 f. : tabs. ; 30 cm.
- Impresso.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de
Educação, Programa de Pós-graduação em Educação, 2011.
“Orientadora: Profª. Drª. Nádia Gaiofatto Gonçalves”.
Bibliografia: f. 118-124.
1. Educação - História. 2. Analfabetismo - Joinville. I.
Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-graduação em
Educação. II. Gonçalves, Nádia Gaiofatto. III. Título.
- CDD: 379.24



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO



PARECER

Defesa de Dissertação de **GISELE GUTSTEIN GUTTSCHOW** para obtenção do Título de MESTRE EM EDUCAÇÃO. Os abaixo-assinados, DR^a NADIA GAIOFATTO GONÇALVES (Presidente), DR^a LIANE MARIA BERTUCCI, DR^a LEZIANY SILVEIRA DANIEL, e DR. MARCUS VINÍCIUS DA CUNHA, arguiram, nesta data, a candidata acima citada, a qual apresentou a seguinte Dissertação: **“CAMPANHA NACIONAL DE ERRADICAÇÃO DO ANALFABETISMO: IMPLEMENTAÇÃO EM SANTA CATARINA E O “COBAIA” JOINVILLE (1958-1963)”**.

Procedida a arguição, segundo o Protocolo aprovado pelo Colegiado, a Banca é de Parecer que a candidata está apta ao Título de MESTRE EM EDUCAÇÃO, tendo merecido as apreciações abaixo:

BANCA	ASSINATURA	APRECIÇÃO
DR ^a NADIA GAIOFATTO GONÇALVES		Aprovado
DR ^a LIANE MARIA BERTUCCI		APROVADA
DR ^a LEZIANY SILVEIRA DANIEL		Aprovado
DR. MARCUS VINÍCIUS DA CUNHA		aprovado

Curitiba, 24 de fevereiro de 2011.

Prof^a Dr^a Mônica Ribeiro da Silva
Vice-Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação

Prof^a. Dr^a. Mônica Ribeiro da Silva
Vice-Coordenadora do Programa de
Pós-Graduação em Educação
Matr.: 125750

**Dedico ao meu amado marido
Eduardo que me auxiliou de todas as maneiras possíveis.**

AGRADECIMENTOS

Agradeço a professora Dra. Ana Maria P. Liblik pelo estímulo, tão significativo, a mim conferido para meu primeiro passo para o ingresso no Mestrado.

Agradeço a minha orientadora professora Dra. Nadia, de quem sempre lembrarei com eterno carinho e respeito, por toda a atenção, paciência, confiança e orientação prestadas no decorrer desta pesquisa.

Aos professores do programa Liane Maria Bertucci, Marcus Taborda de Oliveira e Vera Marques, por despertar meu olhar para outros temas e fontes de pesquisa na História da Educação.

Em especial, carinho e admiração à professora Serlei M. F. Ranzi por me aceitar no estágio de docência e contribuir de forma significativa na minha carreira docente.

À professora Dra. Leziany Silveira Daniel que, além de carinhosamente ter aceito participar das minhas bancas de qualificação e defesa, contribuiu com este estudo com informações, materiais e fontes de pesquisa.

Ao Arquivo Histórico de Joinville, em especial à minha ex-professora Arselle Andrade Fontoura, a Maria Judite, a Bia e a Eliana que e muito me auxiliaram na compilação de ideias e na busca das fontes.

À minha ex-professora Iara Andrade Costa cuja produção bibliográfica contribuiu para despertar o meu interesse pela pesquisa, tendo ainda me apoiado com as fontes de seu acervo particular.

Ao meu afilhado Felipi que me ajudou na busca das fontes na Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC.

Aos meus colegas de turma que participaram comigo nessa empreitada.

Por fim presto especial agradecimento ao meu marido Eduardo e ao meu enteado Victor por toda a compreensão e paciência nessa minha fase da vida.

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo compreender a constituição da Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (CNEA) bem como a escolha e a implementação em Joinville desse plano de ação educacional vinculado ao Ministério da Educação e Cultura (MEC), cuja duração corresponde ao período de 1958 a 1963. Essa campanha nasceu do conjunto de medidas idealizadas durante o mandato de Juscelino Kubitschek e se estendeu aos governos posteriores, de Jânio Quadros e João Goulart. Os estudos e pesquisas que permearam a constituição da CNEA ficaram ao encargo do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE) e dos Centros Regionais de Pesquisas Educacionais (CRPEs), órgãos ligados ao INEP. A CNEA foi implantada em vários municípios brasileiros, intitulados cobaias, espalhados por todas as regiões do país. Com esta pesquisa buscou-se compreender a implementação da CNEA no estado de Santa Catarina, com ênfase em especificidades do município de Joinville. As fontes utilizadas para esta pesquisa foram os impressos do jornal A Notícia; relatórios de escolas e da inspetoria escolar municipal; leis e decretos federais, estaduais e municipais; artigos da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos; a monografia de João Roberto Moreira, intitulada A educação em Santa Catarina: Sinopse apreciativa sobre a administração, as origens e a difusão de sistema estadual de ensino de 1954; os livros Educação e Desenvolvimento em Santa Catarina e Um esquema para a educação em Santa Catarina; o relatório sobre a CNEA, elaborado pelo coordenador da campanha nacional, João Roberto Moreira, bem como bibliografias pertinentes ao objeto de estudo. O primeiro capítulo aborda a constituição da CNEA a nível federal e a participação dos intelectuais na criação da mesma. O segundo capítulo expõe os meandros que a campanha foi implementada em Santa Catarina. Por fim o último capítulo compreende as razões que levaram a escolha de Joinville para a implementação da CNEA no município, bem como as especificidades dessa implementação.

Palavras-chave: História da Educação. Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo. Santa Catarina. Joinville.

ABSTRACT

This study has the objective of comprehending the plan of educational action denominated Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo – CNEA (National Campaign for the Eradication of Illiteracy), as well as the selection and implementation in Joinville of this plan of educational action linked to the Ministry of Education and Culture, which period of duration corresponds to the years of 1958-1963. This campaign was born from the group of measures idealized during the Juscelino Kubitschek's presidency, and it extended to the next governments, of Janio Quadros and João Goulart. The studies and researches that permeated the constitution of the CNEA, were in the charge of the Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos - INEP (National Institute of Pedagogical Studies), from the Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE) (Brazilian Center of Educational Researches) and the Centros Regionais de Pesquisas Educacionais (CRPEs) (Regional Centers of Educational Researches), organs linked to the INEP.

The CNEA was implanted in several Brazilian cities, named "cobaias", scattered through all the regions of the country. This research intended to comprehend the implementation of the CNEA in the state of Santa Catarina, emphasizing the specificities of the city of Joinville.

The sources utilized for this research were the printings of "A Notícia" newspaper; reports from the schools and the municipal school inspectorate; the federal, intrastate and municipal laws and decrees; articles from the Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (Brazilian Magazine of Pedagogical Studies); the 1954 monograph by João Roberto Moreira, entitled A educação em Santa Catarina: Sinopse apreciativa sobre a administração, as origens e a difusão de sistema estadual de ensino (The education in Santa Catarina: Appreciative synopsis about the administration, the origins and the diffusion of the state's system of education); the books Educação e desenvolvimento em Santa Catarina (Education and development in Santa Catarina) and Um esquema para a educação em Santa Catarina (A scheme to the education in Santa Catarina); the report about the CNEA, elaborated by the coordinator of the national campaign, João Roberto Moreira, as well as bibliographies pertinent to the study's object.

The first chapter addresses the constitution of the CNEA at federal level and the intellectual participation in its creation. The second chapter exposes the difficulties found in the implementation of the campaign in Santa Catarina. Finally, the last chapter comprehends the reasons who led to the selection of Joinville to the implementation of the CNEA in the city, as well as the specificities of this implementation.

Key words: History of Education, National Campaign for the Eradication of Illiteracy, Santa Catarina. Joinville.

LISTA DE SIGLAS

ABE	- Associação Brasileira de Educação
AHJ	- Arquivo Histórico de Joinville
CBPE	- Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais
CEAA	- Campanha de Educação de Adultos e Adolescentes
CEPAL	- Comissão Econômica para a América Latina e Caribe
CEPE	- Centro de Pesquisas Educacionais
CILEME	- Campanha de Inquéritos e Levantamentos do Ensino Médio e Elementar
CNEA	- Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo
CNEC	- Campanha Nacional de Educandários Gratuitos
CNER	- Campanha Nacional de Educação Rural
CNI	- Confederação Nacional da Indústria
CRPE	- Centro Regional de Pesquisas Educacionais
FGV	- Fundação Getúlio Vargas
FIESC	- Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INEP	- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
ISEB	- Instituto Superior de Estudos Brasileiros
MEC	- Ministério da Educação e Cultura
ONU	- Organização das Nações Unidas
PCB	- Partido Comunista do Brasil
PDC	- Partido Democrata Cristão
PL	- Partido Libertador
PLAMEG	- Plano de Metas do Governo
PLC	- Partido Liberal de Santa Catarina
POE	- Plano de Obras e Equipamentos
PPGE	- Programa de Pós-Graduação em Educação
PROEDES	- Programa de Estudos e Documentação Educação e Sociedade
PRP	- Partido de Representação Popular
PSD	- Partido Social Democrático
PSP	- Partido Social Progressista
PTB	- Partido Trabalhista Brasileiro
RBEP	- Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos

- SIRENA - Sistema Rádio Educativo Nacional
- UDN - União Democrática Nacional
- UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
- UFPR - Universidade Federal do Paraná
- UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro
- USP - Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	10
1	CONSTITUIÇÃO DA CAMPANHA NACIONAL DE ERRADICAÇÃO DO ANALFABETISMO – CNEA 1958-1963	29
1.1	DESENVOLVIMENTO E EDUCAÇÃO (1958 A 1963)	31
1.1.1	Pressupostos para a criação da CNEA	39
1.2	PROPOSIÇÕES DE INTELECTUAIS PARA A CNEA	46
1.3	O PROJETO CNEA CONSOLIDADO	51
2	PROCESSO DE CONSOLIDAÇÃO DA CNEA NO ESTADO DE SANTA CATARINA	60
2.1	PANORAMA POLÍTICO DE SANTA CATARINA PARA O DESENVOLVIMENTO DA CNEA	61
2.2	CONDIÇÕES EDUCACIONAIS DO ESTADO CATARINENSE PARA O RECEBIMENTO DA CNEA	69
2.3	A EFETIVAÇÃO DA CNEA NO ESTADO CATARINENSE	75
3	ESCOLHA DE JOINVILLE COMO “COBAIA” DA CNEA E O PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DA CAMPANHA	83
3.1	ASPECTOS EDUCACIONAIS DE JOINVILLE	87
3.2	ASPECTOS POLÍTICOS NA EDUCAÇÃO JOINVILLENSE	94
3.3	IMPLEMENTAÇÃO DA CNEA EM JOINVILLE	98
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	115
5	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	118
6	OBRAS CONSULTADAS	125
7	ANEXOS	132

INTRODUÇÃO

Durante a leitura do livro **Tempos de educar: os caminhos da história do ensino na rede municipal de Joinville/SC: 1851-2000**, um trecho em especial despertou-me interesse¹:

O governo federal escolheu quarenta municípios brasileiros, depois de ter levantado todas as suas necessidades e pesquisas socioeconômicas e culturais, para transformá-los em ‘cobaias’ dos planos de ação do Ministério da Educação e Cultura. Joinville e Tubarão foram as cidades catarinenses escolhidas para esse programa de tamanha importância educacional, o que significa não só o aumento do número de escolas, como também técnicas modernas no campo pedagógico e novos rumos no terreno da instrução. (COSTA; GABARDO; FREITAS, 2005, p. 103-104).

A partir dessa leitura, muitas indagações surgiram, mas algumas foram constantes. Uma delas diz respeito a quais eram e como se chamavam os planos de ação educacional do Ministério da Educação e Cultura (MEC). A outra refere-se ao critério que foi utilizado para a seleção dos municípios que participaram dessas ações. Na sequência, busquei descobrir a razão da escolha do município de Joinville e como foram desenvolvidos, na cidade, esses planos de ação educacional.

Aguçada por esses questionamentos e com a pretensão de esclarecê-los, recorri ao arquivo do jornal **A Notícia** e ao Arquivo Histórico de Joinville (AHJ), em busca de fontes relativas a leis, documentos, relatórios e jornais diários que se reportassem a esse momento da história de Joinville.

Ao finalizar essa busca, as indagações e as fontes se entrelaçaram numa cadeia de ideias, que resultaram em um projeto de pesquisa apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), em nível de Mestrado, da Universidade Federal do Paraná (UFPR), com o título **Joinville será “cobaia” da erradicação do analfabetismo**. O objetivo geral dessa primeira intenção de pesquisa permaneceu inalterado: compreender a constituição da Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (CNEA) bem como a escolha e a implementação em Joinville desse plano educacional vinculado ao Ministério da Educação e Cultura (MEC) no município.

¹ Esse fragmento tem como base matéria do jornal **A Notícia**, do dia 17 de fevereiro de 1960, com o título: **Joinville será “cobaia” da erradicação do analfabetismo**.

Posteriormente, foram estabelecidos os seguintes problemas específicos: cotejar a constituição desses planos educacionais do MEC; entender o contexto para a implementação dessas ações no Estado de Santa Catarina e quais as características que enquadravam Joinville como receptor desses planos educacionais; bem como identificar as peculiaridades dessas ações no município joinvillense. Considero que “os elementos do micro, recolhidos pelo historiador, são como a ponta de um *iceberg* que aflora e que permite cristalizar algo e atingir outras questões que não se revelam a um primeiro olhar” (PESAVENTO, 2004, p. 73). Nesse sentido, ao analisar especificidades do processo no município de Joinville, tornou-se possível identificar características gerais dos planos educacionais estabelecidos pelo MEC bem como suas particularidades, observados no município².

No primeiro momento desta pesquisa, foi possível vislumbrar o tema superficialmente, de modo que seria necessário aprofundar os estudos para visualizá-lo como um todo, entender a trama desses planos educacionais, bem como a escolha dos municípios, e fazer, como diz Bloch (2001, p. 52), uma “escolha de historiador”. Optou-se, a partir desse ponto, por alguns caminhos que se transformaram em etapas a serem vencidas. Em primeira instância, cabia identificar a denominação e o que eram esses planos de ação educacional do MEC, bem como se mostrava imprescindível conhecer o contexto em que foram implementados.

Os planos de ação inseriam-se no âmbito de um programa de governo chamado Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (CNEA), cujo desenvolvimento ocorreu entre os anos de 1958 e 1963³. Esta ação foi criada junto com um conjunto de medidas relativas ao governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) e estendido aos de Jânio Quadros (31 de janeiro a 25 de agosto de 1961) e de João Goulart (1961-1964) (PAIVA, 1985).

Sobre a campanha em questão, bem como em relação à implementação da mesma, na cidade de Joinville, não foram encontradas bibliografias com abordagens específicas, mas sim referências voltadas à criação e aos órgãos ligados ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e à educação de jovens e adultos. Em suma, no desenrolar das discussões, estes trabalhos contribuíram para a pesquisa por trazerem subsídios sobre o percurso histórico das

² Realizadas as justificativas e objetivos pessoais dessa dissertação, opto, a partir desse momento, por utilizar escrita através da terceira pessoa singular.

³ A CNEA foi criada no ano de 1958 baseada num programa experimental de combate ao analfabetismo do MEC e foi extinta em 1963 (PAIVA, 1985).

campanhas ou ações educativas, desenvolvidas ao longo da história educacional brasileira, com o objetivo de acabar com o analfabetismo entre crianças, jovens e adultos.

Dentre essas obras, destaca-se a de Paiva (1985) **Educação Popular e educação de adultos**, porque apresenta a configuração e a descrição dos movimentos da educação popular de jovens e adultos, do período colonial brasileiro até a república, tanto em nível nacional quanto mundial. O texto apresenta dados educacionais, principalmente índices de analfabetismo e o preconceito contra os analfabetos entre a população brasileira e pressupostos ideológicos de governantes, intelectuais e educadores sobre o tema. Aborda o contexto estudado nessa pesquisa bem como a campanha em questão trata dos aspectos políticos, sociais e econômicos da educação e sobre o pensamento de intelectuais e profissionais ligados aos pressupostos educacionais nos anos de 1950/60.

A dissertação de Chagas (2003), **Educação de jovens e adultos: a experiência do PEJ no município do Rio de Janeiro**, mesmo que centrada no trabalho realizado pelo Projeto de Educação Juvenil (PEJ), auxilia na compreensão do processo histórico das políticas educacionais voltadas aos jovens e adultos do período republicano do país. O autor faz um resgate histórico das campanhas educacionais de combate ao analfabetismo, principalmente a partir dos anos 1930, de uma fase de campanhas destinadas a combater o analfabetismo e de políticas educacionais priorizadas ao público jovem e adulto.

A tese de Márcia dos Santos Ferreira, intitulada: **Centros de Pesquisa do INEP: pesquisa e política educacional entre as décadas de 1950 e 1970** (2006) trata da atuação do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE) e dos Centros Regionais de Pesquisas Educacionais (CRPE), no período de 1950 a 1970. Esta autora traça o histórico da constituição destes centros de pesquisa vinculados à criação do INEP⁴ e à dinâmica do MEC, bem como ao trabalho desses órgãos frente aos estudos e elaboração de políticas educacionais, associado aos planos de desenvolvimento econômico e social do governo federal. Sua contribuição para a elaboração desta dissertação está na trajetória do processo de criação dos Centros

⁴ O INEP foi criado pelo então ministro Gustavo Capanema, em 1937, sendo que “O INEP se denomina atualmente Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, tendo recebido essa última denominação em homenagem ao educador, falecido em 1971, por ocasião das comemorações do seu centenário de nascimento” (MENDONÇA, 2005, p. 3).

de Pesquisas Educacionais, mas também, principalmente, na elucidação sobre os primeiros municípios pesquisados⁵, sobre suas condições econômicas, sociais e educacionais que, transformadas em dados, auxiliariam para a compreensão sobre como foi constituída a CNEA.

É na pesquisa que o trabalho do historiador se faz necessário. Não mais como algo amplo, pretendendo esboçar uma história total, mas como um esforço investigativo, cujo pesquisador que o faz é dotado de um olhar específico e reflexivo, sem perder de vista o contexto do objeto a ser estudado. É preciso lembrar ainda que o propósito pesquisado está num escopo de inter-relações, que vai paulatinamente se reorganizando a cada período, e possui sua rede de contextualizações e delineações (BOUTIER; JULIA, 1998). Por isso, é esperado, após o término dessa pesquisa que outras visões e novas indagações sejam lançadas sobre a CNEA e seu desdobramento na cidade de Joinville.

Este estudo está centrado no terreno de análises da História da Educação, que conflui nos pressupostos teóricos da História Cultural. Segundo Fonseca (2003), há recorrentes debates sobre a determinação do lugar da História da Educação e de suas relações com as diversas possibilidades de abordagem. Sem pretender entrar na pauta dessas discussões nessa pesquisa optou-se pela abordagem de Fonseca, cujo entendimento aponta esta área como um campo de investigação da historiografia que se utiliza dos pressupostos teórico-metodológicos da História Cultural para repensar seus problemas e reorientar seus interesses. Por consequência, esta definição abre possibilidades de dialogar com outros setores do conhecimento e de utilizar vários conceitos, como representação e apropriação, imaginário, noção e circularidade entre outros.

Além disso, a História da Educação vêm, através de seus objetos de estudos, ganhando terreno nas abordagens das pesquisas históricas contemporâneas. Fixa-se a importância dos estudos no campo educacional, quando se entende

educação considerando-a em relação ao contexto social no qual se insere, observando que ela só tem significado explicativo dentro de um

⁵ Nas bibliografias encontradas há muitas divergências sobre os primeiros municípios pesquisados pelos Centros de Pesquisas Educacionais que deram base para a construção do projeto da Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo. Dentre esses estudos a tese de Ferreira (2006) oferece claras e detalhadas explicações sobre os planos realizados em cada município.

determinado processo, no qual estão presentes fatores sociais, políticos e econômicos, que se influenciam mutuamente (CARVALHO; ARAUJO; GONÇALVES NETO, 2002, p. 71).

É nessa premissa que se pretendeu contextualizar a CNEA e sua implementação na cidade de Joinville: como uma decisão política com imbricações nos campos econômico e social.

Em relação às fontes utilizadas no terreno da História da Educação, os estudos nesse campo de investigação caminham por diferentes “possibilidades latentes de fontes diversas” (TABORDA DE OLIVEIRA, 2007, p. 7), sendo algumas compiladas nesta pesquisa. As fontes fazem parte das *escolhas do historiador*, e se tornam tal quando o historiador lhes confere essa significação. É a partir delas que o pesquisador vai dando corpo à sua investigação, pois a fonte é o elo de ligação com o objeto a ser estudado. É através da reunião dessas com o olhar direcionado que se encontrarão respostas para as indagações iniciais e outras que surgirão durante o processo de pesquisa (RAGAZZINI, 2001).

Sob esse ponto de vista, este estudo teve como início a incursão em parte da historiografia que contribui pelo entendimento das articulações das políticas educacionais na trajetória da educação no Brasil considerando-se um contexto delimitado. Verifica-se que a História da Educação no país está concomitantemente anexada ao processo político, sendo que

as principais medidas e reformas educacionais foram gestadas e aprovadas por dirigentes, seja por programas criados na esfera do governo central das esferas executivas, sem consulta à população, seja atendendo às demandas da sociedade” (COSTA; GABARDO; FREITAS, 2005, p. 8).

Nesse aspecto encontram-se pesquisas, como por exemplo, a **História das Ideias Pedagógicas no Brasil**, de Saviani (2010), que evidenciam o percurso histórico, de forma linear, das inúmeras empreitadas educacionais e das ideias pedagógicas desde o Brasil Colônia até os dias atuais, criadas nos mandatos dos sucessivos chefes de governo do Brasil. Referente ao período delimitado nessa pesquisa fornece informações sobre o contexto contribuindo com dados e informações relevantes para essa dissertação, os quais, no entanto, foram analisados segundo um contexto específico. Demonstram, por exemplo, que durante os períodos relativos ao Brasil - Colônia, ao Império ou à República, os que estavam

à frente do comando no país se debruçaram, com suas particularidades, sobre a educação brasileira.

No caso da CNEA, ela foi um empreendimento agregado à trigésima meta⁶ do plano governamental intitulado Plano de Metas do governo Juscelino Kubitschek. Nos seus discursos sobre educação, há um contexto inicial que se refere às condições do crescente desenvolvimento econômico do Brasil, nos anos de 1950, e sua progressão nos anos de 1960. Configuravam-se, no plano social, novas condições de vida e, ao mesmo tempo, urgia no país a necessidade de formação de trabalhadores qualificados. Para garantir que elementos como desenvolvimento econômico, novas condições sociais e necessidades da nação caminhassem juntos, foi imposta “a adoção de novos processos educativos e a atualização dos em vigor” (INEP, 1987, p. 253). A junção desses elementos não é inaugural da política governamental do presidente Juscelino Kubitschek. Pelo menos desde a proclamação da República no Brasil

a instrução era vista como sinônimo de progresso e desenvolvimento, e o demonstrativo desses índices seria a escolarização da população. Insistia-se na importância da educação pelo trabalho e da aprendizagem de uma técnica profissional para todos aqueles que passassem pelo sistema público de ensino. (COSTA; GABARDO; FREITAS, 2005, p. 52).

Porém, o que vale salientar é que a educação, nos anos de 1950, ganhou importância como um campo de estudos e pesquisa científica associado aos conceitos e métodos das Ciências Sociais (SCHEIBE; DAROS; DANIEL, 2006). Através dessa orientação, foram utilizados conhecimentos científicos para proposição de soluções aos problemas do setor educacional (MENDONÇA, 2006). Essa ideia está presente nas mensagens presidenciais de Juscelino Kubitschek, em 1956, quando enfatizou que a educação e seus problemas deviam ser pesquisados através do INEP e seus órgãos, a fim de verificar a realidade da educação nas diversas regiões brasileiras. Essas pesquisas, realizadas nos anos de 1950 e 1960,

⁶ Juscelino Kubitschek junto com sua equipe construiu um plano governamental chamado Plano de Metas composto de 30 metas, incluindo ainda a meta síntese relativa à construção de Brasília. Estas metas foram divididas em cinco setores assim distribuídos: 1 a 5: energia; 6 a 12: transportes; 13 a 18: alimentação; 19 a 29: indústria de base; e 30: educação (BENEVIDES, 1976). A educação, que abarcava somente uma meta voltava-se apenas à formação e capacitação de profissionais ligados aos outros quatro setores de investimentos do Plano de Metas (LAFER, 1973).

foram divulgadas em artigos da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP)⁷, redigidos por diversos autores e condensados em relatórios e livros. Mas os textos que mais interessaram a esta pesquisa foram os de autoria de João Roberto Moreira⁸, pelo fato de que esse autor catarinense ter sido designado pelo então Ministro Clóvis Salgado como coordenador da CNEA.

O uso dessas fontes foi útil para a compreensão das concepções, pontos de vista e desenvolvimento da educação brasileira, no plano de ação educacional, objetivada nos moldes desenvolvimentistas do governo de Juscelino Kubitschek. Este, quando falou sobre a atualização dos sistemas educativos, referiu-se a uma confluência entre as escolas de orientação humanística e as técnico-profissionais. Nesse aspecto, enfatizou que

Não existe divórcio [...] entre o preparo técnico apurado e a cultura intelectual nas suas formas mais elevadas. O problema da educação brasileira é conciliar, em base ampla de recíproca interpretação, o ensino tecnológico e a formação cultural nas disciplinas da ciência pura” (INEP, 1987, p. 275).

⁷ A RBEP, publicação do INEP, foi fundada em 1944 durante a coordenação de Manoel Bergstrom Lourenço Filho e é lançada até o momento com periodicidade quadrimestral. Seus artigos são resultados de pesquisas e estudos que visam cooperar com o desenvolvimento do setor da educação bem como oferecer dados às políticas educacionais. A escolha de determinados artigos dessa revista enquanto fonte utilizada para elaborar essa dissertação deve-se à pertinência do conteúdo quanto aos desdobramentos e quesitos que envolveram a construção e trajetória da CNEA. A RBEP *on line* encontra-se disponível em: <<http://rbep.inep.gov.br/index.php/RBEP>>. Acesso em: 15 jul. 2010.

⁸ Moreira, natural de Mafra, SC, cursou o ensino primário em Joinville, no Grupo Escolar Conselheiro Mafra. Foi diretor nessa mesma escola nos anos de 1934 e 1935. Em seguida estudou humanidades clássicas em São Leopoldo, RS. Formou-se em Pedagogia pela Universidade Católica do Rio de Janeiro, tendo feito diversos cursos de extensão no Brasil, EUA e França. Especializado em Sociologia e Psicologia da Educação na Universidade de São Paulo (USP), foi professor concursado de Português e Literatura na Escola de Professores de Ponta Grossa, PR, além de professor de Psicologia, Pedagogia e Didática no Instituto de Educação do Estado de Santa Catarina, onde também foi diretor até 1943. Nesse momento iniciou a sua aproximação com Fernando Azevedo. Em 1947 foi aprovado em concurso do INEP para comandar a Seção de Documentação e Intercâmbio daquela instituição. Dirigiu, em 1951, o Colégio de Cataguases, em Minas Gerais, além de coordenar e ser vice-diretor do Colégio Nova Friburgo, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), no Rio de Janeiro, entre 1952 e 1953. No INEP conheceu Anísio Teixeira, por quem foi designado como coordenador da Campanha de Inquéritos e Levantamentos do Ensino Médio e Elementar (CILEME), tendo ainda auxiliado no planejamento do CBPE, até sua designação pelo então Ministro da Educação Clóvis Salgado, a partir de 1957, para dirigir a CNEA. Crê-se que foi devido à articulação e influência política adquirida ao longo de sua carreira em diferentes cidades do Brasil, como coordenador e diretor de colégios e ações do INEP, somado à formação acadêmica, que João Roberto Moreira foi escolhido como coordenador CNEA (DANIEL, 2003). Parte do acervo de João Roberto Moreira encontra-se disponível no Programa de Estudos e Documentação Educação e Sociedade (PROEDES) da UFRJ (Disponível em: <<http://www.proedes.fe.ufrj.br/arquivo/joao.htm>>. Acesso em 15/07/2010). Vários artigos e livros de Moreira encontram-se no INEP.

O quadro educacional brasileiro, segundo os dados de 1954, apontava que 40% da população não tinha acesso à escola e os que estavam em idade escolar ficavam sem instrução. Isso demonstrava o grande distanciamento entre o desejo de desenvolvimento para o país e a situação educacional naquele momento, pois não havia profissionais formados, muito menos pessoas minimamente alfabetizadas para ocupar os postos de trabalho desejáveis segundo a política desenvolvimentista proposta nos anos de 1950 (INEP, 1987, p. 258-259).

A solução encontrada, conforme as mensagens educacionais proferidas em 1958 pelo presidente Juscelino Kubitschek, ao Congresso Nacional, foi a de iniciar, em determinadas áreas, experimentos com a finalidade de produção de dados, que resultaram na proposição da CNEA. Os estudos realizados ficaram ao encargo do trabalho conjunto dos órgãos do CBPE e CRPE, subordinados ao INEP, do MEC. Juscelino endossou na mensagem educacional de 1959 apresentada ao Congresso Nacional, que

Dessas pesquisas resultará não só uma análise científica da situação do ensino elementar no interior do Brasil, como também a fixação de métodos objetivos e práticos. De posse desses documentos será possível elaborar, então, o plano nacional de erradicação do analfabetismo e de reajustamento do sistema educacional elementar do País. (INEP, 1987, p. 313)

Os propósitos iniciais estabelecidos eram de atingir uma alfabetização de 90% da população de faixa etária de 14 a 35 anos para a amostra experimental definida.

Porém, em 1959

Preferiu o Governo encetar uma experimentação, com o objetivo de determinar forma e custo de um reajustamento, no sistema educacional brasileiro, que o capacitasse a escolarizar todas as crianças de 7 a 14 anos, na cidade e no campo, estancando o incremento de analfabetos adultos. E [...] estabelecer métodos mais adequados, [...] às condições locais e aos imperativos do desenvolvimento nacional. (INEP, 1987, p. 312-313).

Os experimentos realizados a princípio no município de Leopoldina, em Minas Gerais, foram tão positivos que, ao ser encaminhada uma proposta de financiamento de novo projeto para o Congresso, este não só designou verbas para tal empreendimento como também fez uma mudança significativa, definindo que

os recursos deveriam ser aplicados por uma Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo, através de um plano piloto em um município de cada uma das regiões Norte, Nordeste, Leste, Centro-Oeste e Sul do país. [...] A Campanha deveria ser uma tentativa de ensinar 'métodos e processos de elevação do nível cultural de nossa população e, portanto, também, de erradicação do analfabetismo com especial preocupação em determinar seu custo e sua possibilidade de aplicação em massa, a curto prazo, com eficiência e êxito certo. [...] a CNEA preocupava-se com a educação popular de crianças e adultos e com a contribuição potencial ao desenvolvimento econômico-social. Sua programação, destinada a diversas faixas de idade, visava combater o analfabetismo em todas as suas frentes, enfocando-o como fenômeno social que tem causas sócio-econômicas que devem ser conhecidas. (PAIVA, 1985, p. 215)

Para alcançar os objetivos da campanha a partir das mudanças anunciadas pelo Congresso, foi instituída, através do Decreto 47.251, de 17 de novembro de 1959, a CNEA, que tinha por escopo criar atividades experimentais a fim de fornecer base e direção aos serviços educacionais e não deveria medir esforços na socialização da população local à educação. Seguiria em paralelo o "... aumento do número de escolas, como também técnicas modernas no campo pedagógico e novos rumos no terreno da instrução" (COSTA; GABARDO; FREITAS, 2005, p.104). Mas ao contrário do que sugere essa intenção hoje, ou seja, erradicação do analfabetismo entre jovens e adultos, a Campanha abrangeu esta idéia no Decreto 51.222 de 22 de agosto de 1961.

Ao longo da sua trajetória (1958-1963), a CNEA se estendeu a trinta e quatro centros representativos das regiões Norte, Nordeste, Leste, Centro-Oeste e Sul do Brasil, sendo um deles o município de Joinville (PAIVA, 1985).

A escolha de Joinville, destinado a ser "cobaia"⁹ do plano de ação do governo federal, a CNEA, decorreu do contexto educacional do Estado de Santa Catarina. No recenseamento de 1940, o Estado catarinense figura, em relação aos demais Estados brasileiros, em terceiro lugar no quesito alfabetização. Os dados mostravam que os alfabetizados compreendiam 60% da população de 10 e mais anos de idade. Já no recenseamento de 1950, foi identificada a mudança de 10 para 5 e mais anos de idade, quanto à capacidade de ler e escrever, que abrangia 56,63% da população (MOREIRA, 1954, p. 91). Estes dados, em comparação com os demais Estados brasileiros, definiam que a situação educacional catarinense

⁹ Cobaia era o termo utilizado para designar o município escolhido pelo governo federal para sediar o programa experimental de combate à erradicação do analfabetismo no Brasil. No Estado de Santa Catarina, dois municípios foram selecionados: Tubarão e Joinville.

[...] é boa. Dos dezoito e meio milhões de brasileiros que, em 1950, sabiam ler e escrever, apenas $\frac{1}{4}$ tinha curso primário completo, ou seja, cerca de 10% da população total, ao passo que, dos 720 mil catarinenses que sabiam ler e escrever, mais de $\frac{1}{3}$ tinha curso primário completo, ou seja, cerca de 17% da população total do Estado. (MOREIRA, 1954, p. 93).

Mas mesmo com esta situação, a educação do Estado catarinense estava aquém dos propósitos desenvolvimentistas do governo. Em 1954, o INEP elaborou um Projeto de Reforma do Sistema de Ensino do Estado de Santa Catarina, no qual destacou-se como um de seus autores o intelectual Anísio Teixeira¹⁰ (FIORI, 1991). Este projeto visava “a tão urgente descentralização da administração e da orientação pedagógica dos sistemas de ensino público de Santa Catarina” (FIORI, 1991, p. 197), pois a realidade da administração educacional do estado catarinense

era então realizada pelo Departamento de Educação, que se localizava na capital do Estado [Florianópolis]. Suas funções eram fortemente centralizadas e cabia-lhe atender as atividades educacionais de aproximadamente 7.200 professores, 4.100 unidades escolares e 250.000 alunos (FIORI, 1991, p. 197).

Neste quadro, o projeto do INEP seria útil, pois a descentralização administrativa poderia contribuir para uma boa inspeção escolar. Houve então a “descentralização dos serviços de inspeção escolar [...] concretizado mediante a criação, no Estado, das primeiras regiões escolares, então chamadas Delegacias de Ensino” (FIORI, 1991, p. 198), efetivada no ano de 1955.

Nos trâmites da campanha eleitoral para o governo de Santa Catarina, o candidato Celso Ramos, entusiasmado com o Plano de Metas do governo Juscelino Kubitschek, compilou suas promessas em um Plano de Metas do Governo (PLAMEG). Esse plano foi resultado de um Seminário Sócio-Econômico¹¹ realizado no Estado catarinense, para verificar as dificuldades referentes ao desenvolvimento econômico do Estado e encontrar soluções. Um dos problemas levantados foi o que se referia à educação (SANTOS, 1970). O PLAMEG colocou em prática as

¹⁰ Anísio Spínola Teixeira, educador, dirigiu o INEP durante o período de 1952 a 1964 e criou o CBPE. Foi um intelectual que teve participação ativa nos debates educacionais nas décadas de 1950 e 1960 (XAVIER, 1999).

¹¹ O Seminário Sócio-Econômico foi realizado pela Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC) no ano de 1959 e parte de 1960. Nesse seminário elencou-se 20 metas que deveriam ser postas em prática pelo candidato que ganhasse o pleito de governador do Estado de Santa Catarina (SANTOS, 1970).

propostas do Plano de Metas do governo federal, ou seja, o que se percebeu foi que, para entender e solucionar os problemas educacionais do Estado catarinense, era preciso pesquisar. Para tal função foi criado um órgão, o Centro de Pesquisas Educacionais (CEPE), subordinado ao INEP (COSTA; GABARDO; FREITAS, 2005).

As decisões e propostas nacionais e estaduais acerca da educação vinham ao encontro da situação educacional de Joinville que, desde os anos de 1930, configurava-se como a cidade de maior número populacional do Estado catarinense, bem como de maior arrecadação de impostos. Porém, a situação da educação no município era sofrível: poucas escolas, prédios precários e professores despreparados, com salários defasados (COSTA; GABARDO; FREITAS, 2005).

Em decorrência desse panorama, as leis se tornaram fonte necessária para a compreensão dos princípios que regulamentaram a implementação da CNEA nos municípios escolhidos. Não somente as de ordem federal, mas também seus desdobramentos nos âmbitos estadual e municipal. É interessante perceber que essa legislação educacional está contemplada numa rede de relações que não se estendia somente sobre uma dimensão política, mas também social, cultural e econômica.

O campo político foi objeto de análise pontual nessa pesquisa, contudo não se apresentou como uma abordagem exclusiva, pois embora tenha suas próprias especificidades, só se configura de determinada maneira por dialogar com outros campos (REMOND, 2003). Como enfatiza Faria Filho (1988, p. 94), mesmo que o pesquisador não pretenda manusear a legislação para a compreensão do seu objeto de estudo, não é errado afirmar que grande parte dos documentos com os quais trabalha está circunscrita no raio de influência da legislação.

Outras fontes utilizadas nesta pesquisa foram os Relatórios da Inspeção Escolar Municipal de Joinville, pois estes

documentos significam a própria lei em sua dinâmica de realização e, [...também são] indicadores significativos para que os ocupantes de posições de comando na Secretaria do Interior pudessem aferir o quanto a lei estava ou não sendo cumprida, ou seja, realizada. (FARIA FILHO, 1988, p. 95).

A concepção de educação que vinha sendo construída naquele contexto está unida a uma

lei [que por sua vez] está intimamente ligada a determinadas formas de concepção da escola, concepções estas que são produzidas no interior [...] do Estado, mas apropriadas, de maneiras as mais diversas pelos diferentes sujeitos ligados à produção e à realização da legislação. (FARIA FILHO, 1998, p. 115).

Essa legislação foi tratada como uma fonte inter-relacionada com as demais fontes eleitas nessa dissertação, com o intuito de perceber se o que foi prescrito formalmente em lei realmente foi implementado em Joinville.

O jornal foi também uma fonte utilizada para compreender a execução da CNEA em Joinville. Aliás, conforme mencionado anteriormente, o trecho que motivou as indagações desta pesquisa pertence a uma matéria do jornal *A Notícia*, de 17 de fevereiro de 1960. Entende-se que uma

faceta educativa da atividade jornalística pode ser percebida quando se analisa suas posições frente aos debates sobre a política e a legislação educacionais, ocasião em que eles se colocam como expressão da opinião pública. (FARIA FILHO, 1998, p. 107).

Desta maneira, exemplares do jornal **A Notícia**¹², no período de 1958 a 1963, foram consultados.

Essa fonte se enquadra na categoria dos impressos produzidos pela chamada grande imprensa. [...] A imprensa permite uma ampla visada da experiência cidadina. [...] Nela encontramos projetos políticos e visões de mundo, em ampla medida, a complexidade dos conflitos e das experiências sociais. (VIEIRA, 2007, p. 13).

Nesta pesquisa o jornal é considerado fonte documental, e não tema, em virtude de suas especificidades e potencial, pois as ideias nele expressas permitem o entendimento das concepções do período pesquisado e do objeto de estudo já apresentado. Tendo como premissa essa linha de raciocínio, salienta-se que, como fonte, o jornal diário deve ser compreendido no seu “processo social de produção e, conseqüentemente, o protagonismo social dos textos produzidos no passado” (VIEIRA, 2007, p. 14).

¹² O jornal **A Notícia**, fundado em 24 de fevereiro de 1923, encontra-se atualmente em circulação na cidade de Joinville e região. O jornal mantém, na sua unidade, um acervo de jornais diários, que se inicia no ano de sua fundação, porém não cobre todas as publicações, pois parte do acervo se perdeu num incêndio nos anos de 1980.

Ao tomar o jornal como fonte documental, várias perguntas devem ser realizadas, como, por exemplo, por quem e entre quem circulavam esses jornais? A quem suas notícias atingiam? Quem era o público alvo desse periódico e quais os desdobramentos desse público? Todas essas questões foram respondidas com devido esmero no decorrer dessa dissertação.

Capelato (1994) enfatizou que a imprensa não está desassociada da História, pelo contrário, como documento de pesquisa, além de registrar e comentar, ela participa da História. Vieira endossa com este entendimento ao observar que

O jornal – entendido como lugar de produção, veiculação e circulação dos discursos – assume uma função importante no processo de formação das representações sobre o mundo. A produção da matéria jornalística, apoiada em processos conscientes e/ou inconscientes de seleção do que deve ser considerado notícia, tem a força de tornar coisas visíveis ou invisíveis, de criar efeitos de verdade e de objetividade sobre mitos e ou de conferir plausibilidade a posições absurdas (VIEIRA, 2007, p. 16).

Como já esclarecido, a pesquisa em questão utiliza-se do jornal impresso diário como fonte, que, ativo em determinado contexto, representa, perante a comunidade, dois aspectos relevantes: fomentar ideias do debate público e dar acesso da própria comunidade à informação.

O destaque desta pesquisa em relação ao uso do jornal diz respeito, no decorrer do período estudado, à questão da educação em Joinville, que esteve, conforme consultas realizadas nos exemplares diários, sempre presente na pauta do jornal **A Notícia**. Isto pode ser exemplificado com esta citação:

MAIS UM PRÉDIO ESCOLAR MUNICIPAL

Senhor Prefeito,

Com alegria e imenso prazer venho em nome das crianças, agradecer. Na sua bondade, tão gentil deu mais uma escola ao Brasil. Aqui recebemos com dedicação, a nossa tão preciosa formação. Por isso a Deus damos louvor. E profunda gratidão ao senhor.

Com estas simples, mas expressivas palavras proferidas pela pequena aluna foi encerrada a primeira fase do programa alusivo a inauguração de mais um prédio escolar municipal para Joinville. [...]

Conscio das obrigações que o seu cargo impõe [...] o sr. Prefeito, muito embora assoberbado [...] não se descuidou do ensino... (A NOTÍCIA, 15 ago. 1959)

Neste trecho de **A Notícia**, são rendidas homenagens à inauguração de uma escola na cidade, que deve ser entendida em seu contexto, pois a premissa de entusiasmar a comunidade joinvillense com a inauguração de um prédio escolar, justifica-se por uma intenção, a qual deve ser analisada de maneira pontual.

Cumpra frisar, nesse caso, que o número de habitantes aumentava gradativamente no município de Joinville, em função do elevado número de migrantes que se instalavam na cidade à procura de uma vaga no crescente mercado da indústria metal-mecânica. Nos anos de 1950, os problemas educacionais refletiam ainda os descontentamentos dos anos de 1930, ou seja, passados vinte anos, não houve soluções suficientes para a melhora da educação no município (COSTA; GABARDO; FREITAS, 2005). Assim, torna-se plausível a hipótese de que, em vista dos graves problemas de ordem educacional enfrentados na cidade, a inauguração de um prédio escolar deveria receber expressivo destaque, afinal representava um passo na resolução destes problemas.

Outro tema abordado era a questão do analfabetismo entre os adultos e adolescentes. Segundo a mensagem apresentada ao Congresso Nacional pelo então presidente da República, Juscelino Kubitschek, em 1957, a “alta percentagem de analfabetos existentes no país – cerca de 50% da população – é incompatível com o nosso anseio de desenvolvimento” (INEP, 1987, p. 295). Para combater tal entrave, surgiam, não só na cidade, mas também no país, cursos noturnos de alfabetização em massa (COSTA; GABARDO; FREITAS, 2005). Em Joinville, estes cursos aconteciam no então Colégio São Vicente de Paula, atual Colégio Santos Anjos, e também, desde 1955, no Círculo Operário¹³.

Assim, quando o governo federal decidiu instalar, em algumas áreas, a campanha de combate ao analfabetismo, Joinville foi escolhida, pois apresentava características compatíveis com o processo de desenvolvimento econômico desejado, apesar de possuir deficiências, entre as quais o analfabetismo.

Com isso, teve início na cidade a mobilização de vários setores e seus agentes para disseminar a ideia a fim de garantir a consolidação eficaz dessa campanha. Matérias do jornal **A Notícia** expressavam os propósitos da campanha e o professorado se articulava na divulgação entre seus pares, como também entre alunos e pais.

¹³

Relatório da Inspeção Escolar Municipal do ano letivo de 1957.

Tem-se um exemplo com o Relatório 1960, da Inspeção Escolar Municipal:

31/03/1960 às 9:20 hs no salão nobre da Prefeitura Municipal de Joinville, presentes os professores municipais, realizou-se a 2ª reunião Pedagógica, [...] que tratou dos seguintes assuntos:

[...] 17 - compareceu a sra. Maria Lúcia Bonini Garcia, ela falou sobre a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo, pediu para cada professor avisar aos alunos para prevenirem aos pais que esta campanha será aplicada para um estudo em benefício de Joinville.

Ao perceber o engajamento de alguns profissionais em torno da campanha, fez-se necessário utilizar como fonte entrevistas de pessoas que estiveram envolvidas com o projeto piloto de erradicação do analfabetismo em Joinville¹⁴. Obviamente, como em outros casos, tais fontes também não foram tomadas como exclusivas à pesquisa, mas elas trazem respostas parciais às indagações apresentadas anteriormente e, portanto, são consideradas relevantes no que se refere à identificação de especificidades locais relativas ao desenvolvimento da CNEA em Joinville.

Ou seja, elas permitiram a obtenção de dados e informações que possibilitaram a compreensão do desenvolvimento da CNEA em Joinville, através da “diversidade dos testemunhos históricos” (BLOCH, 2001, p. 79). Pois, entende-se que os documentos referentes ao objeto pesquisado estão em “tudo que o homem diz ou escreve, tudo que fabrica, tudo que toca pode e deve informar sobre ele” (BLOCH, 2001, p. 79).

Também fez-se uso da fonte oral¹⁵, dessa obteve-se dados e informações de um material que não consta nos arquivos, nas bibliografias, jornais e legislações, ou seja nas fontes escritas (GARRIDO, 1992/1993). É averiguar o hiato do que foi “dito e o não dito ou escrito de maneira diferente” (RANZI, 2007, p. 327). São vozes alocadas na memória, que na perspectiva histórica, se transformam em fontes orais com a serventia de possibilitar novos olhares e indagações sobre os objetos de estudos dos pesquisadores.

¹⁴ Destaca-se a diretora do Plano Piloto da CNEA em Joinville, Maria Amim Ghanem, falecida em 15 de setembro de 1984. Sua irmã, Matilde Amim Ghanem, possui um arquivo pessoal sobre a trajetória dessa diretora. Essas informações foram fornecidas à pesquisadora desse estudo conforme será disposto no capítulo três. Destacam-se ainda as entrevistas contidas no Arquivo Histórico de Joinville dos dois prefeitos, também falecidos, Baltasar Buschle e Helmuth Ernesto Fallgatter, envolvidos na efetivação da campanha. Nessas entrevistas, consta a visão educacional de ambos e seus feitos nesse setor.

¹⁵ Entrevista com uma das diretoras da CNEA em Joinville sra. Clotilde Macedo Machado.

Uma vez demarcadas as principais fontes utilizadas nesse estudo, faz-se agora a delimitação proposta por Chartier (1988, p. 31), chamada *utensilagem conceptual*, relativa ao tratamento que o historiador dá ao conjunto de dados que o cerca sobre o objeto de estudo pesquisado. Nesse caso, foram escolhidos os conceitos de *representação* e *apropriação*, explanados por Chartier (1988, 2009). Com efeito, o autor salienta que estes conceitos foram uma tentativa de analisar os fenômenos históricos por outros meandros. A ideia era descobrir o sentido histórico dentro de uma “aproximação que insistia mais nos usos particulares” (CHARTIER, 2009, p. 7) de certos objetos e fontes que os pesquisadores elegem a fim de respaldar seus estudos.

Nesse sentido, chamava a atenção para os gestos e comportamentos, e não apenas para as ideias e os discursos, e considerava as representações (individuais ou coletivas, puramente mentais, textuais ou iconográficas) não como simples reflexos verdadeiros ou falsos da realidade, mas como entidades que vão construindo as próprias divisões do mundo social (CHARTIER, 2009, p. 7).

Para o autor, o conceito de *representação* é definido como algo construído mediante determinado conjunto de interesses de um grupo. Sendo que o viés de elaboração é pautado na razão e num “campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação” (CHARTIER, 1988, p. 17). Na pesquisa ora apresentada esse conceito ajuda na compreensão do modelo de educação pensada e dada a entender pelo grupo dirigente durante a implementação da CNEA na cidade de Joinville, ou nas palavras de Chartier (1998, p. 40): “como se definiam os limites do que era possível então pensar”.

O conceito de *apropriação* tem por objetivo facilitar a compreensão de uma história social das interpretações, remetidas para as suas determinações fundamentais (que são sociais, institucionais, culturais) e inscritas nas práticas específicas que as produzem (CHARTIER, 1988, p. 26). Por meio desse conceito, buscou-se verificar de que forma a ideia da criação de uma campanha contra o analfabetismo foi apropriada por representantes da política educacional no âmbito estadual e em Joinville, para a implementação da CNEA.

Essas opções conceituais não foram eleitas de forma desinteressada, pois têm como função ajudar a pensar não só o objetivo geral dessa pesquisa, que é compreender a trama que envolve a criação da CNEA e sua implementação na

cidade de Joinville, mas também os demais objetivos específicos relacionados nos três capítulos que compõem essa dissertação e são descritos a seguir.

No Capítulo 1, o propósito foi cotejar a CNEA em sua própria constituição como plano de ação educacional do MEC, durante o período de 1958-1963. Outro objetivo deste capítulo foi esboçar pressupostos do governo federal e proposições de intelectuais para a elaboração de um projeto educacional viável a cada região/município do país, sem perder de vista os objetivos desenvolvimentistas do governo de Juscelino Kubitschek.

Nesse capítulo foi utilizada a historiografia como ponto de partida para o entendimento da criação da CNEA, além de decretos-leis federais, mensagens educacionais proferidas pelo presidente Juscelino Kubitschek ao Congresso Nacional no período de 1956 a 1960 e pertinentes à elaboração da campanha contra o analfabetismo. Estas fontes ajudaram a visualizar a campanha contra o analfabetismo objetivada pelo governo.

Artigos da RBEP, referentes aos meses outubro e dezembro de 1956 até janeiro e março de 1964, relativos aos problemas educacionais brasileiros e à própria CNEA, possibilitaram compreender qual o foco dado por intelectuais a esse assunto.

Outra fonte utilizada foi o primeiro relatório¹⁶ do coordenador da CNEA, João Roberto Moreira, cujo título é *Uma Experiência de Educação: o projeto piloto de erradicação do analfabetismo*, do Ministério da Educação e Cultura (1960). Nele o autor relata a dinâmica da CNEA em sua estruturação e implementação em alguns municípios brasileiros. Esta fonte contribuiu para verificar de que maneira os funcionários do INEP pensavam a campanha contra o analfabetismo, como conseguiram avaliar, dentre os objetivos do governo federal, quais eram possíveis efetivar na prática e como orientaram a execução da CNEA.

Com a análise dessas informações tornou-se possível chegar a um panorama de como a CNEA se consolidou em um plano de ação educacional de combate a uma das chagas do setor educacional no Brasil: o analfabetismo.

Baseando-se nesta estrutura em torno de proposições e do funcionamento da CNEA, o Capítulo II apresenta-se uma análise das circunstâncias que

¹⁶ Definiu-se este material como relatório por conta da mestrandia Gisele Gutstein Guttschow, pois Moreira o chamou como a "... primeira notícia sistematizada da experiência educacional, constituída pelo projeto Piloto de Erradicação do Analfabetismo" (MOREIRA, 1960, p. 4).

envolveram a implementação da campanha no Estado de Santa Catarina, bem como o porquê da escolha do município de Joinville para ser uma das “cobaias” dessa campanha.

No capítulo em questão, as principais fontes foram: **A educação em Santa Catarina: Sinopse apreciativa sobre a administração, as origens e a difusão de sistema estadual de ensino** (MOREIRA, 1954), **Educação e Desenvolvimento em Santa Catarina** (SANTOS, 1968) e **Um esquema para a educação em Santa Catarina** (SANTOS, 1970)¹⁷. Com o auxílio da historiografia buscou-se traçar um diagnóstico da educação no estado catarinense, a fim de compreender quais as considerações indicadas por essas fontes para que a educação catarinense atendesse às propostas desenvolvimentistas do governo federal.

Nesse capítulo também compreende-se como o Estado de Santa Catarina, no campo político, através de decretos-leis, de verbas, do Seminário Sócio-Econômico (1959-1960), e de um plano próprio de governo, o PLAMEG (1961-1965), se dispôs a realizar em um dos seus municípios um plano educacional do governo federal. Aqui, matérias do jornal **A Notícia** possibilitaram verificar como o Seminário passou a ser pauta da discussão pública do Estado e do município joinvillense e sua relação com a CNEA e entender quais condições enquadravam Joinville como receptor dessa campanha, ou seja, quais foram as justificativas apresentadas para a execução da CNEA no município.

O Capítulo III aborda a implementação da CNEA em Joinville. Nele, decretos-leis municipais, verbas, relatórios da Inspeção Escolar Municipal, entrevistas com pessoas envolvidas na consolidação da campanha, possibilitaram identificar apropriações e feitos dos sujeitos envolvidos na projeção da CNEA, no município de Joinville. Além disso, são apresentadas características peculiares da CNEA na cidade, já que a proposta da campanha era que ela se adequasse à realidade das “cobaias”, ou seja, as especificidades locais deveriam ser pesquisadas e analisadas para que, com esses dados em mãos, se chegasse a um eficaz plano educacional de combate ao analfabetismo.

Por meio das matérias do jornal **A Notícia** foi possível o entendimento sobre a inteligibilidade e a fomentação do plano de ação educacional federal, no município

¹⁷ Foram eleitas estas obras como fontes, pois o autor Silvio Coelho dos Santos faz um parecer sobre o sistema educacional catarinense através de dados colhidos enquanto foi o coordenador do Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais – CEPE, de Santa Catarina (1963 a 1970).

joinvillense, e o modo como essa Campanha passou a fazer parte da movimentação das discussões públicas da cidade.

Finalmente, nas considerações finais intenta-se esboçar balanços e respostas para os objetivos apresentados bem como indicar outras pesquisas possíveis sobre o tema.

1 CONSTITUIÇÃO DA CAMPANHA NACIONAL DE ERRADICAÇÃO DO ANALFABETISMO – CNEA (1958-1963)

Dentre as matérias de primeira página do jornal **A Notícia**, a edição de 17 de fevereiro de 1960 apresenta uma que se refere à CNEA:

JOINVILLE SERÁ “COBAIA” DA ERRADICAÇÃO DO ANALFABETISMO
Incluído nosso município entre quarenta comunas onde se desenvolverão notáveis experiências de novas técnicas pedagógicas – serão aqui instaladas vinte escolas pré-fabricadas com capacidade para cem alunos cada uma – o jornalista Batista da Costa informa à reportagem de A Notícia sobre os grandes planos da campanha nacional de erradicação do analfabetismo – verba de 140 milh. de cruzeiros. (A NOTÍCIA, 17 fev. 1960)

Como foi possível perceber, a matéria relata sobre os benefícios que seriam obtidos com a implementação da CNEA em Joinville, destacando-se os ganhos relativos às inovações pedagógicas e à abertura de vagas para os estudantes mediante a construção de 20 novos estabelecimentos de ensino.

A criação da CNEA, através da Portaria nº 5-A de 9 de janeiro de 1958¹⁸ (Anexo 1), encontrava-se vinculada à realidade dos anos de 1950, período em que houve significativos avanços no setor da ciência e da tecnologia. Já no campo político, esse tempo foi marcado pelos embates entre capitalistas e socialistas na chamada Guerra Fria, bem como por transformações ocorridas no âmbito cultural e social¹⁹.

Contudo, vale ressaltar que a CNEA não foi a primeira medida voltada à educação que o governo implantou nessa época. Após o fim da Segunda Guerra Mundial²⁰ destacaram-se mobilizações referentes à educação, como por exemplo

[...] em 1947, a Campanha Nacional de Educação de Adultos, apresentada pelo Governo Dutra como um dos atos capitais de sua administração. Já os constituintes de 1946 tinham, por sua vez, manifestado preocupação com o assunto ao determinarem, na atual Carta Magna, a criação de um ‘Fundo Nacional’ para o ensino primário (art. 171), a par de outras medidas, relacionadas com a gratuidade do ensino primário, obrigação das empresas

¹⁸ Publicada no Diário Oficial de 22 de janeiro de 1958.

¹⁹ Para saber mais consulte Feitosa (2009).

²⁰ Nesse estudo optou-se por investigar apenas as iniciativas educacionais realizadas após a Segunda Guerra Mundial até 1963, por serem mais relevantes em relação às configurações do contexto estudado. Não é objetivo dessa dissertação fazer um levantamento histórico de todas as medidas educacionais de cada período brasileiro ou de cada chefe do executivo.

industriais de contribuírem para a educação, percentagens orçamentárias destinadas ao ensino, e auxílio da União às deficiências locais (art. 168, 169 e 170). (A NOTÍCIA, 2 ago. 1958).

Houve também a Campanha de Educação de Adultos e Adolescentes (CEAA), no período de 1950 a 1954. Pode-se citar dois desdobramentos dessa ação educacional, conforme esclarece Gomes (2009, p. 125): o primeiro refere-se à Campanha Nacional de Educação Rural (CNER), criada em 9 de maio de 1952, que se ocupou primordialmente dos problemas educacionais do campo; o segundo foi o Sistema Rádio Educativo Nacional (SIRENA) em 1958, que “além da perspectiva do reforço a ser dado à CEAA, [...] apresentava a ‘radiofonia’ como uma conquista da técnica e da ciência que deveria estar a serviço da elevação cultural dos indivíduos, da civilização”. Através do SIRENA qualquer indivíduo que dispusesse de um aparelho receptor poderia ter acesso à informação.

Segundo Saviani o surgimento dessas campanhas que aconteceram entre o final dos anos de 1940 até 1963 estão entrelaçados na

ideia-força do desenvolvimento nacional aliada à política populista incitava à mobilização das massas, de cujo apoio os dirigentes políticos dependiam para obter êxito no processo eleitoral. O direito do voto, contudo, estava condicionado à alfabetização, o que levou os governantes a organizar programas, campanhas e movimentos de alfabetização de jovens e adultos dirigidos não apenas aos contingentes urbanos, mas também à população rural (SAVIANI, 2010, p. 316).

Em relação à CNEA, Gomes (2009, p. 127) ressalta que a novidade de sua criação “diz respeito ao próprio contexto no qual surge”: o Brasil nos anos de 1950 vivia na confluência do nacional-desenvolvimentismo, e teve, no governo de Juscelino Kubitschek, através do Plano de Metas, seu momento maior (XAVIER, 1999). Conforme Cruz (2010), o nacional-desenvolvimentismo verificado no período entre 1946 e 1964 instaurou-se na sociedade brasileira devido à conformidade das relações internacionais firmadas após o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Respectivamente à era JK, este ideário centrou-se na entrada do capital estrangeiro como financiador do crescimento industrial e econômico do Brasil. Conforme Cunha (2002, p.129) “do ponto de vista do pensamento desenvolvimentista, o capital externo era visto como colaborador num processo que levaria o país à autonomia no âmbito do desenvolvimento”.

Portanto, o papel do Estado foi fundamental nessa concepção, para encaminhar as ideias desenvolvimentistas do plano governamental de Juscelino Kubitschek.

Ainda segundo Cunha (2002, p.131) para encaminhar a população rumo ao desenvolvimento do país, JK necessitou que cada brasileiro desse ao Brasil aquilo que estava dentro de suas posses, ou seja, o capital ou o trabalho. E que qualquer divergência entre esses dois setores deveria ser sanado por leis que propusessem o bem-estar da coletividade em primeiro lugar.

Para difundir o ideário desenvolvimentista²¹, o governo de Juscelino Kubitschek se utilizou, dentre outros recursos, do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). Esse órgão, vinculado ao MEC, foi gerido neste período como um

[...] órgão de assessoria, apoio e sustentação à política econômica desenvolvimentista definida no Programa de Metas. [...] foi, portanto, outro recurso habilmente usado pelo Executivo para a propaganda do desenvolvimentismo e, principalmente, para o fortalecimento do Estado” (BENEVIDES, 1976, p. 241).

Neste contexto, um dos setores afetados pelo ideário nacional-desenvolvimentista foi o da educação, conforme pode ser visto no próximo tópico.

1.1 DESENVOLVIMENTO E EDUCAÇÃO (1958 a 1963)

A equipe do governo de Juscelino Kubitschek elaborou um plano governamental mais conhecido como Plano de Metas, composto por cinco setores de investimentos: energia, transportes, alimentação, indústria de base e educação. Foi um momento de fortalecimento da industrialização do país, com destaque à indústria de base, destinada a áreas de automobilística, siderúrgica e naval (CUNHA, 2002). Nos anos de 1950 foi ressaltado o processo de mudança social do Brasil que, com suas raízes agrárias, galgou rumos em favor da industrialização, transformando-se aos poucos num país urbano com hábitos calcados na modernidade (XAVIER, 1999). Segundo Kubitschek (1978, p.168) “a industrialização seria o alvo central, o grande objetivo a ser atingido, custasse o que custasse”.

²¹ Essa pesquisa não abrange discussões sobre as diversas concepções do ideário nacional-desenvolvimentista referentes ao período 1946-1964. Para obter informações sobre esse assunto, consulte Cruz (2010), Gonçalves e Gonçalves (2008).

Contudo, muitas transformações, nos mais variados setores, deveriam ocorrer no Brasil, inclusive no campo educacional. Porque com a

[...] generalização do modelo urbano de vida, com suas ilusões de progresso e com suas mazelas, ampliaram-se as expectativas de ascensão social pela educação. A formação de uma população marginal, nas grandes cidades, e a necessidade de sua integração à sociedade urbana e industrial, imprimiam à educação escolar não só o atributo de direito de todos mas, sobretudo, o de necessidade de todos (XAVIER, 1999, p. 72).

Os problemas educacionais enfrentados no Brasil eram conhecidos, mesmo assim, atenta-se para o fato de que o último setor privilegiado pelo Plano de Metas foi o da educação. Segundo Lafer

O setor de educação [...] abrangia apenas a seguinte meta: (30) formação de pessoal técnico – meta inicial: intensificar a formação de pessoal técnico e orientar a educação para o desenvolvimento. O Governo aumentou, progressivamente, as verbas orçamentárias consignadas ao MEC e deixou subsídios importantes sobre o problema que resultaram dos trabalhos do ENATEC (Grupo Executivo do Ensino e Aperfeiçoamento Técnico, criado em 25/6/59) (LAFER, 1973, p. 48).

Mas as lembranças de Lucas Lopes, técnico encarregado pelas políticas de expansão energética com o intuito de possibilitar o desenvolvimento industrial dos anos de 1950, são reveladoras quando ele diz que

a meta de educação, embora aparecesse no Plano de Metas, na verdade praticamente inexistiu. Essa meta não existiu nem nos primeiros momentos, mas na véspera da divulgação do plano, Clóvis Salgado," que era muito amigo nosso, amigo do Juscelino, e havia sido escolhido ministro da Educação, insistiu: "Não é possível que não haja uma meta de educação! " Nós respondemos: "Então, Clóvis, escreva a meta de educação, porque estamos esgotados." Não sabíamos o que fazer com a meta de educação, não tínhamos preparo para isso. E ele fez um trabalho literário, escreveu dois volumes de literatura. É claro que tínhamos preocupação em ter uma meta de formação humana, sabíamos que a formação era necessária, muito mais no nível técnico, de preparação de mão-de-obra, e menos no nível de pesquisadores sofisticados, de PhD (LOPES, 1991, p. 201).

O depoimento de Lopes leva a crer que a educação foi pensada às pressas para compor o Plano de Metas e, como enfatiza Barbosa (2006, p. 47), a educação ocupou "um lugar menos relevante, do que usualmente se acredita, no ideário do nacionalismo-desenvolvimentista de Juscelino". Porém, vale destacar que a

educação galgou seu espaço e atenção no decorrer do mandato de JK. Não como propulsora do desenvolvimento nacional, mas como ferramenta para o crescimento econômico do país. Para isso, sua função primeira deveria se voltar para a formação técnica dos brasileiros, para suprir as necessidades de profissionais capacitados, vinculados aos outros setores de investimento do Plano de Metas.

Porém, para atingir a 30ª meta houve vários problemas. Dentre esses, um dos empecilhos para o desenvolvimento econômico do Brasil, relatado por Horácio Lafer, na época ministro das Relações Exteriores, foi o analfabetismo (XAVIER, 1999).

Em Joinville, o jornal **A Notícia** tratou essa questão em matéria cujo título permite dimensionar o tamanho do problema: “Trinta Milhões de Analfabetos Vegetando no Brasil: A desgraça do Brasil tem seu alicerce no analfabetismo” (A Notícia, 23 jan. 1958). Conforme Moreira (1960, p. 21) o analfabetismo é para o ser humano um fator que “dificulta o seu bem estar social, por privá-lo de um instrumento de informações e de orientação”. Segundo este autor, a questão do analfabetismo sempre era lembrada, e ganhava destaque nos debates educacionais e políticos, quando urgiam no país propostas que representassem mudanças políticas e sociais.

Como já salientado anteriormente, os anos de 1950 foram um período de transformações permeado pelo ideário do nacional-desenvolvimentismo que primava pela ascensão econômica do Brasil. Assim, entre as principais dificuldades que se interpunham ao desenvolvimento do Brasil estava o analfabetismo, que só poderia ser sanado se entendido na relação entre educação e desenvolvimento.

Dessa forma,

O clima de otimismo reinante, nos anos 50, apresentava-se como um solo fértil para a atividade intelectual, adequado para a germinação dos mais ambiciosos projetos de intervenção social, bem como para o florescimento ou retomada de certas utopias educacionais que, apenas naquelas condições especiais, encontrariam espaço para serem explicitadas (XAVIER, 1999, p. 71).

Com efeito, o governo de JK difundiu a ideia de que o Estado se colocava frente aos problemas educacionais e tomava as decisões cabíveis a fim de solucioná-los. Segundo suas memórias

a educação sempre procedeu do desenvolvimento. Forma-se o arcabouço econômico através da realização de obras de infra-estrutura e, depois, sobre essa base sólida, planta-se a bandeira da educação em massa (KUBITSCHKE, 1978, p. 169).

Essa visão de JK sobre a educação indica sua representação como algo que deriva do crescimento econômico e não precedente a ele. E dessa forma foi apropriada no Plano de Metas de Juscelino, como formação de pessoal capacitado para diversos setores da indústria brasileira. Observa-se que problemas educacionais estavam na pauta do plano do governo federal, mas dentro da ótica que só poderiam ser solucionados se antes fossem resolvidos os entraves da industrialização e da economia brasileira.

Dentro dos padrões do nacional-desenvolvimentismo defendido naquele contexto, o financiamento encontrado para tal proposição foi proveniente do capital externo.

Parte-se do princípio de que o subdesenvolvimento é sinônimo de miséria e que miséria pré-dispõe a aceitação de 'ideologias estranhas'. A solução para a vitória da democracia, portanto, estaria na industrialização e no desenvolvimento econômico, que trariam o bem-estar social a toda a população – e para isso a ajuda externa seria imprescindível (CUNHA, 2002, p. 129).

Xavier (1999, p. 53) corrobora essa premissa ao afirmar que “a ideologia nacional desenvolvimentista enfatizava [...] o recurso ao capital estrangeiro”. Desse modo, se torna explícito o apoio da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), no setor educacional, na máxima de que o auxílio de um órgão externo, do qual países desenvolvidos fazem parte²², só ajudaria na resolução de problemáticas e deficiências que impedissem o desenvolvimento da nação brasileira. É importante ressaltar que essa ação da UNESCO não foi considerada algo pejorativo²³ naquele contexto. Pelo contrário, ela

²² Segundo Cunha (2002, p. 138), “[...] a ajuda dos países desenvolvidos aos países periféricos tinha como alvo, no plano político, a conservação da democracia, a rejeição de idéias que pudessem desestabilizar os ideais do mundo ocidental, ou seja, tinha como meta afastar o ‘perigo’ do comunismo”.

²³ Não é pretendido nessa dissertação afirmar que a interferência da UNESCO no Brasil foi aceita de forma unânime. Porém, nos documentos consultados, ela foi compreendida, naquele contexto, como auxílio estrangeiro.

era desejável pelo governo e pelos setores que o apoiavam, dotada de aspectos positivos e denominada como ajuda externa.

A UNESCO, órgão ligado à Organização das Nações Unidas (ONU), surgidas, as duas, durante o mundo pós Segunda Guerra Mundial, traçava o rumo na direção de “[...] ampliar as bases da educação no mundo e levar os benefícios da ciência a todos os países” (XAVIER, 1999, p. 87). Desde sua fundação em 1945 este órgão

teve como tema principal, investigação e planejamento, a questão educacional. Reunindo representantes de diferentes países, o organismo acabou por funcionar como uma instância de produção científica concernente ao problema, e ao mesmo tempo, enquanto órgão de planejamento e idealização de projetos educacionais e culturais (SOUZA, 1999, p. 27).

Remetendo-se ao conceito de representação utilizado para pensar esta pesquisa, cumpre ressaltar o papel simbólico da UNESCO na educação brasileira nesse momento. Este órgão surge dotado de valores que traduzem a representação de salvação dos empecilhos educacionais brasileiros. É como ressalta Chartier (1998, p.20) “ o leão é o símbolo do valor”. Neste caso a UNESCO é o símbolo visível de uma iniciativa de auxílio ao setor educacional livre de interesses secundários, pois esta era a sua representação de si mesma e, ao que parece assim também era compreendida no Brasil.

Segundo Souza

a UNESCO acreditava que a educação do povo promoveria não apenas a garantia da existência individual, mas a garantia da existência coletiva, construindo o sentimento de nação e ampliando este sentimento para a totalidade das nações e da problemática internacional. Para isto, cada nação deveria enfrentar seus problemas internos galgando paulatinamente do subdesenvolvimento rumo ao desenvolvimento econômico, combatendo seus principais problemas estruturais, sob à luz das proposições teórico-metodológicas planejadoras (SOUZA, 1999, p. 28 e 29).

Assim, este órgão encontrou, no Brasil, terreno propício para efetivar seus planos, principalmente, no governo JK, e transformou-se em “máquina de fabrico de respeito e submissão” (CHARTIER, 1998, p. 22). As proposições da UNESCO em termos de planejamento para o desenvolvimento econômico de um país, foram

contempladas no Plano de Metas de Juscelino com seus pressupostos do nacional-desenvolvimentismo.

Dessa forma, levanta-se a hipótese de que pessoas envolvidas com questões educacionais, seja na esfera política ou pedagógica, se apropriaram da representação e da legitimidade da UNESCO e conduziram seus discursos e objetivos em práticas articuladas com o intuito de postar, acima de suspeitas, o ideário de ajuda estrangeira com fins de melhorias não só para o Brasil como para os países da América Latina.

Cumprir observar que, na metade dos anos de 1950, a UNESCO organizou programas, os chamados Projetos Principais, de âmbito mundial para agir em problemas de referido destaque. Dentre esses, apontados pela Secretaria Geral da UNESCO estava a “extensão da educação primária e a erradicação do analfabetismo” (SOUZA, 1999, p. 34).

É interessante salientar qual a concepção de analfabeto que permeou estes Projetos²⁴. O analfabeto não foi visto somente como aquele que não sabia ler e escrever “a ausência, ou mesmo a impossibilidade de escolarização, vinculava-se, nesta concepção, a uma série de outras incapacidades: de autonomia, de organização, de aptidão para o trabalho, de exercício da cidadania, etc.” (SOUZA, 1999, p. 51).

Foi construída, segundo essa mesma autora, uma representação do analfabeto implicado, naquele contexto, ao quesito do desenvolvimento econômico do país. A figura do analfabeto correspondia à pessoa que não estava apta para a sociedade, para trabalhar em prol do crescimento do país. Por isso não podia contribuir, não representava valor para o ideário desenvolvimentista imbricado no Brasil no período de Juscelino.

Vale ressaltar que os analfabetos neste momento não eram concebidos apenas os adultos, mas também as crianças que mesmo em idade escolar não tinham acesso às escolas.

Pode-se perceber que ações educacionais, dentre elas a CNEA, foram concebidas, “enquanto alavancas para o desenvolvimento” (SOUZA, 1999, p. 53). Assim erradicar o analfabetismo, fazendo com que o indivíduo aprendesse não só o

²⁴ Para saber mais consultar SOUZA (1999).

ato da leitura e da escrita como também valores morais e culturais representaria a inserção do indivíduo na sociedade desenvolvimentista.

No ano de 1956, a UNESCO apresentou seu Projeto Maior Número 1²⁵, que tinha por objetivos a manutenção da ordem e a obtenção do desenvolvimento do Brasil. Segundo Souza (1999, p. 35) “tratava-se pois, de educar para conservar valores e ao mesmo tempo, eliminar entraves ao desenvolvimento econômico e social”. O Projeto também assegurava a prestação de assistência técnica e financeira aos países da América Latina envolvidos.

Nesse contexto, o governo brasileiro apresentou três condições:

- 1) envio de especialistas da UNESCO para colaborar com os técnicos brasileiros nos Centros de Pesquisas Educacionais, em cursos de formação e aperfeiçoamento de professores, diretores e inspetores de Escolas Normais;
- 2) realização de um seminário, com a assistência de técnicos estrangeiros, destinado ao aperfeiçoamento do pessoal que, no país, tem a seu cargo o treinamento e aperfeiçoamento de professores em exercício;
- 3) concessão, por parte da UNESCO, de 20 bolsas de estudo, destinadas ao preparo de especialistas, vindos de diferentes Estados brasileiros, os quais, de futuro, atuariam, em articulação com os Centros de Pesquisas Educacionais, nas áreas de onde proviessem. (CAMPOS, 1958, p. 85)

No primeiro item solicitado pelo governo brasileiro, encontra-se a inserção do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE)²⁶, com o intuito de, através de auxílio estrangeiro, levantar dados que circunscreveriam os problemas educacionais do Brasil.

Em Joinville, matéria do jornal **A Notícia** divulgou que dentre os objetivos do Projeto Maior da UNESCO dois itens foram reforçados pelo representante do Brasil o Dr. Paulo Carneiro, pois auxiliariam na resolução de problemas educacionais não só no âmbito nacional, mas também aos países latinos em geral: formação de especialistas para o setor educacional e concessão de bolsas de aperfeiçoamento pedagógico (A Notícia, 18 de junho de 1959).

²⁵ Foi criado na IX Conferência Geral da UNESCO em Nova Delhi em 1956. Os países que compunham como membros desse projeto foram a Argentina, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Chile, Guatemala, Haiti, México, Nicarágua, Peru, República Dominicana e Uruguai. (SOUZA, 1999).

²⁶ Conforme esclarece Xavier (1999), a criação do CBPE está associada ao ideário do nacional desenvolvimentismo e à “[...] busca da racionalidade na administração pública – inclusive criando órgãos paralelos de assessoria técnica com o intuito de obter diagnósticos precisos da situação” (p. 53). Ou seja, o desenvolvimento do CBPE está intimamente ligado a diagnosticar, com os seus profissionais, a educação no país.

Verifica-se o entrosamento de profissionais ligados a UNESCO com os técnicos educacionais do Brasil.

Ressalta-se que houve um grande ganho para a educação, com a entrada dos intelectuais, em sua discussão. Entre eles se destaca a figura de João Roberto Moreira, coordenador da CNEA, nos órgãos do INEP e do CBPE. Segundo Xavier (1999, p. 54) “[...] o governo JK ampliava a participação dos intelectuais no aparelho estatal [...] na busca de soluções para os problemas nacionais”. Desse modo, os intelectuais que, por concurso ou nomeação, tinham um cargo ou posto de trabalho num dos órgãos responsáveis pela educação, por exemplo, o INEP e o CBPE e suas regionais, foram designados como técnicos e/ou profissionais/técnicos da educação.

Salienta-se que o envolvimento da UNESCO na constituição do CBPE não se restringiu à questão das verbas, mas também aos

[...] assentos nos postos dirigentes do CBPE e em seus cargos de assessoria, e mesmo na execução de projetos [...] atuou [...] junto a órgãos encarregados de estudar as condições reais da educação e de conceber soluções para o ensino no Brasil” (CUNHA, 2002, p. 137).

Verifica-se que a presença da UNESCO no Brasil está colocada nos documentos e na análise historiográfica como uma cooperação de estrangeiros com o governo nacional, com a ressalva que a representação de um especialista deste órgão em relação a sua função é doutrinar e fornecer conhecimento aos brasileiros carentes de técnicas e aperfeiçoamentos. Fica clara uma relação de poder e de hierarquia entre os consultores estrangeiros e o governo e funcionários brasileiros, sabe-se quem é dependente de quem se moldando em representações de si próprios (CHARTIER, 1998).

A ação da UNESCO junto ao CBPE, também esteve nas entrelinhas do quinto item do documento da XII Conferência Nacional de Educação, realizada pela Associação Brasileira de Educação (ABE), em Salvador, entre 2 a 10 de julho de 1956. Recomenda o documento, que a partir da parceria entre a UNESCO e a CBPE, fosse planejado o ensino e o aumento do número de escolas no Brasil. Desse modo, as três solicitações do governo brasileiro à UNESCO serviram para dar suporte ao INEP e à CBPE, na proposição de soluções para o campo educacional. Dessa forma, figuras ligadas à UNESCO, como por exemplo o vice-presidente

Malcon S. Adischesiak – conforme relatado no jornal **A Notícia**, de 18 de fevereiro de 1958 –, puderam realizar visitas e pesquisas que acabaram resultando em relatórios e contribuindo pelo levantamento de dados concretos sobre o analfabetismo no Brasil. Sobre isso, a edição de 04 de março de 1958 do jornal **A Notícia** trazia o seguinte relato: “de duas pessoas em idade escolar, no Brasil, uma não sabe ler. [...] Na América do Sul, segundo a UNESCO, somente a Bolívia se encontra em situação pior do que o Brasil quanto ao número de analfabetos”.

É nessa confluência de idéias e estudos, pautadas no progresso, na mudança social, no desenvolvimento industrial e no crescimento econômico brasileiro, que acabou se caracterizando o escopo do nacional-desenvolvimentismo e a estruturação da CNEA. Porém, até a sua constituição, a Campanha permeou entendimentos diferentes no que diz respeito aos interesses do Estado e aos anseios de intelectuais do INEP.

1.1.1 Pressupostos para a criação da CNEA

O período analisado nessa dissertação (1958-1963) abre espaço, segundo as considerações de Lafer (1973, p. 30), para o momento em que se pensa a educação associada ao planejamento governamental brasileiro, o Plano de Metas de Juscelino Kubitschek. Esse plano ocupou-se com a industrialização²⁷ do país e visou seu desenvolvimento quando centralizou propostas “no sentido do crescimento econômico acelerado, através da industrialização, com especial atenção para as necessidades infra-estruturais” (CARDOSO, 1972, p. 78).

Para galgar o desenvolvimento do Brasil, naquele momento, o governo considerou necessário adequar a política educacional a esse planejamento. Percebe-se uma preocupação do Estado frente à educação, pois, outrora, foram criados projetos e planos educacionais que culminaram em fracasso (PAIVA, 1985). Azanha (1995, p. 161)²⁸ esclarece o vínculo entre o grau de desenvolvimento e a

²⁷ Cabe observar que Governos anteriores também se preocuparam com o desenvolvimento do país, tendo em vista particularidades e objetivos voltados ao crescimento econômico e industrial do país, no entanto tais enfoques não foram objeto da presente pesquisa. Destaca-se, por exemplo o governo de Getúlio Vargas. Para isso ver Suzigan (1988).

²⁸ Azanha (1995) faz uma citação do livro **Planejamento Educacional do Brasil**, do autor R. Moreira.

educação nessa fase, ao trazer o parecer de R. Moreira, que evidencia a educação, quinto setor no Plano de Metas de Juscelino Kubitschek, sob a prerrogativa de que a falta de qualificação da mão-de-obra seria um obstáculo ao desenvolvimento industrial e, conseqüentemente, econômico, do país.

É fato que a educação foi a trigésima meta do planejamento governamental do presidente Juscelino Kubitschek e sua função era de prover a formação de profissionais. O intuito era colocar a educação em um lugar que auxiliasse o desenvolvimento industrial e econômico do país, mas não como a propulsora desse processo. Os “Setores do governo viam, na Educação, um instrumento para aumentar a produtividade do trabalho. A ênfase, nesse caso, era a formação de mão-de-obra demandada pelo aparelho de produção” (PAIXÃO, 2002, p. 66). Para lograr um bom êxito no vínculo entre grau de desenvolvimento e educação, o governo de Juscelino Kubitschek apostou na idéia do nacional-desenvolvimentismo para o Plano de Metas, com forte “[...] apelo nacionalista e o Estado como condutor do processo” (GONÇALVES; GONÇALVES, 2008, p. 145).

Havia a necessidade de indivíduos comprometidos com a cultura de desenvolvimento pretendida pelo governo, bem como de um ensino voltado para a formação técnica de que tanto carecia o setor industrial do país. Juscelino Kubitschek em 1957 enfatizava para tal intenção que

Não existe divórcio [...] entre o preparo técnico apurado e a cultura intelectual nas suas formas mais elevadas. O problema da educação brasileira é conciliar, em base ampla de recíproca interpenetração, o ensino tecnológico e a formação cultural nas disciplinas da ciência pura, das artes e das letras, preservando os valores espirituais, tradicionalmente enraizados na civilização brasileira, mercê da formação cristã do nosso povo (INEP, 1987, p. 275).

Para alcançar seus objetivos, o governo de Juscelino Kubitschek se utilizou de propagandas que enalteciam o sentimento nacionalista e patriótico do brasileiro, que valorizavam as tradições cristãs e, através de um plano educacional embasado nestes pilares, buscou inserir o cidadão na construção da sociedade desenvolvimentista almejada (XAVIER, 1999).

Por conseguinte, a equipe do governo tinha claro que as regiões brasileiras eram diferentes, no que tange às condições econômicas, sociais e culturais. Daí a necessidade de colocar o INEP e os CBPE

para estudar os problemas educacionais pertinentes a cada território do país, bem como, o auxílio estrangeiro.

Juscelino Kubitschek resumiu essa idéia na mensagem que apresentou ao Congresso Nacional, em 1956:

Com a preocupação, talvez, de sair do estado de subdesenvolvimento que caracteriza o país, tem-se tentado construir nossa civilização, de cima para baixo, como se tal fosse possível sem os alicerces firmes de uma ampla educação de base, tanto de nível elementar quanto de grau médio.

Uma vez analisada a situação, cumpre atacá-la frontal e imediatamente, visto como a tarefa educativa está intimamente ligada às providências que se destinam a corrigir as carências sentidas nos demais aspectos da vida nacional.

Em primeiro lugar, porém, será necessário investigar as causas da frustração do sistema escolar, a fim de reunir os dados sobre os quais seja possível planejar, em todos os níveis e ramos do ensino, medidas de longo alcance, visando à reconstrução nacional do país [...].

O Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, através de seus órgãos especializados, se incumbirá de realizar o levantamento da situação educacional, com o esclarecimento de suas condições reais, quer favoráveis, quer desfavoráveis à solução dos problemas nacionais regionais (INEP, 1987, p. 254-255).

A princípio, o município de Leopoldina, MG, foi escolhido como o primeiro centro-piloto, para iniciar os trabalhos feitos pelo órgão especializado do INEP, ou seja, o CBPE e suas regionais. No decorrer dos anos de 1958 e 1959, esta cidade tornou-se, nas palavras de João Roberto Moreira, “um grande centro de treinamento destinado a propiciar a renovação dos conhecimentos didáticos do magistério” (A NOTÍCIA, 06 de novembro de 1958). O projeto inicial se estendeu para Catalão, no estado de Goiás; Timbaúba, em Pernambuco; Santarém, no Pará; Benjamim Constant, no Amazonas; Picuí, na Paraíba; e, por último, Júlio Castilhos, no RS. Os técnicos em educação fizeram minuciosas pesquisas para encontrar essas cidades que se tornariam os novos laboratórios de experiências educacionais da campanha de erradicação do analfabetismo (A Notícia, 04 de abril de 1959). “Além de se haverem iniciado levantamentos preliminares noutros pontos do país. Em 1960, a Campanha, com feição mais executiva que experimental, se estenderá a 40 municípios” (INEP, 1987, p. 334).

Para o governo de Juscelino, os trabalhos desenvolvidos nesses centros-piloto se referiam à

melhoria das instalações, provimento de mobiliário e material didático, escolarização, na faixa correspondente ao ciclo primário de estudos, com reformas que proporcionem maior rendimento da rede escolar, aperfeiçoamento do professorado diplomado e do leigo, escolarização de emergência de adolescentes e adultos analfabetos, educação de base, através de missões culturais, programas radiofônicos e outros meios (INEP, 1987, p. 334).

Para divulgar os esforços do governo federal no combate ao analfabetismo foi realizado um documentário cinematográfico de mais ou menos vinte minutos sobre esta questão. Este documentário foi dirigido pelo cineasta José Geraldo Santos Pereira com o auxílio e colaboração de João Roberto Moreira no município de Leopoldina, para evidenciar “os planos de ação e os resultados obtidos na primeira experiência” (A Notícia, 03 de jan. de 1959).

O documentário, a princípio descreve os aspectos do município de Leopoldina e de sua população basicamente rural, evidenciando a pobreza, a falta de higiene e de conforto presentes nas casas das pessoas. Este cenário, segundo a narração, é fruto do analfabetismo proveniente da inacessibilidade dos leopoldinenses aos bancos escolares.

O camponês é representado como alguém sem instrução e perspectiva de melhora de vida. Vai com suas ferramentas rudimentares a procura de trabalho em uma fazenda, porém não o consegue, pois não sabe lidar com a mecanização gradativa da agricultura. Em seguida vai a cidade pedir emprego na fábrica de tecidos, mas como encontra-se desajustado as técnicas modernas e não sabe ler não consegue trabalho. Desconsolado instala-se em malocas que, segundo a narrativa são comparadas a tocas infestadas de promiscuidade.

Sutilmente o ideário do nacional-desenvolvimentismo está presente no decorrer do documentário. Seja no âmbito rural ou urbano faz-se necessário o indivíduo se instruir nas técnicas modernas da economia e da indústria.

Frente a esta situação a CNEA foi representada como solução salvífica do Ministério da Educação e Cultura para erradicar o problema do analfabetismo e fazer com que a população se enquadre nos moldes do desenvolvimento econômico. Projeta-se uma nova Leopoldina com os técnicos em educação divulgando os trabalhos da Campanha entre a comunidade. Desenvolve-se cursos para os professores, envolve-se a população no levantamento das características socioeconômicas do município.

Novos prédios escolares são construídos baseados em uma arquitetura moderna, simples e funcional. O custo, segundo a narrativa, são mínimos pois há ajuda de toda a população do município para efetua-los.

As crianças estão uniformizadas, asseadas e felizes por irem à escola e fazerem uso das técnicas modernas no setor didático nas salas de aula, que também são estendidas aos adultos analfabetos do município.

Entende-se que o propósito desse documentário faz parte dos discursos de enaltecimento da CNEA. Por ser institucional tem o objetivo de ressaltar a imagem e versão oficial da Campanha.

Com o crescimento da CNEA, a campanha se estendeu a municípios representativos²⁹ das cinco regiões brasileiras, em Santa Catarina, por exemplo, a cidade de Joinville era colocada como “um centro industrial [...] de grande influência econômica na vida do Estado” (CAPES, 1958, p.21).

Joinville ganhou destaque no Estado catarinense nos anos de 1950 e 1960 pelo crescimento industrial na área de metal-mecânica.

Mais tarde a Campanha se juntou com duas outras, no dia 17 de novembro de 1959, através do Decreto Federal Nº 47.251 (Anexo 2), sancionado por Juscelino Kubitschek.

As outras ações se referiam à Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos e à Campanha de Educação Rural. Ou seja, a CNEA fez parte de um conjunto de medidas denominado, conforme o decreto N.º 47.251/1959, como **campanhas extraordinárias de educação**. As três campanhas englobaram setores específicos, mas deveriam, através de dados levantados no âmbito de cada uma, bem como dos materiais e métodos empregados para implementá-las, interagir, de modo que o objetivo maior do decreto fosse alcançado, isto é: “para os fins de educação de adolescentes e adultos analfabetos, de educação rural e de erradicação do analfabetismo” (SENADO FEDERAL, 1959).

Especificamente a CNEA tinha três objetivos:

- a) o aperfeiçoamento e o desenvolvimento do ensino primário em áreas municipais pré-estabelecidas;
- b) a aplicação intensiva dos métodos e dos materiais utilizados pelas outras duas campanhas nas mesmas áreas municipais pré-estabelecidas; e

²⁹ Conforme Moreira (1960), municípios representativos seriam aqueles que exerciam influência nas regiões, rurais ou urbanas, de seu entorno.

c) a verificação experimental da validade sócio-econômica dos métodos e processos de ensino primário, educação de base e educação rural, utilizados no Brasil, com vistas à determinação dos mais eficientes meios de erradicação do analfabetismo (SENADO FEDERAL, 1959).

A CNEA focava o combate ao analfabetismo, mas em lugar de buscar a erradicação do analfabetismo entre jovens e adultos, tal como acontece hoje, esta campanha tinha um foco menos abrangente, tendo como intenção

promover uma campanha de alfabetização como objetivo de recuperar educacionalmente todos os maiores de 14 anos insuficientemente instruídos e alfabetizar a população urbana de 14 a 20 anos” (INEP, 1961, p. 117).

O INEP divulgou em sua revista um balanço de suas ações e dos centros de pesquisa no período de 1956 a 1960 e enfatizou que este segundo objetivo da CNEA não teve o êxito esperado devido ao aumento do número de municípios “cobaias”. Sendo assim, a campanha nesse setor ficou com “um caráter meramente assistencial” (INEP, 1961, p. 117). Essa evidência sugere a hipótese de que não só aumento dos municípios a serem pesquisados foi o empecilho, mas também a possibilidade de haver um número de habitantes adultos analfabetos supostamente expressivo nessas cidades, o que criava dificuldades na prática para sanar tal problema. Por isso, o meio para atender tal demanda foi a apropriação da idéia em caráter assistencial, não deixando assim de contemplar essa ação da CNEA.

Assim a prioridade da campanha centrava-se em

determinar métodos mais adequados e o custo provável da ampliação da rede escolar primária para matricular todas as crianças em idade escolar, aprimorar as práticas de ensino para elevar ao dobro a proporção de crianças que concluem o curso primário” (INEP, 1961, p. 117).

Cumpre lembrar que o objetivo maior da CNEA estava articulado à intenção do governo de Juscelino Kubitschek de ter cidadãos inseridos no projeto de desenvolvimento econômico do país. Para isso, o analfabetismo era uma ferida que, gradativamente, deveria ser curada com o progressivo andamento das campanhas educacionais instituídas. A representação de um Brasil alfabetizado colocaria o país em posições estratégicas no círculo de relações internacionais, conferindo-lhe em posição diferenciada dos demais países latino-americanos, assemelhando-se às nações desenvolvidas.

Ao longo do processo de desenvolvimento destas campanhas, seus desdobramentos foram sentidos e culminaram no decreto do Senado Federal Nº 51.222, de 22 de agosto de 1961 (Anexo 3), já no governo de Jânio Quadros, intitulado: Mobilização Nacional contra o Analfabetismo. Do decreto anterior, ficava anexada à Mobilização Nacional contra o Analfabetismo, a CNEA e a Educação Rural. As novas ações previstas diziam respeito às Campanhas de Educação de Adultos, à construção de prédios escolares, à extensão da escolaridade e educação complementar e da merenda escolar.

O decreto Nº 47.251 de 1959, relativo à CNEA, não fazia referência aos índices almejados de alfabetização e escolarização de crianças, jovens e adultos. As metas eram mais generalistas, ou seja, não pontuavam idades. Porém, no decreto Nº 51.222 de 1961, as metas ficaram bem claras, quando se estabeleceu a escolarização, através de acordos com Estados e Municípios, para todas as crianças de 7 a 11 anos de idade. Também foi previsto o reconhecimento e a matrícula, em cursos destinados à alfabetização, de todos os analfabetos brasileiros que completassem 14 e 18 anos, no período de 1961 a 1965, bem como, na medida do possível, o **atendimento subsidiário** aos maiores de 18 anos analfabetos.

Uma hipótese é de que no primeiro decreto não constaram tais metas por não haver ainda um conjunto de dados consubstanciados pelo CBPE, plausíveis de análises e, conseqüentemente, projetos educacionais específicos. Ao contrário, para a elaboração do segundo, havia já pesquisas e levantamento de dados para orientar as campanhas envolvidas, então era possível quantificar objetivos com bases empíricas.

Com efeito, a ampliação dessas metas foi prevista no decreto do Senado Federal Nº 51.470, de 22 de maio de 1962 (Anexo 4), no governo de João Goulart. Nesse novo dispositivo, a escolarização continuou como um objetivo consideradas todas as crianças de 7 a 11 anos. E, por conseguinte, esse decreto estabeleceu a articulação de convênios não só com os Estados e Municípios, mas também com associações cuja missão contemplasse a educação, fossem essas públicas ou privadas. Previa-se, ainda, o atendimento de jovens analfabetos na faixa de 12 a 21 anos, para o que seria providenciada a manutenção de instalações necessárias para alfabetizá-los. Por último, manteve-se o **atendimento subsidiário**, dentro do que era possível, aos maiores de 21 anos.

De todo modo, fica evidente que a CNEA e seus adendos foram se moldando e se reconfigurando, a partir da primeira intenção, sobre os planos educacionais de Juscelino Kubitschek, bem como sobre os novos olhares lançados sobre a educação pelos governos de Jânio Quadros e João Goulart, posteriores a ele. Ao longo do percurso da CNEA, ela foi tomando seu lugar de destaque. Para tal reconhecimento, intelectuais ligados ao INEP e ao CBPE exerceram um papel muito importante.

1.2 PROPOSIÇÕES DE INTELECTUAIS PARA A CNEA

Durante os anos de 1950 veio à tona a prática de métodos e a adoção de conceitos originados nas Ciências Sociais na área da educação, com o desejo de aplicar uma abordagem científica em benefício do desenvolvimento de políticas públicas (FERREIRA, 2006). A própria ONU e a UNESCO já anunciavam, no final dos anos de 1940 e início dos anos de 1950, que “[...] a aplicação prática das ciências sociais ao planejamento econômico e ao desenvolvimento social...” do Brasil e nos demais países da América Latina (XAVIER, 1999, p. 70).

Essa situação estava ligada à criação, pelo então Ministro de Educação e Saúde, Gustavo Capanema, do Instituto Nacional de Pedagogia (INEP), em 1937. Convém observar, porém, que a operação do INEP efetivou-se em 1938, com a mudança de nome para Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, com a direção de Manoel Bergstrom Lourenço Filho³⁰ (MENDONÇA, 2006). De início, o INEP pesquisava a educação dentro da especificidade dos seus problemas e soluções, com caráter especulativo, marcado pela presença dos preceitos da Psicologia e da Pedagogia (FERREIRA, 2006). Nesse período, os “processos de ensino e os instrumentos de avaliação da aprendizagem e do desenvolvimento psicológico constituem preocupação dominante” (GOUVEIA, 1971, p. 2).

A entrada das Ciências Sociais na cena educacional se deu através da iniciativa de Anísio Teixeira, que esteve à frente da direção do INEP a partir de 1952. Esse intelectual considerava que a “[...] articulação das ciências sociais com a

³⁰ Manoel Bergstrom Lourenço Filho formou-se em 1929 como bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais e, nesse mesmo ano foi designado para a Academia Paulista de Letras (APL). Em 1934, foi eleito presidente da ABE.

educação era indispensável para a consubstanciação de um projeto de cunho científico que pautasse as ações no campo educacional” (LEITE FILHO; SANTOS; GOUVÊA, 2008, p. 45). Anísio Teixeira também alertou que

[...] as práticas educativas deveriam beneficiar-se de algumas ‘ciências-fonte’ (principalmente a antropologia, a sociologia e a psicologia), mas não pela aplicação direta de experiências específicas dessas áreas. Era preciso transformar essas experiências e/ou elaborá-las para ‘a aplicação educacional” (HENRIQUES, 1998, p. 82).

Dessa forma, considerando-se

[...] como objeto propriamente de pesquisa empírica, a educação passou a receber a atenção dos cientistas sociais nos anos cinquenta, quando o interesse pela modernização do país, estimulado inclusive pela política desenvolvimentista do governo Kubitschek [...] atribuía-se à escolarização, [...] papel importante na transformação do país no sentido de uma sociedade mais próspera e mais democrática (GOUVEIA, 1989, p. 72).

Assim, houve a contratação de profissionais vinculados principalmente ao campo das ciências sociais³¹, e inaugurou-se a institucionalização das pesquisas, no campo educacional, nessa área, como forma de indagar cientificamente a respeito da realidade educacional do país, bem como de entender a escola no seu relacionamento com a estrutura social.

Para iniciar os trabalhos, foi criado sob o comando de Anísio Teixeira, em dezembro de 1955, o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE), órgão ligado ao INEP, no Rio de Janeiro, bem como de cinco centros regionais, localizados nas capitais de São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Sul (GOUVEIA, 1971). O objetivo principal do CBPE, com endosso significativo da UNESCO, foi que

durante os anos 50/60, [...] reuniu educadores e cientistas sociais em um projeto ambicioso que tinha como metas prioritárias promover o desenvolvimento de pesquisas sobre educação a fim de subsidiar as

³¹ Nas considerações de Moreira (1960), profissionais de outras áreas, como, por exemplo, arquitetos, encarregados de fazer projetos de escolas adequados às diferentes regiões brasileiras, também foram contratados nesta ocasião para viabilizar as campanhas educacionais do governo federal.

políticas públicas do setor educacional implementadas no país. (XAVIER, 1999, p. 7)

Outrossim, a articulação do CBPE e dos Centros Regionais, dentre as prerrogativas educacionais, representava

[...] uma maneira de escapar da burocratização do INEP, garantindo uma maior flexibilidade na contratação de pessoal especializado, um intercâmbio mais autônomo com entidades internacionais, e permitindo, igualmente, uma maior oxigenação de idéias. É de fato com a criação do CBPE que Anísio Teixeira transforma o INEP em uma espécie de um cérebro pensante do Ministério, um verdadeiro ministério dentro do Ministério, [...] de onde partiam propostas de intervenção sobre o sistema de ensino, fundamentadas nas pesquisas de ponta desenvolvidas sob o seu patrocínio e nas experiências que vão ser promovidas pelo próprio Centro e pelos Centros Regionais de Pesquisas a ele articulados. (MENDONÇA, 2006, p. 13)

Neste contexto, profissionais da educação, tendo se destacado Anísio Teixeira e João Roberto Moreira estudavam e pesquisavam como estruturar uma campanha educacional voltada para os objetivos de desenvolvimento do governo de Juscelino Kubitschek. Sobre isso, Clóvis Salgado, Ministro da Educação, em outubro de 1958, relatou, em conferência ao INEP, intitulada **As metas da educação para o desenvolvimento**, que “só seremos país desenvolvido economicamente quando nossa escola, de pirâmide esguia, tornar-se um cubo maciço. Educação e desenvolvimento marcham juntos, são processos concomitantes” (SALGADO, 1958, p. 47).

Ao tecer críticas e mostrar números relativos à área educacional na referida Conferência, o Ministro da Educação salienta que a “escola primária: não alcança o mínimo de ensinar as técnicas rudimentares da leitura, da escrita e do cálculo” (SALGADO, 1958, p. 58) e “tem-se, nesse momento, um país com 50% de analfabetos da população acima de 10 anos de idade” (SALGADO, 1958, p. 54).

Com a vinculação de tais informações, os especialistas em educação também publicavam artigos na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, na qual enfatizavam a relação educação e desenvolvimento, a exemplo do artigo **A**

educação na era do desenvolvimento, da autoria de Primo Nunes de Andrade³², que apresenta uma retórica enaltecedora:

Na criação da nova cultura brasileira, que surge agora para dar expressão consciente às tendências históricas de formação da nacionalidade, dentro do quadro mais amplo de renascimento e de renovação universal na marcha das civilizações humanas, torna-se de alta relevância o papel influente da educação como função construtiva e propulsora do processo de desenvolvimento em curso na comunidade brasileira. [...] Considerando, pois, objetivamente, sob o ponto de vista histórico, um sistema educacional deve ser encarado como meio de transmissão por gerações sucessivas, de consolidação e de aperfeiçoamento de uma cultura, e não como fonte de criação e de surgimento da mesma. No caso específico da comunidade brasileira, a reforma do seu sistema educacional impõem-se como uma decorrência da atual fase de desenvolvimento que a mesma atravessa. (ANDRADE, 1958, p. 46-47 [sic]).

É fato que os educadores e cientistas sociais do INEP deveriam consubstanciar um conjunto de ações educacionais mais compatíveis aos ideais do governo de Juscelino, pois a compreensão dele era que só se conseguiria colocar o país no patamar do desenvolvimento se fosse desencadeado o aumento do nível educacional entre os brasileiros. No ideário desenvolvimentista criou-se órgãos e, ousa-se afirmar, condicionou os já existentes, como por exemplo, o INEP e o CBPE para servir como assessoria “[...] à meta maior de promover o ingresso do país na modernidade” (XAVIER, 1999, p. 53). Contudo, havia divergência entre as ideias dos especialistas em educação e o governo: a desaprovação, por parte dos técnicos do INEP, do entendimento sobre o papel da educação no ideário do nacional-desenvolvimentismo, constatado pelo Plano de Metas do governo de Juscelino Kubitschek (PAIVA, 1995).

Para a equipe do governo federal seria o “desenvolvimento econômico, o determinante nas mudanças sociais de estrutura e organização, [ele] criaria condições melhores, mais favoráveis ao tratamento do homem como pessoa” (MOREIRA, 1960, p. 8), ou seja, dessa forma defendia-se a retirada da educação enquanto protagonista do desenvolvimento. Esclarecendo melhor, a educação era pensada, naquele momento, pelo governo, como um alicerce para o desenvolvimento industrial e econômico do país, o que aumentaria a produtividade do trabalho, mas não como a principal propulsora desse progresso.

³²

A única informação obtida sobre ele, até o momento, é que era professor da Escola Naval.

Estudos realizados por alguns educadores e cientistas sociais, como João Roberto Moreira, Manoel Bergstrom Lourenço Filho e Primo Nunes de Andrade, colocavam a educação como pré-requisito fundamental para alcançar o desenvolvimento econômico e industrial brasileiro. Eles também defendiam que a educação não deveria ser circunscrita a uma política governamental, ou seja, a relação educação e desenvolvimento deveria se estender aos próximos governos.

Esse olhar para a educação, frente às propostas desenvolvimentistas do governo Kubitschek, fez com que os especialistas na área contratados pelo INEP se debruçassem sobre os problemas educacionais, a fim de proporem soluções viáveis e rápidas que estivessem compatíveis com as metas do governo. Eles tinham em vista que, para alcançar o desenvolvimento, o primeiro passo a ser dado seria o de solucionar os problemas da educação. Ou seja, nesse quesito educação, os profissionais da área a apropriaram de modo inverso do Governo federal: a educação precede o desenvolvimento. Através dela que a infra-estrutura se realizará para o crescimento econômico e industrial.

Os profissionais da educação promoveram pesquisas sobre as condições sociais, econômicas e culturais, que resultaram, na prática, na inter-relação desses aspectos com a educação popular, em diversas áreas do Brasil, consideradas de influência urbana em seus estados. Para eles, o analfabetismo, exposto como uma das grandes chagas do Brasil, só poderia ser erradicado se pensado não só como um

[...] processo de educação de adolescentes e adultos analfabetos, pois, se estes existiam, a causa estava em que não haviam tido ensejo de freqüentar escola primária. Dar-lhe tardiamente, essa oportunidade, não traria a erradicação do analfabetismo, se não se criasse, ao mesmo tempo, um sistema escolar suficiente para que todas as crianças tivessem escolarização primária adequada. (MOREIRA, 1960, p. 12)

Salienta-se, com esse trecho, que o analfabetismo foi considerado na sua concepção, ou seja, não adiantaria criar um plano de emergência para alfabetizar a população jovem e adulta se uma transformação maior que assegurasse o atendimento de mais crianças através da ampliação no número de escolas não fosse efetivada. Sem essas mudanças, o problema do analfabetismo só seria amenizado num curto espaço de tempo, afinal, conforme elucidou Moreira (1960, p.

21), “[...] o analfabetismo tem causas sociais e econômicas que devem ser convenientemente conhecidas, para que, compreendendo esse fenômeno na inter-relação e no contexto de suas causas e condições, seja ele controlado e dominado”.

Assim, foram realizados estudos que visaram contribuir para que as metas do governo federal fossem atingidas, os quais acabaram por culminar na criação da CNEA.

Entre os diversos estudos realizados na época, compete ainda citar os iniciados em Leopoldina, estudos que, de acordo com Salgado, “[...] servirão de base para um planejamento em escala nacional, de uma campanha para varrer o analfabetismo” (1958, p. 55), ou seja, a CNEA. Cumpre observar que, a cada ano do período de 1958-1963, a CNEA galgou novos centros-pilotos, e chegou a atuar em 34 núcleos espalhados por todo o país (PAIVA, 1985).

1.3 O PROJETO CNEA CONSOLIDADO

Sem espírito de equipe, sem trabalho cooperativo, sem a colaboração de muitos, ou de quase todos, a educação não pode ser realizada. Menos que um produto do cérebro de um homem, ela é resultante de uma sociedade e, por isso, depende do trabalho de muitos representantes dessa sociedade, interessados no processo social que é a educação. (MOREIRA, 1960, p. 6)

Foi com esta constatação que João Roberto Moreira foi designado, em 1957, pelo então ministro Clóvis Salgado, durante o governo JK, para coordenar a CNEA. E foi com essas palavras que ele finalizou a seção de apresentação do primeiro relatório³³ sobre a campanha, intitulado **Uma experiência de educação: o projeto piloto de erradicação do analfabetismo, do Ministério de Educação e Cultura**. O autor enfatizou, nas três páginas desse documento, os agradecimentos a todos que estiveram envolvidos com a realização da CNEA, que já no ano de 1960 passou a ser implementada em quinze municípios brasileiros.

³³ Optou-se, nesta dissertação, por tratar o referido documento como relatório. Cumpre observar que Moreira (1960) o chamou como a “[...] primeira notícia sistematizada da experiência educacional, constituída pelo projeto piloto de erradicação do analfabetismo” (p. 4).

Devido ao trabalho de cientistas sociais, arquitetos³⁴, professores, estudantes e outros envolvidos, Moreira, em seu relato, esclareceu que foi através desses profissionais que a CNEA alcançou êxito. Há que se reiterar, porém, que o nascimento da Campanha esteve associado a uma idéia do governo Kubitschek acerca da educação e seu papel no desenvolvimento do Brasil.

Contudo, ao encarregar o INEP, juntamente com a CBPE, da elaboração de um plano de ação educacional que erradicasse o analfabetismo em todo o país, os especialistas mostraram que da maneira como se articulou educação e desenvolvimento da nação, os planos educacionais pretendidos lograriam somente o fracasso.

Os técnicos em educação compreendiam que a teoria econômica apresentada pelo governo era “um tanto fatalista, pois significava a predominância casual ou determinante do econômico sobre o social e o cultural” (MOREIRA, 1960, p. 8). Para eles, antes do âmbito econômico, as características culturais e sociais deveriam ser levantadas em cada área do Brasil, pois ainda que tratando de municípios pertencentes à mesma região brasileira, os aspectos sócio-culturais não eram homogêneos.

Através do CBPE, situado no Rio de Janeiro e das cinco regionais instaladas em capitais brasileiras de São Paulo, Recife, Belo Horizonte, Porto Alegre e Salvador, os trabalhos de pesquisas foram iniciados visando levantar dados relativos às especificidades locais.

É importante acentuar que alguns experimentos foram base para o projeto da CNEA. Destaca-se, por exemplo, um projeto realizado em 1957, pelo próprio coordenador da campanha, João Roberto Moreira, no município de Passa-Quatro, localizado no Estado de Minas Gerais, com o título **Projeto de erradicação do analfabetismo em Passa-Quatro**, que, segundo Ferreira (2006), não foi consolidado. Porém, no primeiro relatório sobre a CNEA (1960), Moreira fez menção a esse projeto e esclareceu os motivos da escolha daquele município. De início, por ser um município pequeno, com um número populacional baixo; em seguida, ficou conhecido no Brasil pela devastação de suas plantações, em função das ímpares

³⁴ Observa-se que João Roberto Moreira fez um extenso agradecimento aos arquitetos, devido aos projetos de prédios escolares de baixo custo. Os projetos eram desenvolvidos visando as características locais e regionais, como, por exemplo, o clima, e as necessidades locais.

condições meteorológicas que incidiram naquele local, o que ocasionou “[...] grandes prejuízos à sede do Município e suas áreas vizinhas” (MOREIRA, 1960, p. 12).

Também contribuíram para sustentar o projeto da CNEA dados obtidos pela equipe de Oracy Nogueira³⁵, sendo que os mais utilizados foram os estudos feitos em áreas urbanas brasileiras, como, por exemplo, o de Itapetininga, município localizado no Estado de São Paulo. Essas informações forneceram “[...] os meios para apurar as possíveis diferenças no processo de socialização operante no Brasil, em face das diferenças de estrutura, de economia e cultura das sociedades locais” (MOREIRA, 1960, p. 18). A importância da contribuição de Nogueira ficou registrada nos agradecimentos de Moreira, na seção de apresentação do relatório sobre a campanha:

Mencionamos, com reconhecimento, o trabalho extraordinário de estudos objetivos e de pesquisas em campo, realizados pela equipe de jovens cientistas sociais, sob o comando do prof. Oracy Nogueira, que nos tornaram possível começar as nossas atividades concretas de educação com maior segurança, por termos noção mais precisa do ambiente econômico, social e cultural em que íamos atuar. (MOREIRA, 1960, p. 5)

Moreira também se referiu às pesquisas realizadas por Andrew Pearse³⁶, Josildete Gomes³⁷ e Aparecida Joly Gouveia³⁸. Salientou ainda a colaboração da UNESCO e a cooperação do CBPE neste arcabouço de dados que serviram de base para para a constituição da CNEA

Em 1956, o Prof. Jacques Lambert, em missão da Unesco no Brasil, propôs uma coleta de informações sobre o funcionamento da escola nas diferentes áreas brasileiras, o que permitiria, desde logo, compreender o problema de

³⁵ Oracy Nogueira foi ex-professor de Darcy Ribeiro, então Diretor da Divisão de Estudos e Pesquisas Sociais do CBPE. Junto com João Roberto Moreira, Ribeiro convidou Nogueira para atuar no CBPE, onde projetou e dirigiu o Projeto de Instituição de uma área-laboratório para pesquisas referentes à educação. Trabalho que foi compilado por Moreira para a elaboração do projeto da CNEA (FERREIRA, 2006, p. 168-169).

³⁶ Andrew Pearse, cientista social britânico, desenvolveu, com Josildete Gomes o trabalho intitulado **Estudo sobre uma escola primária e suas relações com seu bairro e vizinhança**, dentro da área temática do CBPE, os processos de urbanização e industrialização e a educação escolarizada (FERREIRA, 2008).

³⁷ Josildete Gomes foi a antropóloga responsável por um dos trabalhos da temática “educação em pequenas comunidades do CBPE”, intitulado **A educação nos estudos de comunidades no Brasil** (1956) (FERREIRA, 2008).

³⁸ Aparecida Joly Gouveia, falecida em 1998, foi pesquisadora do CBPE e dos Centros Regionais. Como fruto do seu trabalho nesses centros, redigiu o texto **Milhares de normalistas, milhões de analfabetos** (1961) (BARRETO, 1998).

diferenciação escolar, em face das variações regionais da sociedade e cultura do país. Isso provocou uma série de pesquisas e ensaios, realizados pelo Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, cujos resultados ofereceram [...] base muito segura para a proposição dos vários planos preliminares. (MOREIRA, 1960, p. 18)

Compilados esses dados, uma das conclusões alcançadas diz respeito à urbanização crescente dos municípios brasileiros devido à transformação econômica do Brasil dos anos de 1950 (MOREIRA, 1960), foram articulados com os dados do Censo de 1950, e iniciou-se a delimitação das especificidades da CNEA. Em primeira instância, foram escolhidos os municípios para a implementação da campanha. Eles deveriam ser caracterizados como centros de influência em outras áreas,

com base em estudos de sociologia urbana, cada cidade, pequena ou grande, tem sua área de influência, estabelecendo-se, ao seu redor, vilas e povoados semi-rurais e semi-urbanos (rurbanos) que dela dependem. Sentimos que, na presente situação brasileira, seria mais racional e eficaz planejar a educação escolar, partindo de tais centros e, segundo adaptações possíveis, estendê-las às suas áreas de influência. [...] seria útil e necessário partir do pequeno centro urbano de mais de cinco mil habitantes, o qual não será considerado apenas em si, mas em suas relações com as áreas que lhe são dependentes, semi-rurais ou urbanas, a fim de serem obtidos meios de apreciação e de avaliação cultural de tais centros e de sua influência sobre as populações vizinhas, influência essa que pode condicionar todo o planejamento educacional, quer para o centro urbano, quer para seu âmbito rural (MOREIRA, 1960, p. 19).

O Professor Oracy Nogueira foi encarregado de iniciar a primeira experimentação. O município escolhido pelo então ministro da Educação e Saúde, Clóvis Salgado, foi o de Leopoldina, localizado no Estado de Minas Gerais, local onde nasceu. Esse serviu como base para a criação e desenvolvimento das “condições básicas de treinamento do pessoal para o início dos trabalhos em outros municípios” (MOREIRA, 1960, p. 27).

Em seguida, com a aprovação do Congresso Nacional, os experimentos foram estendidos a mais quatro municípios, sendo eles, o de Santarém, no Pará; o

de Timbaúba, em Pernambuco; no Rio Grande do Sul, o município escolhido foi Júlio Castilhos; e, por último Catalão, em Goiás³⁹.

Delimitados os municípios, a etapa seguinte foi a de organizar a implementação da CNEA. Foram utilizados para isso dados disponíveis no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), bem como dados angariados pelos setores responsáveis nos municípios e seus respectivos Estados. Dois educadores⁴⁰ de cada município “cobaia” foram escolhidos para irem ao município de Leopoldina, a fim de familiarizarem-se com a implementação da CNEA naquele local. Essa seria uma maneira de capacitar os profissionais ligados à educação para o momento da consolidação da CNEA nos seus respectivos municípios.

Para essa implementação, havia um programa experimental que visava identificar a especificidade educacional dos municípios escolhidos. Nele, conforme as considerações de Moreira (1960), propunha-se alguns pontos fundamentais que deveriam receber devida atenção; dentre eles, a reformulação dos currículos estabelecidos. Esse aspecto já tinha sido mencionado na mensagem educacional do presidente Juscelino Kubitschek, em 1956, para quem o currículo deveria ser flexível para vislumbrar as características regionais e a vocação de cada ser humano (INEP, 1987, p. 253). Essa discussão estava também na pauta dos estudos e *surveys*⁴¹ realizados pelo INEP, verificado na publicação do livro **Introdução ao estudo do currículo escolar** (MOREIRA, 1955), assim como no artigo intitulado **Os problemas do ensino elementar no Brasil**, publicado na, Revista Educacional de Estudos Pedagógicos (MOREIRA, 1956).

No referido artigo, este autor salienta que

Por falta de uma opinião nacional a respeito dos fins e meios da escola elementar, elaborar ou, como dizem os norte-americanos, construir o currículo dessa escola, tem sido entre nós a coisa mais fácil e rotineira. Para tal não se tem requerido sequer que um educador seja responsável, e muito menos que especialistas em educação elementar sejam chamados. É

³⁹ Pelo CBPE foram realizadas 12 monografias resultantes das pesquisas empreendidas em 12 municípios. Essas foram condensadas em uma coleção especial cujo título é **Sociedade e Educação**. O volume 8 dessa coleção refere-se ao estudo realizado em Joinville (SC), cujo título é o próprio nome da cidade. Até o momento da pesquisa esse material não foi localizado.

⁴⁰ Em princípio, dois educadores de cada município “cobaia” foram enviados para Leopoldina. Na sequência, foi pretendido que esse número aumentasse gradativamente, para que a campanha conseguisse envolver o maior número de profissionais.

⁴¹ *Survey* é um método de pesquisa quantitativo, normalmente realizado através de guias, entrevistas e/ou questionários.

coisa que qualquer um faz, seja bacharel em direito ou professor de qualquer disciplina de curso médio ou superior, ou mesmo um oficial administrativo e até simples escrivão. Não exageramos; poderíamos citar, pelos nomes próprios e pelos Estados, o que vimos e o que nos relataram neste particular. Por outro lado, se tomarmos os chamados programas escolares primários, em vigor nos diferentes Estados do Brasil, surpreenderemos tal uniformidade no espaço e no tempo, isto é, de Estado para Estado e nos últimos sessenta anos, que se tem a impressão de que a prescrição do que deve ser objeto e conteúdo das atividades escolares já estava pronto e acabado no início do século. Logo, não há mesmo necessidade de especialistas para determinar uma coisa onde, segundo a prática generalizada, nada há que inovar e modificar [...]. É como se psicologia, sociologia, economia, política e pesquisa educacionais nada tivessem a haver com o ensino elementar (MOREIRA, 1956, p. 48).

O autor aponta que o currículo da escola primária foi elaborado por uma retórica legitimadora, do início do século XX, e enfatiza que a escola elementar foi pensada na “[...] habilidade de responder perguntas” (MOREIRA, 1956, p. 49). E argumenta que nos cursos universitários oferecidos na época, nos artigos publicados em revistas especializadas e nos livros relativos à educação diz-se “[...]que o objetivo primordial da educação é promover o desenvolvimento harmônico e integral das crianças” (MOREIRA, 1956, p. 49). Além disso, verifica que a configuração da escola, bem como os conteúdos dispostos em seu currículo, foram definidos sem a devida análise de especialistas e de instituições qualificadas para tal função. Simplesmente o currículo era repetido ano a ano, pois os conteúdos das disciplinas escolares, ou seja, o que deve ser ensinado, já estava prescrito. Com efeito, Moreira (1956) apontou a discrepância sobre a teoria e a prática, ou seja, entre o que se diz e o que se faz na educação.

Dessa forma, analisar os currículos não deveria ser mera formalidade, mas fator de necessária pesquisa e estudo. Pois, ao deparar-se com o ensino dos municípios escolhidos para a implementação da CNEA, Moreira enfatizou que os currículos

[...] se revelam tácita e claramente desambientados, sem relação alguma com as situações, problemas, aspirações e necessidades locais. Eram currículos adotados no início do século, de modo idealístico, tendo em vista apenas os objetivos culturais fixados no fim do século passado, quando se acreditava que a instrução pura e simples era meio de progresso social (MOREIRA, 1960, p. 30).

Dentro dessa perspectiva, a empreitada dos agentes da CNEA seria uma tarefa árdua. Porém a implementação do ideal de currículo defendido por Moreira, ou seja, aquele cujos conteúdos estivessem adequados às especificidades e necessidades locais, na prática não se deu como desejado.

Tal fato tornou-se conhecido pelas pesquisas realizadas e relatadas por Moreira, o qual esclareceu que os municípios escolhidos passavam por uma transformação econômica e social chamada de rurbanização, que seria

um mútuo condicionamento entre vida urbana e vida rural, afinal as tendências da sociedade moderna são no sentido de rurbanização, isto é, de levar para o trabalho e à economia rural muitas das técnicas urbanas” (MOREIRA, 1960, p. 19).

Ou seja, não se tinha claro a importância de se realizar os ajustes adequados no currículo.

Dessa maneira, a forma encontrada para condicionar o currículo das escolas primárias, no quesito alfabetização, a cada município escolhido foi um currículo

[de caráter] duplo e quase contraditório aspecto: um programa educacional ao mesmo tempo conservador e progressista. Conservador porque precisa acatar e dar ênfase aos aspectos sólidos, aos valores positivos e permanentes do estágio que está sendo ultrapassado. Progressista porque deve sublinhar aqueles novos aspectos culturais, que precisam ser bem compreendidos e realizados para que os educandos se ajustem às novas situações emergentes da mudança social. [...] Além disso, necessário se tornava dar ao ensino das chamadas matérias educacionais uma conotação tal que elas pudessem ser estudadas e aprendidas como instrumentos de bem estar individual e coletivo na sociedade em transição (MOREIRA, 1960, p. 30).

Logo, construir um currículo apenas com os conhecimentos teóricos dos cientistas sociais, sem levar em consideração as especificidades locais, cairia nas prerrogativas curriculares anteriores.

Dessa forma, a atenção das pesquisas para o reconhecimento da realidade local era imprescindível para a elaboração de um currículo primário adequado aos objetivos da CNEA em cada cidade “cobaia”. Além disso, o currículo ainda deveria contemplar

relações humanas sadias, de acordo com as modificações que se foram operando; novos objetivos sociais; novo esquema de convivência e de aceitação por parte dos membros da sociedade; nova concepção dos direitos e deveres humanos, em face das mais recentes condições de relações sociais; novos meios e padrões de pensamento, que visem às novas perspectivas de trabalho, de produção e de realização e técnicas no resolver situações, a fim de preservar uma democracia de certas pessoas, grupos, organizações, etc. Além disso, necessário se tornava dar ao ensino das chamadas matérias educacionais uma conotação tal que elas pudessem ser estudadas e aprendidas como instrumentos de bem estar individual e coletivo na sociedade em transição.(MOREIRA, 1960, p. 30).

Contudo, Moreira enfatizou que, para tal empreitada, vários meses se passariam até se obter e compilar os dados das pesquisas. Observou ainda que:

Achamos que, mediante a vivência na comunidade e as atividades escolares poderíamos ir aos poucos introduzindo modificações que, se pequenas tomadas isoladamente, ao fim de algum tempo poderiam representar, no seu conjunto, uma reorientação de todo o sistema escolar, assim incluída a reforma do currículo primário (MOREIRA, 1960, p. 31).

Tem-se a hipótese de que, na prática, a mudança de currículo almejada por Moreira não foi tão fácil quanto proposto em teoria. Afinal as transformações nesse setor englobariam a articulação dos estudos em vários municípios “cobaias”, bem como o envolvimento dos técnicos em educação, dos professores em exercício e da própria comunidade, esperando-se como resultado a desejável reforma geral no currículo das escolas primárias.

Outros setores, que deveriam ser ressaltados no programa experimental referiam-se a sete estudos, sendo eles:

- 1 - Estudo da situação das matrículas escolares, para determinar a repetência, as faixas de idade por grau escolar, o abandono prematuro da escola e outros fatos.
- 2 - Em seguida, deveríamos conhecer o número de crianças em idade escolar, existentes no município, que não obtinham vaga para a realização dos estudos elementares, de modo a determinar quantas novas classes deveriam ser criadas.
- 3 - Programaríamos, assim, a instalação de classes de emergência e as construções escolares, objetivando a escolarização imediata de todas as crianças excedentes.
- 4 - Concomitantemente, faríamos um levantamento da população de mais de 11 anos e menos de 15 anos de idade, quer matriculada em escolas, quer não, a fim de lhe proporcionarmos meios especiais, através da organização de classes escolares próprias, para uma aprendizagem adequada a essas faixas de idade e aos interesses e possibilidades que se nos apresentassem.

5 - Atentáramos, ainda, na população de mais de 15 anos de idade, não só para os analfabetos, mas também para os que entre eles apresentavam melhores condições sociais e de trabalho, podendo aproveitar aquilo que aprendessem nas classes de alfabetização. Assim, iniciar-se-ia o processo de recuperação cultural de adolescentes e adultos analfabetos, atendendo aos que estavam em situação mais favorável a isso e deixando para uma segunda fase a escolarização de emergência, para aqueles que, recebendo estímulos e condicionamentos criados pela própria experiência, desejassem a aquisição dos meios culturais que lhes pudéssemos oferecer.

6 - Veríamos, também, as disponibilidades municipais em assunto de magistério primário, a fim de adquirirmos base para a programação de cursos de preparo e treinamento de professores, considerando o plano de reforma escolar primária que desejávamos realizar.

7 - Finalmente, não podíamos perder de vista, o fato de que a experiência, para ser compreendida pela população local, deveria ser apoiada por seus líderes. Precisávamos sondá-los, conhecer-lhes o conceito de educação ensino, para que, partindo dessa opinião, conseguíssemos que eles aceitassem as reformas pretendidas, como sendo de sua iniciativa, por serem úteis à comunidade (MOREIRA, 1960, p. 29-30).

É com essas prerrogativas que se formulou o primeiro projeto piloto de erradicação do analfabetismo, a fim de ser experimentado, nos municípios escolhidos como “cobaias”.

O propósito desse capítulo foi mostrar diferentes olhares e percepções acerca da educação através de uma Campanha criada para sanar um dos empecilhos do setor: o analfabetismo.

Destacou-se, desse modo, a trajetória de uma ação educacional sob a regência da equipe de governo e de intelectuais na consolidação de uma proposta eficaz voltada à erradicação do analfabetismo.

Verificou-se que esta Campanha não foi pensada como projeto único de educação nacional. O que caracterizou a CNEA foi considerar que em função das especificidades de cada região brasileira a Campanha teria que se adequar a realidade local.

2 PROCESSO DE CONSOLIDAÇÃO DA CNEA NO ESTADO DE SANTA CATARINA

A implementação da CNEA no Estado catarinense se deu na década de 1960. No contexto político dessa época o candidato Celso Ramos, da coligação entre o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), venceu, após dois mandatos consecutivos de governadores filiados à União Democrática Nacional (UDN)⁴², o pleito para o cargo de chefe do executivo do Estado com suas propostas de governo consolidadas no Plano de Metas do Governo (PLAMEG)⁴³.

Salienta-se que no âmbito nacional a coligação PSD e PTB, foi um dos fatores de estabilidade política para o desenvolvimento econômico pautado no ideário do nacional-desenvolvimentista de meados de 1950 início de 1960 (BENEVIDES, 1976).

Importa destacar que, desde o final dos anos 1950 e início dos anos 1960, a economia de Santa Catarina esteve anexada ao processo de industrialização do Brasil. Até meados dos anos de 1940, a economia do Estado foi pautada no minifúndio e em setores ligados aos ramos de extração de madeira, erva-mate e carvão, bem como aos setores têxteis e de alimentação. A partir dos anos de 50/60 “a indústria catarinense começou a ampliar e a diversificar a sua base produtiva, com o surgimento de setores potencialmente mais dinâmicos” (GOULARTI FILHO, 2005, p. 628). E, principalmente, “na década de sessenta o aparelho governamental catarinense foi desafiado a modernizar-se, a utilizar-se do planejamento com o objetivo de desenvolver políticas públicas direcionadas às exigências do desenvolvimento” (AURAS, 1995, p. 12).

É importante lembrar que desenvolver a economia naquele período esteve na premissa do ideário desenvolvimentista impresso no plano de metas do governo

⁴² Os governadores mencionados foram Irineu Bornhausen (1951-1956) e Jorge Lacerda (31 de janeiro de 1956- – 16 de junho de 1958). Porém Lacerda faleceu em acidente aéreo (em 16 de junho de 1958), assumindo o vice Heriberto Hülse (16 de junho de 1958 – 31 de janeiro de 1961).

⁴³ O intelectual Alcides de Abreu, que ocupou o quadro de funcionários da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC), é tido como o criador do PLAMEG. Durante o mandato de Celso Ramos, Abreu ocupou o cargo de diretor do Gabinete do Planejamento (AGUIAR, 2008).

federal e, que segundo Schmitz (1985), afetou diretamente o planejamento político estadual, o PLAMEG do então governador Celso Ramos (1961-1965).

Não obstante,

Os anos 60 foram profícuos em estudos e debates em relação à deficiência existente no sistema educacional em Santa Catarina. A educação, nesse período, é revestida de um discurso que a vincula ao progresso e à civilidade, como um dos caminhos certos para atingir a modernização do Brasil (VEDANA, 1997, p. 39-40).

Foi o “[...] momento em que a educação escolar foi considerada fator ‘imprescindível’ ao projeto de alçar Santa Catarina à modernidade” (AURAS, 1995, p. 11).

Esse período, anos de 1960, acabou se constituindo “num marco fundamental para a construção de uma política de Estado para a educação catarinense” (AGUIAR, 2008, p. 229). E é nesse contexto político, de expansão da economia e da educação permeados pelo ideário desenvolvimentista, que a CNEA foi configurada em algumas cidades catarinenses.

2.1 PANORAMA POLÍTICO DE SANTA CATARINA PARA O DESENVOLVIMENTO DA CNEA

Durante o período do Estado Novo (1937-1945), sob o comando de Getúlio Vargas, dentre outras determinações, foram fechados os partidos políticos e os Estados passaram a ser administrados por interventores nomeados. Em Santa Catarina o interventor escolhido foi Nereu Ramos⁴⁴, que ocupou o cargo até 1945.

Após o governo Vargas, os partidos políticos voltaram a se organizar. Os de interesse mais direto nessa pesquisa são dois⁴⁵: o PSD e o PTB, porque estavam filiados a um desses partidos, coligados ou não, o governador eleito do Estado

⁴⁴ Nereu Ramos fundou o Partido Liberal de Santa Catarina (PLC) em 1927, o qual foi fechado durante o Estado Novo. Em 1934 Ramos foi deputado na Assembléia Nacional Constituinte e nas eleições indiretas foi eleito governador do Estado catarinense.

⁴⁵ Conforme Carreirão (1990), os demais partidos que se formaram no período da redemocratização e tiveram atuação em Santa Catarina foram: União Democrática Nacional (UDN), Partido de Representação Popular (PRP), Partido Comunista do Brasil (PCB), Partido Social Progressista (PSP), Partido Democrata Cristão (PDC) e Partido Libertador (PL).

catarinense, assim como os prefeitos de Joinville durante a implementação da CNEA.

Segundo Carreirão (1990, p. 38) “[...] o PSD foi estruturado, no início, basicamente pelos grupos que se encontravam no poder em cada Estado, ao final do Estado Novo, polarizados, em SC, em torno do Interventor Nereu Ramos”. Em 1945, Ramos foi um dos fundadores do PSD no Estado. Ainda, segundo esse autor, em Santa Catarina “o PSD foi durante toda a sua existência um partido controlado pela oligarquia Ramos, originária de Lages” (CARREIRÃO, 1990, p. 39). Em 1946, Aderbal Ramos da Silva assumiu o cargo de governador do Estado de Santa Catarina através de eleições diretas. Somente em 1961 a família Ramos voltou ao comando do Estado, com a vitória de Celso Ramos, ficando duas gestões governamentais com o partido da UDN.

Já a constituição do PTB em Santa Catarina, segundo Carreirão (1990), ocorreu através de uma articulação mais moderada. Contudo vale ressaltar que um dos seus principais dirigentes, Saulo Ramos, possui parentesco com a família de Nereu Ramos. Dessa forma, é possível concluir que a coligação do PTB com o PSD, em determinadas eleições, em Santa Catarina não despertava estranheza, e era pautada, na grande maioria das vezes, mais em função de bases eleitorais do que em ideologias (CARREIRÃO, 1990)⁴⁶.

Assim, com a coligação PSD/PTB denominada Aliança Social-Trabalhista, o candidato Celso Ramos foi eleito governador do Estado para o mandato do período de 1961 a 1965. Celso Ramos consubstanciou, da mesma forma que Juscelino Kubitschek, um programa estadual de governo chamado PLAMEG. Contudo, é importante esclarecer que não foi a primeira vez que um governador catarinense elaborou um projeto de governo associado a propósitos do governo federal. Em 1951 o governador Irineu Bornhausen, eleito pela UDN, organizou o Plano de Obras e Equipamentos (POE) (PIAZZA; HÜBERNER, 2001). De acordo com Schmitz:

Esse Plano surgiu em decorrência do envio, em 3 de março de 1955, de um projeto de lei à Assembléia Legislativa, com a finalidade de orientar a atuação do Poder Público. Previsto para ser um programa decenal (1956/1965) teve que ficar restrito a um período de cinco anos (1956/1960),

⁴⁶ Carreirão (1990) também observa que “a principal estratégia de crescimento partidário [do PTB] a partir das alianças com o PSD ao final do período (1960), porém, não parece ter sido a de obter cargos no governo do Estado [...], mas sim a de lançar candidatos a prefeito em coligação com o PSD, em troca do apoio eleitoral nos pleitos ao governo estadual” (p. 48).

face à mudança do comando político havida na administração pública, sucedendo-lhe o PLAMEG. Embora não significasse mais do que um orçamento paralelo de investimentos submetido a tratamento especial, não se podendo titulá-lo como um plano global, representou a primeira tentativa, no Estado, de vinculação de investimentos em obras pré-definidas (SCHMITZ, 1985, p. 20).

O POE esteve anexado às pretensões do Plano SALTE⁴⁷ (1949-1953), criado no mandato do ex-presidente da República Eurico Gaspar Dutra (SCHMITZ, 1985). Mas o planejamento estadual só foi entregue para a Assembléia Legislativa no último ano de mandato de Irineu Bornhausen.

Segundo Goularti Filho (2005, p. 632), isso teria sido decorrente de uma estratégia política a fim de fornecer “continuidade de Irineu nas eleições de 1960”, ou seja, garantir a política do partido da UDN no comando do governo catarinense. Dessa forma o POE deveria ser executado pelo governador posterior e seu vice, também filiados à UDN. Mas segundo esse mesmo autor, o governador eleito pela UDN, Jorge Lacerda, bem como seu vice, Heriberto Hülse, não se sentiam na obrigação de cumprir as propostas do POE, pois esse plano não foi promessa de sua campanha. Então é possível perceber que a estratégia do plano governamental, POE, foi somente dos que apoiavam Irineu Bornhausen e não do partido político. Isso leva a concluir que tensões e conflitos de interesses permeavam o partido, que as diretrizes de Irineu não eram apoiadas integralmente pelos demais filiados, como se vê no posicionamento de Jorge Lacerda e seu vice.

As diferenças entre o POE e o PLAMEG, segundo Schmitz, centraram-se na:

Primeira tentativa de planejamento global [PLAMEG] das ações do Governo Estadual. Refere-se a Lei 2.772, de 21 de julho de 1961, que dispõe sobre o Plano de Metas do Governo Estadual para o quinquênio 1961/1965. [...] o PLAMEG destinava-se à execução, aperfeiçoamento e atualização de obras e serviços públicos e ao desenvolvimento social e econômico do Estado. [...] e diferente do seu antecessor no que diz respeito principalmente ao seu caráter organizacional pois o POE era gerenciado por uma simples comissão com caráter de ‘staff’, enquanto o PLAMEG, foi responsável pela criação e implantação do primeiro Gabinete de Planejamento, como órgão de formulações de políticas públicas e controle de planejamento no Estado. (SCHMITZ, 1985, p. 20, grifo nosso)

⁴⁷

Iniciais de Saúde, Alimentação, Transporte e Energia.

Tendo em vista essas informações sobre os dois primeiros planejamentos governamentais em Santa Catarina, identifica-se a afinidade do governo estadual com o governo federal, bem como, no caso do PLAMEG, a apropriação desse último das proposições do Plano de Metas de Juscelino.

Corroborar nas considerações de Schmitz (1985, p.54), quando afirma que “as características ideológicas do Plano de Metas do Governo Juscelino Kubitschek, sua mensagem decididamente industrializante e seus objetivos explícitos vão certamente influir como suporte no processo de formulação de políticas públicas”.

A política pública consubstanciada no PLAMEG não teve seu berço somente nas propostas do Plano de Metas, mas também na realização, em Santa Catarina, de um Seminário Sócio-Econômico no ano de 1959 e parte de 1960, com a intenção de realizar um “levantamento objetivo das condições sócio-econômicas de Santa Catarina, para efeito de geração de uma proposta e da tentativa de esboçar a formulação e difusão da ideologia desenvolvimentista” (SCHMITZ, 1985, p. 55). Ou seja, a apropriação feita para formalizar o PLAMEG, não saiu somente das bases do plano de governo federal. Os envolvidos nessa questão articularam os interesses federais com as aspirações estaduais catarinenses. Segundo matéria do jornal **A Notícia**, de 29 de setembro de 1959, quinze cidades catarinenses foram designadas para a realização dos estudos do Seminário: Joinville, Blumenau, Rio do Sul, Florianópolis, Laguna, Tubarão, Criciúma, Araranguá, Mafra, São Bento do Sul, Porto União, Joaçaba, Concórdia, Chapecó e Lages. Esses municípios foram escolhidos, segundo a matéria, por serem zonas geo-econômicas industriais importantes para o Estado de Santa Catarina.

Seminário foi organizado pela FIESC⁴⁸, com o envolvimento da Confederação Nacional da Indústria (CNI)⁴⁹ e da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL)⁵⁰, que consubstanciou proposta de desenvolvimento para os países latinos encontrando no governo de Juscelino momento profícuo para a consolidação de suas ideias no Brasil⁵¹.

É válido afirmar que tanto no âmbito federal quando no estadual houve a inserção de órgãos internacionais nas iniciativas, sejam elas nos setores

⁴⁸ A FIESC foi fundada em 25 de maio de 1950.

⁴⁹ A CNI foi fundada em 12 de agosto de 1938.

⁵⁰ A CEPAL foi fundada após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) pela ONU, em 1948.

⁵¹ Para saber mais consulte Gonçalves e Gonçalves (2008).

educacionais ou econômicos, no governo de JK e de Celso Ramos. A presença estrangeira se fazia presente nas ações governamentais brasileiras e como salientado outrora, fora tido como representação salvífica dos empecilhos que rondam os setores do Brasil.

Num primeiro momento para a execução do Seminário

foram feitas diversas reuniões de trabalhos, realizadas em 16 cidades catarinenses, às quais compareceram mais de 2.000 mil pessoas. Em seguida, realizaram-se sete encontros regionais, em que foram elaborados 18 documentos setoriais, apontando as deficiências estruturais da economia catarinense. E, por último, realizou-se o Seminário Sócio-econômico em Florianópolis, quando foi elaborado o Documento Final. (GOULARTI FILHO, 2005, p. 634)

Na cidade de São Bento do Sul, por exemplo, a Reunião Informal⁵² do Seminário Sócio-Econômico ocorrida no dia 7 de fevereiro de 1960, reuniu cerca de 80 participantes, dentre eles os prefeitos da cidade sede, o de Mafra, Rio Negrinho e Campo Alegre. Os temas discutidos naquela ocasião foram: educação para o desenvolvimento e indústria e energia elétrica (A NOTÍCIA, 9 fev. 1960). Dessa forma, fica evidente que a educação foi uma das pautas de discussão nas reuniões do Seminário Sócio-Econômico. Essa constatação é endossada por Aguiar, ao observar que

[...] o setor educacional configura-se como um dos itens colocados na centralidade dos interesses dos debates do Seminário Sócio-Econômico, devido em grande medida, ao crescimento populacional que provocou pressão sob o referido setor, exigindo sua ampliação, a fim de atender a crescente demanda (AGUIAR, 2008, p. 232).

Em matéria do dia 22 de novembro de 1960, **A Notícia** enfatiza que a educação foi um dos temas que mais dispensaram cuidados pelos participantes das vinte e cinco reuniões do Seminário Sócio-Econômico. As conclusões do seminário para aplacar os problemas educacionais catarinenses seriam: de imediato a

⁵² Houve três etapas para a consubstanciação do Seminário: a primeira, denominada como Reuniões Informais; a segunda, intitulada como Reuniões Regionais; e, por último, a etapa 3 foi o Seminário Sócio-Econômico em si (SANTA CATARINA, 1961, p. 181). Para um conhecimento mais abrangente sobre a execução do Seminário ver Schmitz (1985).

construção de mil e quatrocentas salas de aula, e a integração de dois mil novecentos e noventa e quatro professores e orientadores as chagas que rondam a educação.

Em Joinville, a Reunião Informal aconteceu em 16 de fevereiro de 1960, no Clube Joinville, e os assuntos tratados foram: industrialização, transporte, energia elétrica e a falta de assistência à pecuária e à lavoura (A NOTÍCIA, 16 fev. 1960).

Os encontros em diversos municípios para a efetivação do Seminário realizado em Florianópolis no período de 3 a 5 de dezembro de 1960, serviu como um meio de levantar as reivindicações e propostas dos próprios habitantes das cidades escolhidas e de seu entorno, com a finalidade de promover o desenvolvimento econômico e industrial daquelas regiões.

O presidente da FIESC, Celso Ramos⁵³, evidenciou essa premissa

Cabe aos que promovem o Seminário [...] o terem inaugurado processo inteiramente novo para a concretização do mesmo. Tem havido no país muitos congressos e conferências. Todas, é fora de dúvida, têm um ativo a seu favor. Mas, o método que presidiu os certames anteriores fazia das regiões interessadas – e da população – meros expectadores dos debates conduzidos pelos técnicos. Em Santa Catarina [...] queremos o contrário. A população é quem terá a palavra. [...] Quem vai dar a solução é a própria coletividade interessada em vencer certa ou determinada insuficiência local (A NOTÍCIA, 29 set. 1959).

A compilação das opiniões, pareceres e dados obtidos junto a sociedade catarinense resultou no Documento Básico da FIESC, redigido por Celso Ramos, esclarece que o povo catarinense tem

consciência do processo brasileiro em marcha; da inevitável transformação do regime tradicional de subsistência de núcleos autônomos num sistema mais amplo de trocas, onde a especialização profissional e da produção são o meio adequado e exclusivo de promoção de bem-estar pessoal, familiar ou social (SANTA CATARINA, 1960, p. 2).

Com efeito, esse documento foi transformado pela equipe do presidente da FIESC, Celso Ramos, em seu plano de governo, o PLAMEG (GOULARTI FILHO, 2005). Com ele, Celso Ramos se lançou como candidato, em 1960, elegendo-se

⁵³

Celso Ramos foi presidente da FIESC durante cinco mandatos consecutivos.

para o cargo de governador do Estado de Santa Catarina para o exercício de 1961-1965.

Esse plano de governo foi aprovado pela Assembléia Legislativa por meio da lei Nº 2.772, de 21 de julho de 1961, e tinha, em suma, dois grandes objetivos: a “execução, aperfeiçoamento e atualização de obras e serviços públicos; [e a] promoção de desenvolvimento econômico-social do Estado” (SANTA CATARINA, 1961, p. 181). Dentre suas justificativas, a décima-terceira se refere “à elevação do nível geral das populações, por isso que, servindo ao HOMEM, corrige e melhora o MEIO, e promove a EXPANSÃO ECONÔMICA” (SANTA CATARINA, 1961, p. 182).

Para desenvolvê-lo, o governo estadual necessitou firmar acordos e levantar fundos – angariados junto à União Federal –, estimando um investimento de dezessete bilhões e meio de cruzeiros, distribuídos conforme apresentado na Tabela 1.

Cr\$ (milhões)

ESPECIFICAÇÃO	TOTAL	1961	1962	1963	1964	1965
I - O HOMEM						
Investimentos para a melhoria das condições de vida do homem						
1. Educação e Cultura	2.040	204,0	326,4	408,0	489,6	612,0
2. Justiça e Segurança Pública	980	98,0	156,8	196,0	235,2	612,0
3. Saúde Pública e Assistência Social	1.150	115,0	184,0	230,0	276,0	345,0
4. Sistemas de Água e Esgoto	500	50,0	80,0	100,0	120,0	150,0
II - O MEIO						
Investimentos de infra-estrutura						
5. Energia	4.650	465,0	744,0	930,0	1.116,0	1.395,0
6. Rodovias	4.950	495,0	792,0	990,0	1.188,0	1.485,0
7. Obras e Arte	600	60,0	96,0	120,0	144,0	180,0
III - EXPANSÃO ECONÔMICA						
Investimentos para expansão agrícola e Industrial						
Agricultura e Pecuária						
8. Armazém e ensilagem	260	26,0	41,6	52,0	62,4	78,0
9. Experimentação, fomento e aparelhamento agro-pecuário	820	82,0	131,2	164,0	196,8	246,0
10. Abastecimento	250	25,0	40,0	50,0	60,0	75,0
Indústria						
11. Participação em empreendimentos pioneiros	1.000	100,0	160,0	200,0	240,0	300,0
Crédito						
12. Banco do Estado	300	150,0	30,0	30,0	40,0	50,0

TOTAL	17.500	1.870,0	2.782,0	3.470,0	4.168,0	5.210,0

TABELA 1 - PLANO DE METAS DO GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA (INVESTIMENTOS)

Fonte: Santa Catarina, 1961, p. 184.

Verifica-se que durante o mandato do governador, não só no setor Educação e Cultura, mas em todos os setores, o investimento pretendeu ser crescente ao longo dos anos. Os cinco setores de investimento do Plano de Metas estão contemplados no PLAMEG.

Percentualmente, o investimento no Plano de Metas do Governo de Santa Catarina foi distribuído conforme se apresenta na Tabela 2.

ÁREAS DE INVESTIMENTOS	(%) PREVISÃO DE GASTOS
Rodovias	28,3
Energia	26,6
Educação e cultura	11,6
Saúde e assistência social	6,6
Participação em crédito industrial	5,7
Justiça e segurança pública	5,6
Expansão e fomento agropecuário	4,7
Obras e artes	3,4
Sistema de água e esgoto	2,9
Banco do Estado de Santa Catarina	1,7
Armazenagem e ensilagem	1,5
Abastecimento industrial	1,4

TABELA 2 - PARTICIPAÇÃO DE ÁREAS DE INVESTIMENTOS NOS GASTOS TOTAIS PREVISTOS NO PLAMEG, SANTA CATARINA, 1961-1965

Fonte: Goularti Filho (2005, p. 635).

Ao findar o PLAMEG, a porcentagem destinada à educação e cultura foi de 14,3% (GOULARTI FILHO, 2005, p. 635). Ou seja, o aumento do investimento nesse setor foi gradativo. Isso pode significar a importância do mesmo conforme anunciado, ou seja, a educação nos anos de 1960 foi posta como protagonista do desenvolvimento econômico almejado para o Estado catarinense.

2.2 CONDIÇÕES EDUCACIONAIS DO ESTADO CATARINENSE PARA O RECEBIMENTO DA CNEA

[...] a escola de hoje não se contenta, simplesmente, em assegurar domínio pleno das técnicas culturais básicas, devendo transformar-se em um instrumento de iniciação dos alunos na vida social, econômica, religiosa e cívica, segundo os anseios e aspirações da própria família (A NOTÍCIA, 2 set. 1958).

Essas palavras são de João Roberto Moreira e foram publicadas no jornal **A Notícia**, em matéria intitulada **Aumento do período diário de aulas exige a atual didática**. Quando essa reportagem foi realizada, Moreira já ocupava o cargo de coordenador nacional da CNEA, mas antes ele atuou no ensino catarinense como professor ou ocupando o cargo de diretor escolar.

Moreira escreveu em 1954 uma monografia sobre a situação da educação no Estado de Santa Catarina, intitulada **A Educação em Santa Catarina: sinopse apreciativa sobre a administração, as origens e a difusão de um sistema estadual de educação**. Com esse estudo, ele inaugurou a Campanha de Inquéritos e Levantamentos do Ensino Médio e Elementar (CILEME), da qual também foi o coordenador. Segundo Xavier, a CILEME foi criada em 1 de abril de 1953 e tinha a função de “reunir dados da situação do ensino médio e elementar que servissem de subsídio para o planejamento educacional junto às administrações estaduais e municipais de educação” (2010, p. 7).

A decisão de Moreira em preparar um parecer sobre o estado catarinense foi tomada por duas razões: a primeira foi por ter atuado dez anos em todos os níveis de ensino em Santa Catarina, ou seja, por possuir experiência suficiente para tal

empreitada; e, a segunda, pelo fato de ter reunido, durante seus anos de trabalho, a documentação necessária para a elaboração de tal monografia.

No referido estudo, inicialmente o autor levantou o histórico do final do Império e início da República, sobre as condições do ensino, da escola e do papel do professor frente à educação do Estado catarinense. Na continuidade, Moreira expõe as dificuldades de comunicação e interação entre os estabelecimentos localizados em diferentes regiões, sobretudo entre o litoral e o planalto, cujos problemas eram de caráter geográfico e também a falta de estradas.

A inviabilidade das vias de comunicação agravava sobremaneira o problema do ensino, pois o empecilho consistia em “[...] criar um sistema educacional e não o de renovar ou continuar ou expandir algo já estabelecido” (MOREIRA, 1954, p. 14). A interação entre o próprio litoral, entre o planalto e entre litoral e planalto era muito difícil, dificuldade que influenciava também uma ação educacional unificada em todo o território catarinense. Para ele,

as estradas teriam [...] função cultural [...] e tornaram possível a penetração interior da escola que, com elas, não foi apartosa, nem grande, nem modelar, não apenas urbana, mas local até certo ponto, pequena, econômica, abundante e dispersa por todos os recantos do Estado (MOREIRA, 1954, p. 16).

Nessas condições, o Estado apresentava um grande contingente de analfabetos. Para reforçar esse quadro, naquela época ainda chegavam vários migrantes e imigrantes em Santa Catarina. Sobre isso, Moreira acentuou que, “com exceção dos alemães e italianos, todas as demais correntes migratórias, quer brasileiras, quer européias, apresentavam alto índice de analfabetismo” (1954, p. 18). Esses migrantes e imigrantes se instalavam em localidades remotas, dispersavam-se em minifúndios, o que potencializava a dificuldade da construção de escolas que lhes fossem de fácil acesso.

Os dados do Seminário Sócio-Econômico de 1960 mostram que de 335 mil crianças entre 7 e 12 anos, 140 mil não estavam matriculadas nas escolas do estado de Santa Catarina ou estavam precariamente escolarizadas (AURAS, 1995; VEDANA, 1997).

Em vista desse panorama, Moreira propôs a função específica da escola no Estado naquele momento “de fornecer um ensino fundamental comum, isto é, as

primeiras letras. Estava-se numa época em que se tinha por certo que o saber ler e escrever era o 'abre-te-sésamo' de todo o progresso individual e coletivo" (MOREIRA, 1954, p. 18).

E o problema educacional tornava-se acentuado pela insuficiência de profissionais qualificados para o cargo do magistério. O autor exemplifica que "em 1940, 2/3 do professorado primário não tinha formação pedagógica especializada para a função" (MOREIRA, 1954, p. 69).

Mesmo com os inúmeros percalços da educação em Santa Catarina, segundo o recenseamento de 1950, somente três Estados –de São Paulo (59,35%), o Distrito Federal (79,89%) e o Rio Grande do Sul (58,61%) – apresentavam índices melhores que os de Santa Catarina (56,63%) em relação à população com 5 anos ou mais de idade que sabiam ler e escrever. Dessa forma, comparado aos demais estados brasileiros, o quadro educacional catarinense era bom. No entanto, Moreira também enfatizou:

o Governo de Sta. Catarina tem aplicado ao problema da educação quase o máximo do que deve. [...] [mas] nos permitem afirmar não ser o ensino em Sta. Catarina satisfatório, segue-se que é importante uma reforma total do sistema, quer em termos qualitativos, quer em quantitativos. Qual seja essa reforma, é coisa que depende de acurados estudos (MOREIRA, 1954, p. 96).

Ele finaliza afirmando que, no que diz respeito aos investimentos em educação em Santa Catarina, praticamente em nada contribui o governo federal e, que a grande maioria das aplicações nesse setor foram realizadas pelo governo estadual.

Porém, em meados dos anos de 1950 e início de 1960, não só se tratando do setor educacional, o Brasil se viu influenciado pelas idéias desenvolvimentistas no tocante ao governo de Juscelino Kubitschek. Caminhando por esse viés, "a década de 1960 representou para Santa Catarina um marco no seu processo de modernização econômica" (AGUIAR, 2008, p. 228).

Esse processo modificou o cenário catarinense, pois até então a economia e a população do Estado se restringiam à atividade rural em minifúndios, e gradativamente aumentou a predominância da população nas áreas urbanas e "ocorreu um leque de empregos [...] expressando a necessidade do letramento, do avanço da escolarização" (AGUIAR, 2005, p. 229).

Nessa confluência, o “Governo de Santa Catarina elaborou o seu plano de metas, cujo objetivo se concentrava na formação do capital social básico, investindo em energia, transporte e educação” (GOULARTI FILHO, 2005, p. 633). Assim

[...] o pretexto de modernizar o sistema educacional para responder às necessidades do desenvolvimento desse modo de produção, que as questões educacionais passaram a ser enfrentadas numa perspectiva global. O binômio educação e desenvolvimento foi colocado como o eixo das políticas de modernização do Estado brasileiro. [...] No âmbito estadual, o binômio educação e desenvolvimento foi estrategicamente planejado [...]. Assim, os anos 60 se constituíram num marco fundamental para a construção de uma política de Estado para a educação catarinense (AGUIAR, 2008, p. 229).

Como já salientado, o PLAMEG⁵⁴ teve no Plano de Metas uma de suas inspirações, mas o plano estadual se apropriou do quesito educação do planejamento federal de uma forma diferenciada. De acordo com Santos (1970, p. 13 e 93) enquanto o Plano de Metas esboçava apenas uma diretriz para o setor educacional, o PLAMEG propunha “uma agressiva política educacional voltada não somente para ajustar o sistema de ensino aos objetivos do programa desenvolvimentista”.

Já nas origens desse plano do governo estadual, o Documento Básico fixava vinte metas para serem cumpridas no setor educacional do Estado, bem como esboçava o lugar de destaque que a educação deveria alcançar para que o desenvolvimento pudesse ser alcançado:

Urge pois dentro de uma ideia global atender ao problema educacional em profundidade, fugindo aos tratamentos tradicionais e superados, equacioná-lo dentro das necessidades típicas da região, capacitando as crianças a atender não apenas às atuais necessidades do grupo com as projeções antecipáveis dentro de perspectivas lúcidas e realistas. [...] O preparo adequado de mão de obra necessária, o preparo de técnicos nos diversos graus, o desenvolvimento da universidade e da cultura superior são requisitos básicos para o desenvolvimento. Não basta ensinar muito a muitos; é essencial que se ensine bem (SANTA CATARINA, 1960, p. 7-8).

⁵⁴ O Gabinete de Planejamento do PLAMEG foi composto pelo Secretário Executivo engenheiro Annes Gualberto, pelo Secretário de Estado Sem Pasta Paulo Costa Ramos e pelo Assistente de Gabinete Hoyêdo de Gouvêa Lins (SANTA CATARINA, 1964, p. 1).

Mas, vale ressaltar, o papel da educação era muito semelhante ao estabelecido na trigésima meta do plano de Juscelino: formação e capacitação de mão-de-obra para os setores da economia e da indústria visando o desenvolvimento, ou seja, mesmo que a apropriação estadual fosse mais abrangente ela não desviou-se do objetivo central do Plano de Metas do Governo federal.

Ao assumir o cargo de governador do Estado de Santa Catarina, Celso Ramos fez firmes recomendações “aos seus auxiliares mais diretos, com relevância aos problemas específicos das respectivas secretarias: um estudo atento da situação encontrada e das soluções apontadas para cada setor” (A NOTÍCIA, 22 fev. 1961).

O diagnóstico da Secretaria de Educação e Cultura, feito pelo diretor de ensino professor J. Motta Pires, esboçou um “[...] ensino público sacudido por uma grave crise. Enfim, em todos os setores e sob todos os aspectos, há uma enormidade de problema” (A NOTÍCIA, 22 fev. 1961).

Frente a essa situação, Celso Ramos iniciou na capital, Florianópolis, com ampliação para todo o Estado, o enfrentamento de um dos problemas do setor educacional: a falta de vagas escolares. De início houve um pedido junto às autoridades da capital e dos demais municípios do Estado, um levantamento sobre a quantidade de crianças que estavam fora do banco escolar em função da falta de vagas (A NOTÍCIA, 8 mar. 1961). Santos enfatizou que isso não só acontecia no ensino primário como também no ensino secundário. Em geral, ele observou que “o Governo recém eleito havia se impressionado com a precariedade das instalações escolares e com as insuficiências do corpo docente, além dos reclamos da população quanto à falta de escolas” (SANTOS, 1968, p. 68).

A falta de profissionais na rede de ensino foi resolvida com o remanejamento e contratação de professores, mas a falta de vagas também ocorria pela falta de salas de aula. Com esses dados em mãos, o diretor de ensino salientou:

procuraremos resolver o caso dos sem assistência escolar, indicando professores, como contratados para regerem as classes suplementares. Todavia nos lugares onde houver excedentes de professores (e isto há em muitos municípios) lançaremos mão destes elementos para tal. (A NOTÍCIA, 8 mar. 1961)

Nesse sentido, o governador em exercício determinou a construção de mil salas de aula em todo o Estado, sendo considerada essa “medida tendente a alcançar a mais alta repercussão [...] dentro do que já prevê e dispõe o Plano de Metas do Governo (PLAMEG)” (A NOTÍCIA, 3 out. 1961).

Para tal empreendimento, segundo a matéria do jornal **A Notícia**, de 3 de outubro de 1961, foi criado um grupo de trabalho formado por um engenheiro e dois professores com o intuito de estudar os mecanismos de implantação dessa proposta. Visando atingir todo o Estado, este foi dividido em dez regiões, sendo que Joinville ocupou a terceira região com a proposta de construção de quarenta salas de aula.

Outras medidas foram tomadas pelo governo catarinense para resolver os problemas educacionais, como, por exemplo, a realização de cursos intensivos para os professores do Estado (SANTOS, 1968), e a que consta na matéria de capa do jornal **A Notícia**, de 29 de abril de 1961:

Governo do Estado Cuida do Ensino

Inventário de Bens Móveis das Escolas

Florianópolis, 28 (Do Correspondente) – Complementando as medidas que vem adotando com a finalidade de balancear a situação dos seus estabelecimentos de ensino, o Governo do Estado determinou, em circulação expedida nesta data, o levantamento do mobiliário e bens móveis utilizados nas escolas estaduais.

Revisão dos Convênios com Escolas

Florianópolis, 28 (Do Correspondente) – O Governo do Estado designou os professores José Mota Pires, Lídio Calado e Abelardo Souza para, em comissão, elaborarem ante-projeto de lei sobre convênios mantidos pelo Estado com estabelecimento escolares. A medida visa corrigir deficiências que o Executivo catarinense vem sentindo neste setor do ensino.

O jornal **A Notícia** apresenta diversas matérias que traçam os posicionamentos do governador Celso Ramos frente ao ensino catarinense, como, por exemplo, a de 2 de março de 1962, intitulada **Mil salas de aula em construção no Estado**; ou a de 6 de março de 1962, **Governador determinou a criação de 46 escolas**, que ratifica o “[...] permanente interesse do Governador Celso Ramos no sentido de uma vez por todas erradicado o analfabetismo de Santa Catarina”; e a de 13 de outubro de 1962, denominada **Celso Ramos continua a construir grupos escolares iniciados em exercícios anteriores**. Com efeito, essas e outras matérias reiteram o interesse do governador em cumprir suas promessas e a dos

governos anteriores no campo educacional. Além disso, a construção de salas de aulas ou até mesmo de prédios escolares conclamava inaugurações com a presença do idealizador dessas obras, no caso o próprio governador.

Enfim, uma vez que essas obras foram concluídas e inauguradas, ficou clara a ação de Celso Ramos em favor da educação catarinense. Em matérias anteriores, o referido jornal endossa o desembaraço de Celso Ramos com os professores durante a sua disputa pelo cargo de governador. Como por exemplo, na carta, em primeira pessoa, intitulada **Professores de Santa Catarina**, publicada em 19 de agosto de 1960 no jornal **A Notícia**, com assinatura do governador. Nessa, Ramos expôs seu apreço pelos professores. Já no cargo, em 1963, diz no encerramento de um dos cursos de aperfeiçoamento de professores rurais, na cidade de Blumenau, que “os momentos mais felizes do meu mandato creiam-me, eu os sinto quando estou entre os professores catarinenses” (A NOTÍCIA, 9 abr. 1963).

Mesmo atacando por vários ângulos as dificuldades educacionais, efetivamente, segundo Santos (1970, p.16), “[...] somente algumas delas (como p. ex. a referente à construção de salas de aula), foram efetivamente atingidas”.

2.3 A EFETIVAÇÃO DA CNEA NO ESTADO CATARINENSE

Em entrevista ao jornal **A Notícia**, de 18 de agosto de 1961, o então deputado Lenoir Vargas Ferreira informou que no acordo firmado com o

Ministério da Educação e Cultura foi aprovada emenda de sua autoria destinando verba de dez milhões de cruzeiros para prosseguimento da campanha de erradicação do analfabetismo em Joinville, Lages, Tubarão e Florianópolis”.

Verifica-se, através dessa fonte, que a CNEA atuou no estado catarinense em quatro cidades, sendo que Florianópolis⁵⁵ foi “a primeira capital de Estado a ser transformada em ‘cobaia’ da campanha de erradicação do analfabetismo” (A NOTÍCIA, 20 set. 1961).

⁵⁵ Na capital as pessoas indicadas para dirigir o programa de combate ao analfabetismo foram as professoras Elza Rigen e Guiomar Rodrigues Maia (A NOTÍCIA, 20 set. 1961).

Para entender os motivos que levaram essas cidades a serem escolhidas como sedes da CNEA, foi preciso compreender dois aspectos. O primeiro é se essas cidades se enquadravam, como descreveu Moreira (1960), em municípios representativos com influência em seu entorno e possuíam aglomerações urbanas superior a cinco mil habitantes. Segundo CAPES (1958) eram dezesseis os municípios catarinenses nessas condições, dentre eles destacam-se as quatro cidades escolhidas para serem cobaias da CNEA.

O segundo aspecto para a eleição dessas quatro cidades é o contexto político, assim como as associações e parcerias entre governo federal, estadual e municipal, que proporcionaram a implementação da campanha.

Vale lembrar que a primeira cobaia escolhida para a CNEA foi designada pelo ministro da Educação e Saúde, Clóvis Salgado. Essa cidade foi Leopoldina, localizada em Minas Gerais, local onde ele nasceu. Também cabe observar que o Estado mineiro é o local onde nasceu o presidente Juscelino Kubitschek. Uma hipótese provável é que essa foi uma decisão de cunho político, ou seja, dois políticos trazendo benefícios relativos à educação para o Estado onde nasceram. Esta hipótese é fortalecida por outros desdobramentos em relação à campanha.

Por exemplo, a consolidação da CNEA no Estado de Santa Catarina está baseada, a princípio, na coligação PSD/PTB, realizada para a disputa de Celso Ramos pelo cargo de governador, em 1961. Vale ressaltar que essa coligação foi a mesma que elegeu Juscelino Kubitschek à presidência da República, em 1955.

Já em relação às prefeituras, as quatro cidades catarinenses apresentam candidatos eleitos filiados ao PSD ou PTB, ou nomeados pela coligação desses partidos, ou filiados a outro partido político com apoio de um ou dos dois partidos em questão. Por exemplo, em Lages, o prefeito em exercício no período compreendido entre 1956-1961 foi Vidal Ramos Júnior, filiado ao PSD, e também parente do governador eleito Celso Ramos. Em Joinville, cidade de origens germânicas, o ex-prefeito Baltasar Buschle concorreu ao pleito filiado ao Partido de Representação Popular (PRP) que, segundo Carreirão (1990, p. 50), “tinha bases fortes sobretudo nos municípios de colonização alemã”, e recebeu apoio do PSD e do PTB. O PRP apoiou várias candidaturas, inclusive a de Celso Ramos e

venceu todas as eleições para o governo do Estado [...] em troca de apoio eleitoral, o PRP participou em todos esses governos, seja comandando

Secretarias de Estado, seja colocando quadros seus em outros escalões do Executivo.

Outra questão é que as quatro cidades onde se deu a implementação da CNEA estavam entre as quinze eleitas para o estudo do Seminário Sócio-Econômico.

Essas associações permitem perceber que a CNEA foi implementada em Santa Catarina de acordo com proposições políticas, nesse caso pretendidas pelo PSD e suas alianças e coligações.

Ao olhar por esse ângulo, tornar-se clara a harmonia do PLAMEG com as propostas do Plano de Metas. As três bases do plano estadual – energia, transporte e educação – também constavam no plano federal. A educação, porém, recebeu um destaque maior no plano estadual, e desde o Documento Básico que baseou o PLAMEG, esse setor contou com vinte propostas. Dentre elas cita-se a décima oitava que diz respeito à “implantação progressiva de planos especiais de erradicação do analfabetismo” (SANTA CATARINA, 1960, p. 13).

Segundo Aguiar (2008, p. 231) é no Seminário Sócio-Econômico que encontram-se “as primeiras diretrizes para uma política educacional desenvolvimentista catarinense”. Além disso, esse evento teve como objetivo colocar a educação em destaque, conforme expôs o jornal **A Notícia**, de 22 de novembro de 1960, na matéria **Integração do Estado no processo educacional do país**: “o item relativo à educação foi tratado, pelos participantes do Seminário Sócio-Econômico em mais de duas dezenas de reuniões, com o máximo carinho e atenção”.

Além disso, os problemas relativos ao campo educacional foram discutidos e houve a elaboração de um conjunto de dez medidas para sanar os conflitos identificados ao tema dessa pesquisa são as medidas de número 1, 2 e 10. As duas primeiras dizem respeito a:

- 1) transformação da escola tradicional em escola viva, com ampliação da escolaridade [...] para 6 ou mais , desdobramento da escola primária em dois graus, cabendo ao primeiro a ministração dos conhecimentos básicos da leitura e da escrita, e ao segundo o da orientação da criança para uma atividade profissional, conforme o ambiente em que vive a sua capacidade;
- 2) cooperação das empresas industriais, comerciais e agrícolas, com a finalidade de se estabelecer e executar um plano estadual de aprendizagem e treinamento no local de trabalho (Jornal A Notícia, 22 de novembro de 1960).

Essas duas medidas são interessantes por revelarem a afinidade com as propostas de formação de pessoal capacitado aos setores da economia e da indústria.

Outra semelhança é a que diz respeito à transformação da escola tradicional em viva, condizente com duas propostas defendidas por João Roberto Moreira para o êxito da CNEA: a primeira sobre a reformulação do currículo escolar, também defendida por Juscelino Kubitschek, e segunda sobre a realização de estudos para o reconhecimento das necessidades dos ofícios locais. Ou seja, para a formação de futuros profissionais era considerado imprescindível adequar os conteúdos do currículo às necessidades do local onde cada indivíduo vai atuar, ambientá-lo às especificidades do modo de vida e do panorama econômico de seu entorno.

A décima proposta decorrente do Seminário Sócio-Econômico ratifica a “implantação de planos especiais de erradicação do analfabetismo” (A Notícia, 22 de novembro de 1960), o que é reforçado por outra matéria do jornal **A Notícia**, que menciona que os técnicos participantes do Seminário fizeram naquela circunstância uma recomendação à CNEA. Esse aconselhamento centrou-se em um

Plano de Escolas Móveis para Erradicar o Analfabetismo
Florianópolis (Agência Nacional) – Uma autêntica revolução no campo educacional com vistas a dar sensível apoio ao programa de erradicação do analfabetismo [...] A efetivação de tal sistema escolar viria modificar por completo o panorama tradicional de educação primária no interior brasileiro. [...] Desta maneira, o que se deseja é fazer a escola chegar aos locais considerados inacessíveis [...] (A Notícia, 31 de março de 1961).

A matéria ainda reforça que a prerrogativa apresentada demonstra que “[...] o Governo catarinense se apressa para apoiar as medidas que a União venha a pensar sobre o assunto [...]” (A Notícia, 31 de março de 1961). Isso demonstra a congruência entre os interesses federais e estaduais no desenvolvimento de políticas públicas em Santa Catarina e como o Estado estava apto em auxiliar a implantação dos objetivos federais. Tem-se que levar em conta que no plano das ideias isso ocorreu, pois é o que mostra o PLAMEG, contudo na prática Santos afirma que

[...] o Gabinete de Planejamento do Plano de Metas do Governo elaborou vários planos setoriais (como p. ex., os referentes à construção de salas de aulas, à reformulação do ensino normal de 1º ciclo, ao aperfeiçoamento de professores rurais) e a eles deu execução. Mas, nem sempre ocorreu êxito

previsto, quanto da efetivação desses planos. Na reformulação do ensino normal de 1º ciclo, por exemplo, ocorreu a interferência de motivações sociais (e também políticas) que não haviam sido previstas e que vieram a esvaziar o conteúdo da programação (SANTOS, 1970, p.38).

A partir dessas informações, levanta-se a hipótese que a ênfase que o plano de governo estadual, PLAMEG, conferiu ao setor educacional como pró-ativo do desenvolvimento econômico e cultural, ocorreu por duas razões principais. A primeira decorre do fato do PLAMEG ter sido lançado quase cinco anos depois do Plano de Metas federal, ou seja, já havia certa experiência com relação a limites, dificuldades e avanços do primeiro.

Desse modo, foi possível perceber que somente uma meta seria insuficiente para abranger toda a complexidade e demandas do setor educacional. A meta relativa à educação, do governo federal, era circunscrita à formação de profissionais ligados à área técnica (LAFER, 1973), porém para alcançar tal objetivo, foi necessário enfrentar outros problemas que se interpunham a esse objetivo ou ao menos, dificultavam que ele fosse atingido, como por exemplo, a falta de escolas e de profissionais qualificados, o problema dos currículos escolares, dentre outros.

A segunda razão diz respeito às pesquisas que já estavam em curso realizadas pelo CBPE e suas regionais nas cinco cidades inicialmente eleitas para serem cobaias da CNEA. Isso leva a crer que os argumentos apresentados e defendidos por pesquisadores e intelectuais do INEP sobre o papel fundamental da educação na política desenvolvimentista, estiveram de algum modo presentes na elaboração do PLAMEG.

Ou seja, para obter o desenvolvimento econômico era necessário se atentar às questões relativas à educação. Essa ideia também esteve presente nos dizeres apresentados pelo governo Celso Ramos à Assembléia Legislativa

só partirá para uma nova atitude o governo que entender [...] a educação um investimento prioritário. Os povos que algum dia desejarem firmar-se pelo desenvolvimento, aprenderam, mais cedo ou mais tarde, que antes de tudo deveriam investir em educação. [...] Em Santa Catarina [...] temos, para cada pessoa economicamente ativa, uma outra a manter e a educar. [...] tudo nos ensina, que, ou damos oportunidades crescentes à população escolar, ou não teremos, no prazo mínimo necessário, a mão de obra especializada, nem os técnicos, nem os profissionais liberais de que precisamos com urgência (SANTA CATARINA, 1965, p. 31 e 32).

A terceira mensagem anual do governador Celso Ramos à Assembléia Legislativa mostra que para o ensino primário foi prevista a conclusão de duas mil e quinhentas salas de aula, distribuída a construção da seguinte forma: em 1961 cento e cinquenta salas de aula, mil salas para 1962, previsão de quinhentas novas salas no ano de 1963, quatrocentos e cinquenta salas para o ano de 1964 e para o ano de 1965 quatrocentas novas salas de aula. No ensino secundário uma conclusão foi a do prédio do Colégio Estadual de Joinville.

Ao término do mandato e na sua última mensagem à Assembléia Legislativa, Celso Ramos expôs as proposições realizadas no campo da educação com

[...] 2000 salas de aula já foram construídas nesses últimos quatro anos; porque dezenas de estabelecimentos de ensino médio foram criados; porque se processaram os convênios de gratuidade com os estabelecimentos particulares de ensino e porque já se tenham realizado, em 4 anos, cerca de 20 cursos de treinamento e aperfeiçoamento do magistério, como atendimento de quase 5.000 professores (SANTA CATARINA, 1965, p.32).

No PLAMEG houve determinações para o setor da educação em uma súmula dividida em três: objetivos, processos e meios e justificação relativas à escola, à criança e ao professor (SANTA CATARINA, 1961, p. 203 – 205).

Nos objetivos quanto à escola, o item 1.1.6 é referente à “instalação progressiva de planos especiais de erradicação do analfabetismo” (SANTA CATARINA, 1961, p. 203). Anexado a esse, encontra-se o item 2.1.6 referente a processos que dizem respeito ao “convênio a ser firmado com a Campanha de Erradicação do Analfabetismo” (p. 204). Verifica-se certa congruência a que se propôs o Estado catarinense em mostrar-se hábil em firmar os vínculos a projetos do governo federal no Estado.

O interessante a ressaltar nesse documento é que, verificadas as verbas e as cidades para a consolidação da CNEA em Santa Catarina, apenas Florianópolis é citada. As outras três cidades, Lages, Tubarão e Joinville, não são mencionadas. Nas demais mensagens anuais do governador Celso Ramos à Assembléia Legislativa ocorre a mesma situação⁵⁶.

Dentre as matérias eleitas do jornal e mesmo durante a pesquisa no arquivo do jornal **A Notícia**, não foi encontrada nenhuma matéria que denunciasse algo pejorativo em relação à educação, durante o mandato de Celso Ramos. Mesmo

⁵⁶ Até o momento dessa pesquisa não foi encontrado documento que esclarecesse tal fato.

matérias que revelam no seu título crise no sistema de ensino catarinense (A Notícia, 22 de fevereiro de 1961), mostram o caos que se instaurou na educação, remetendo sua origem aos mandatos anteriores, presididos pela UDN. Nas matérias referentes ao mandato de Ramos encontram-se soluções e medidas para sanar os problemas educacionais.

Visto que essa é uma abordagem constante, buscou-se averiguar quem eram os donos do jornal naquele período: ele era comandado por um grupo de 130 acionistas, liderado por Helmuth Fallgater, sendo que um dos acionistas mais expressivos era o prefeito de Joinville no período, Baltasar Buschle (1958-1961). No pleito posterior, ou seja, 1961-1966, assumiu a prefeitura de Joinville o líder do jornal, Helmuth Fallgater. Os dois prefeitos tiveram apoio durante a campanha do PSD, partido do então governador em exercício. Essas informações permitem considerar que as matérias do jornal **A Notícia** estavam condizentes ao posicionamento do partido político frente às questões educacionais. Todas as ações do governo ou do município eram postas como as melhores atuações na educação.

Porém, conforme as considerações de Ternes⁵⁷

os 130 [...] acionistas pertencem a partidos diferentes. [...] de sorte que esta pulverização de correntes políticas, apesar da influência de alguns acionistas sobre os demais, não permite que o jornal se identifique mais acentuadamente com esta ou aquela corrente. Pode-se perceber leve inclinação para o PSD, mas a UDN, a exemplo do PTB, sempre dispôs de razoável espaço nas páginas do jornal para a divulgação de suas ideias (TERNES, 1983, p. 116).

Frente a essas sutis afirmações de Ternes, percebe-se a influência do PSD. Não foram encontradas evidências de que essa inclinação fosse “leve”, pelo contrário percebeu-se harmonia entre as matérias e as ações do PSD, pois governador e prefeito em exercício daquele período possuíam ligação com o partido e estavam afinados com suas propostas. Por isso, pode-se compreender a ausência no referido jornal de matéria que mostrasse descaso do governo do Estado frente às questões educacionais. Uma possibilidade é a de ter existido períodos em que não houve tanto espaço no jornal para manifestações contrárias entre os acionistas.

Segundo matéria do jornal **A Notícia** de 25 de julho de 2009, os meandros da década de 1950 e início de 1960 eram de constantes embates entre a UDN e o

⁵⁷ Apolinário Ternes é historiador e jornalista, trabalhou durante a escrita do livro **História do Jornal A Notícia** no próprio jornal.

PSD. Por isso, então, um jornal com tendências do PSD, denuncia e reforça em suas matérias as deficiências no setor educacional nos governos que antecederam o mandato de Celso Ramos e reiteram o esforço do governador atual em saná-las.

O objetivo desse capítulo foi analisar a implementação da CNEA no Estado de Santa Catarina e o envolvimento do setor político nessa questão, bem como compreender a situação educacional no Estado nos anos de 1950 e 1960.

Percebeu-se que a eleição de Celso Ramos ao cargo de governador do Estado catarinense foi articulada desde sua presidência no comando da FIESC e que o Documento Básico foi base para o plano de governo desse político.

Mostrou-se o teor das matérias do jornal **A Notícia** inclinadas a enaltecer as ações no setor educacional dos governos filiados ao partido do PSD e remeter os empecilhos da educação aos governos anteriores filiados a UDN.

3 ESCOLHA DE JOINVILLE COMO “COBAIA” DA CNEA E O PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DA CAMPANHA

Em sua origem, a área onde hoje se localiza Joinville fazia parte do dote da Princesa Francisca Carolina⁵⁸ pelo seu casamento com François Ferdinand Phillipe, príncipe da cidade de Joinville na França.

Príncipe e princesa acordaram com a Sociedade Colonizadora de Hamburgo que parte do dote seria concedido a esta empresa para promover a colonização das terras na então província de Santa Catarina. Foi assim fundada, em 1851, a Colônia Dona Francisca com a vinda dos primeiros imigrantes alemães, suíços e noruegueses, e se depararam com a pouca infraestrutura do local⁵⁹.

Com o passar dos anos a Colônia Dona Francisca se transformou em Joinville⁶⁰ e, de uma economia de subsistência, passou a angariar lucros com o comércio de erva-mate e da madeira, o que propiciou “o acúmulo de capital inicial para os futuros empreendimentos industriais” (COSTA, 2000, p. 108).

A cidade apresentava nos anos de 1920 a soma de quarenta e três estabelecimentos industriais, no ano de 1938, segundo Coelho (2000), já eram trezentas e quarenta e nove indústrias, nos mais diversos ramos de atividade.

Durante o mandato do prefeito Baltasar Buschle (1958-1961) ele relatou que

Joinville era a cidade das sirenes. Então, toda a manhã, às seis horas, todo o meio-dia, entendeu, a sirene, todas às seis horas da tarde, conforme os horários nós ouvíamos as sirenes na cidade. As sirenes das indústrias (BUSCHLE, Baltasar. Entrevista concedida a Dunia Anjos de Freitas no dia 09/05/1996, Arquivo Histórico de Joinville).

Com o passar dos anos Joinville se transformou num dos principais pólos industriais do Estado, ficando conhecida como Manchester Catarinense⁶¹ (SANTOS, 2005).

Com o crescimento das indústrias e de suas atividades, desde a chegada dos imigrantes alemães, houve entre os habitantes joinvillenses certa preocupação,

⁵⁸ Filha do imperador D. Pedro I, irmã de D. Pedro II.

⁵⁹ As propagandas divulgadas pela empresa Colonizadora de Hamburgo para chamar os imigrantes foram enganosas. O imigrante chegava na colônia sem a estrutura, como casas, estradas e jardins, anunciada nas propagandas (GUEDES, 2000).

⁶⁰ Em 1869 surge a primeira Câmara Municipal que mudou o nome da colônia para Joinville a fim de homenagear o príncipe da França.

⁶¹ Referência a cidade da Inglaterra que leva o mesmo nome.

dentre outras coisas, com a educação (COSTA, 2005). Tanto que, por parte dos imigrantes ocorreu a abertura de escolas alemãs para educar seus filhos⁶².

Silva comenta que

no imaginário da cidade, atribui-se ao imigrante alemão uma “valoração quase que natural” à educação escolar, há um consenso coletivo de que a educação escolar já era um valor consolidado entre os imigrantes que para cá vieram e que de maneira natural, espontânea e com recursos próprios, passaram a organizar um sistema de ensino aos moldes dos que possuíam em sua terra natal. Essa ideia de uma formação escolar já consolidada, de uma formação cultural “elevada”, “culta” passa a constituir-se em uma ideia de tradição cultural que esses imigrantes traziam em sua bagagem cultural (SILVA, 2003, p. 33).

Mas percebeu-se que o cuidado com a educação não foi somente dos imigrantes e seus descendentes. O Estado de Santa Catarina e o governo federal não estavam alheios a esta questão. Tanto que

É interessante notar que, quando se tratou de criar um sistema educacional, estadual, em 1911-1912, o primeiro grupo escolar que se construiu e instalou, não foi na Capital, mas em Joinville, no norte interior da região litorânea [...]. Quem quisesse dar aos filhos alguma instrução, tinha que mantê-los em certas cidades mais adiantadas, onde, por iniciativa particular ou dos poderes locais, havia escola de primeiras letras. Sabemos, por exemplo, que, de São Francisco do Sul, velha cidade e porto marítimo, muitos rapazes iam estudar, [...] em Joinville (MOREIRA, 1954, p. 16 -17).

Na monografia **A educação em Santa Catarina: Sinopse apreciativa sobre a administração, as origens e a difusão de sistema estadual de ensino** (1954) de autoria de João Roberto Moreira, o autor quando comenta que Joinville foi a cidade do Estado de Santa Catarina a possuir o primeiro grupo escolar⁶³ e, que em função disso muitos pais transferiam seus filhos para estudar nessa cidade, expõe a sua própria condição. Moreira nascido em Mafra –SC, teve que se ausentar do seu município para ir estudar no Colégio Conselheiro Mafra em Joinville. Após formado foi diretor ⁶⁴, desse estabelecimento nos anos de 1934 e 1935.

⁶² O ensino do alemão nas escolas de origem aconteceu livremente na cidade até o início da campanha de nacionalização do ensino que ocorreu no final dos anos 30 e início dos anos de 1940. Para saber mais ver Monteiro (1983).

⁶³ Grupo Escolar Conselheiro Mafra instalado pelo professor Orestes Guimarães (1907). Em seguida outros grupos foram instalados na capital do Estado catarinense, Florianópolis, e nos municípios de Blumenau e Itajaí.

⁶⁴ Nesse momento Moreira estava com vinte anos.

Dessa forma, Joinville se tornou no início do Século XX, cidade dos jovens catarinenses que objetivavam estudar além das primeiras letras. O autor também comenta que desde o princípio de formação das vilas e posteriores cidades do Estado catarinense havia muitos analfabetos, mas que nas cidades originárias da cultura alemã, em destaque Joinville⁶⁵, esse número era mínimo.

Moreira (1954, p. 18) explica que esta condição se deu em função das propícias condições econômicas e de fertilidade do solo desses municípios, o que levou a população com uma condição econômica crescente a investir na educação de suas crianças e jovens. Mas, por serem cidades prósperas, houve um conjunto de migrações e imigrações para essas localidades, o que conseqüentemente, trouxe para seu interior a chaga do analfabetismo. Nas palavras do autor “com exceção dos alemães e italianos, todas as demais correntes migratórias, quer brasileiras, quer européias, apresentavam alto índice de analfabetismo”.

Porém Silva enfatiza que nos anos iniciais da Colônia Dona Francisca

os colonos viram-se impedidos de colaborar com a causa da escola, pois até esse período haviam imigrado colonos pobres, sem muitos recursos financeiros. Os investimentos [...] nos primeiros três anos de colonização foram empregados na construção de alojamentos, abertura de picadas, que exigiam o emprego de mão-de-obra contratada no Rio de Janeiro, alimentação, remédios e até roupas para os imigrantes (2003, p. 46 - 47).

No ano de 1862 havia na então colônia três escolas públicas, ainda assim, “havia pedidos dos colonos para construção de novas escolas, mas a direção da Colônia não responde a esses anseios dos moradores” (SILVA, 2003, p.61). Do ano de 1867 até o ano de 1907 as reivindicações educacionais da população da Colônia Dona Francisca giravam em torno de construção de novos estabelecimentos de ensino.

Essas informações induzem a reflexão sobre a análise de Moreira sobre a questão do analfabetismo nas cidades de origem alemãs e italianas. Será que o analfabetismo não estava presente nessas localidades? Já que por um período a solicitação dos colonos na construção de escolas foi incisiva. O que leva a crer que alguns ficaram sem instrução pela falta desses estabelecimentos. Uma hipótese para as considerações de Moreira sobre o pequeno número de analfabetos para as cidades de origem alemã e italiana é que sua análise tenha sido baseada na

⁶⁵ Outras cidades elencadas pelo autor são Blumenau e Jaraguá do Sul.

representação esboçada nas bibliografias, como por exemplo, de uma Joinville atenta às questões educacionais desde o princípio da fundação do município.

É válido notar que Moreira não responsabiliza os catarinenses pelo analfabetismo, denominando apenas dois responsáveis: migrantes e imigrantes. Isso leva a concluir que o autor define que o analfabetismo em Santa Catarina não foi uma chaga intrínseca aos catarinenses, mas sim um empecilho trazido de fora. Com o crescimento econômico dessas cidades, o fluxo migratório que ele acarretou fez com que no Estado de Santa Catarina quase “duplicou a sua população, nos 78 anos que medeiam entre o primeiro recenseamento geral do país (1872) e o último (1950), enquanto, no mesmo período, a população brasileira apenas quintuplicou” (CAPES, 1958). Esse aumento populacional fez com que houvesse a necessidade da construção de novos estabelecimentos de ensino.

Deve-se lembrar que nos anos de 1950, com a política desenvolvimentista, a educação foi posta como um dos setores de auxílio ao crescimento econômico do país, o que estimulou a procura por instrução, por parte de jovens do interior nas cidades que dispunham de tal ensino.

Paulatinamente, a cidade de Joinville de

riqueza inicial foi a erva-mate e a madeira, foi se transformando no maior centro industrial catarinense e antes de 1920 já possuía mais de 43 estabelecimentos, o maior número de réis e mão de obra aplicados nesse setor. [...] O processo industrial local, além de contar com a parte técnica e financeira alemã foi, ainda, incentivado por um padrão de relações sócias ‘paternalistas’ que, ao mesmo tempo que asseguravam um ambiente de cooperação e alta produtividade aliada ao baixo nível de organização dos trabalhadores, engendravam condições especialmente favoráveis para uma expressiva acumulação de capital a partir de uma mão de obra disciplinada, treinada e barata (COSTA, 2000, p. 109 – 111).

Nessa confluência em prol do desenvolvimento econômico a cidade de Joinville foi se destacando entre as demais cidades do Estado e do país, como pólo industrial no setor metal-mecânico (TERNES, 1988).

Em visita a cidade em 1963 para a inauguração da fundição C da atual Tupy S.A., Carlos Lacerda⁶⁶ fez um discurso para os cidadãos e as autoridades catarinenses que enalteceu o crescimento industrial da cidade:

⁶⁶ Foi político filiado a UDN. Tornou-se inimigo político de Getúlio Vargas e Juscelino. Primeiro governador do estado da Guanabara (1960 - 65). Foi cassado pelo Regime Militar em 1968. Morreu em 1977.

eu bem imagino o espanto do Príncipe de Joinville, que recebeu ao casar-se com a Princesa Dona Francisca aquelas glebas imensas, inóspitas, bravias e desse dote espantoso, desse presente de núpcias, de repente [...] bem imagino o que seria o seu espanto, ao ver Joinville hoje, quando eu, que há uns tempos, há uns 20 anos não a via, quase não a reconheço. Ao passar por ela agora, eu vejo aqui, ao lado dela, surgir uma nova cidade [...]. É que homens que para cá vieram traziam ideias de conservar a Liberdade que haviam perdido em sua terra de origem, e ao mesmo tempo traziam a Escola, que é e tem sido em toda a sua história a glória pioneira do Estado de Santa Catarina. Este que é, dos Estados do Brasil, o que mais cedo, pela obra de seus sucessivos governos, enfrentou o problema da Educação, constituindo sempre a principal das preocupações administrativas. Foi a Escola, sob o signo da Liberdade, que preparou este povo que chegou de tão longe (TERNES, 1988, p. 111 e 113).

Percebe-se uma semelhança das palavras de Lacerda com os dizeres de Moreira na monografia sobre Santa Catarina. Os dois enaltecem o imigrante alemão que, por meio da escola pode colocar o município de Joinville como uma das sedes da indústria brasileira. A cidade estava no rol dos municípios que mais cresciam no Estado Catarinense (COSTA, 2000). Outro detalhe é o apreço conferido, por parte de Lacerda, aos governantes catarinenses por investirem na educação em relação aos demais estados brasileiros.

Assim com o destaque no setor industrial condizente com a política nacional-desenvolvimentista proferida por JK e com o investimento na educação, anunciado pelas autoridades governamentais, Joinville foi uma das escolhidas como cobaia da Campanha que almejava erradicar o analfabetismo, como será melhor detalhado nos tópicos que seguem.

3.1. ASPECTOS EDUCACIONAIS DE JOINVILLE

No ano de 1956 o Ministro da Educação e Cultura Clóvis Salgado veio em visita ao município de Joinville. Em função da sua chegada à cidade o Delegado de Ensino Primário, professor Gustavo Gonzaga e o Inspetor Estadual, Luciano Demarchi elaboraram um ofício ao ministro com três anexos sobre questões educacionais da cidade.

Inicialmente este documento apontou aspectos gerais do município joinvillense, como por exemplo a data de fundação, sua transformação em vila e sua vida judiciária. Destacou o número de habitantes, que era de cinquenta mil

habitantes, sendo que trinta e cinco mil habitavam o perímetro urbano e quinze mil as zonas suburbanas e rural.

Pensando nos quesitos propostos por Moreira (1960) para uma cidade ser escolhida como sede da CNEA, Joinville se enquadrava nesse item: cidade de números de habitantes entre cinco e cinqüenta mil pessoas, com influência no perímetro rural e nas demais cidades em seu entorno; com destaque no setor econômico e industrial, com mais de quinhentos estabelecimentos industriais e cerca de mil comerciais. Verifica-se que a questão do crescimento econômico da cidade é anunciada nas bibliografias consultadas e nos documentos oficiais, uma hipótese para tal fato é que havia a tentativa de evidenciar a representação de uma cidade próspera para angariar mais investimentos a nível federal e estadual.

Em relação à questão educacional, esta foi posta em três anexos. O primeiro trata do Colégio Bom Jesus⁶⁷, o segundo da Faculdade de Engenharia de Joinville⁶⁸ e o terceiro sobre a situação escolar do município. Este último foi discriminado em sete itens:

1º) a população escolar de Joinville, nos últimos anos, cresceu numa proporção mais elevada do que a receita orçamentária do Município e do Estado, de forma que não é possível a este nem aquele atenderem com a construção de novos prédios escolares, destinados às crianças que procuram matrícula nas escolas municipais e estaduais (GONZAGA, Gustavo; DEMARCHI, Luciano. IN: Ofícios do Ministério da Educação e Cultura de 1956).

Esse item contribui com a explicação sobre a intensa migração que veio sofrendo Joinville ao longo dos anos por se destacar como pólo industrial do Estado. Em 1940 a população do município joinvillense era em torno de 30.040 pessoas enquanto nos anos de 1960 o número populacional estava em torno de 70.687 (PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE, 2002, p. 23). O que implicava numa revisão do orçamento do município, que pelo que parece, não conseguia mais atender às necessidades da população da cidade naquele momento. Por outro lado,

⁶⁷ Deutsche Schule ou Escola Alemã, fundada em 1866, foi a instituição que antecedeu o Colégio Bom Jesus. A Escola Alemã foi incorporada pelo Instituto Bom Jesus, que era um educandário, em 1938 em função da campanha de nacionalização do ensino, com a direção de Ana Maria Harger. Em 1942, o Instituto passa a ser chamado de Colégio Bom Jesus funcionando com curso secundário completo, ginásio (quatro anos de duração) e com o curso científico e clássico (os dois com três anos de duração) TERNES (1986).

⁶⁸ Fundada pelo governo do Estado de Santa Catarina em 09 de outubro de 1956. Foi uma iniciativa de trazer o ensino superior a uma cidade, considerada pólo industrial do Estado, sem ser a capital do mesmo. www.joinville.udesc.br/portal/instituicao. Acesso 11/10/2010.

esse tipo de demanda em solicitar mais investimentos é comum em documentos oficiais.

O segundo item tratou do número demasiado excessivo de alunos nas salas de aula, explicitando que não havia mais espaço tanto nas escolas primárias municipais e estaduais para abrigar os alunos que desejavam estudar. Na consulta dos relatórios da inspetoria escolar entre os anos de 1957 a 1963, foi identificado o aumento gradativo das matrículas no curso primário em Joinville. Porém a construção de novas escolas não acompanhou o ritmo desse crescimento. Entre os anos de 1960 à 1963 o município joinvillense, conforme mostrado na tabela abaixo, contou as mesmas trinta e seis escolas em funcionamento.

Tabela 2 Alunos crianças matriculados nos curso primário

Especificação	1958	1959	1960	1961	1962	1963
Escolas em funcionamento	29	33	36	36	36	35
Matrícula inicial	2039	2537	2925	3157	3138	3447
Matrícula final	2039	2395	2681	2979	3120	3337
Percentagem de frequência	91%	91%	93%	90%	91%	93%
Professores	59	73	88	97	97	106
Prédios próprios	23	24	27	29	29	30

Fonte: JOINVILLE, Relatório da Inspetoria Escolar Municipal de 1958, 1959, 1960, 1961, 1962 e 1963. Elaborado pela autora Gisele Gutstein Guttschow.

O próximo item diz respeito ao modo como as autoridades resolveram temporariamente o problema da superlotação: “o desdobramento de classes em 3 turnos e adotado o tempo de 3 horas em cada turno” (GONZAGA, Gustavo; DEMARCHI, Luciano. IN: Ofícios do Ministério da Educação e Cultura de 1956). No documento, destaca-se o quanto as crianças estavam sendo lesadas, pois o programa de ensino estabelecido era para uma duração de quatro horas diárias de aula e não três.

O quarto item abordou a última construção, em 1941, de um grupo escolar em Joinville, o Ruy Barbosa com ajuda do governo do Estado de Santa Catarina. As demais escolas construídas foram com orçamento da prefeitura e nas localidades rurais da cidade. Tomando como parâmetro este item, os próximos 5 e 6, fazem menção, em números, à quantidade de matrículas em excesso nas escolas

joinvillenses: o equivalente a 1878 alunos. Segundo os autores, caso a cidade passasse por um recenseamento se verificaria que, naquele momento, mais de duas mil crianças não tinham acesso à escola por falta de prédios escolares.

Por fim o item sete expõe a média de nascimentos do município por ano: dois mil quatrocentos e cinqüenta. Este número, segundo o documento, revela que cada vez mais o município sofreria com a falta de estabelecimentos de ensino. Ao observar a Tabela 2 acima, é fácil perceber que ano após ano crescia o número de crianças à procura do ensino das primeiras letras, isso reforça o sétimo item do anexo três do ofício que fora entregue ao ministro Clóvis Salgado: que a taxa de natalidade aumentava gradativamente no município joinvillense e que as devidas providências no setor educacional deveriam ser tomadas. Contudo o quadro não apresenta uma crescente no número de escolas funcionando na cidade, chegando entre os anos de 1960 a 1962 a estagnar e a diminuir no último ano, 1963. Uma hipótese para este fato pode estar relacionado com a criação, em 1961, do educandário de curso ginásial privado Professor José Elias Moreira, que segundo Costa (2005, p. 105) iniciou seu funcionamento com a matrícula de quatrocentos alunos. É verificado, conforme tabela 2, que o aumento das matrículas em no ano de 1961 não foram tão significativas quanto aos anos anteriores e que no ano de 1962 houve até uma pequena queda no número de matriculados.

Esse balanço feito através de um ofício no ano de 1956 mostra a cidade com uma situação educacional aquém do final do século XIX e início do XX, que antes da migração e imigração, o Estado de Santa Catarina e o município de Joinville conseguiam manter os que estavam em idade escolar nas escolas. Este indicativo leva a duas indagações: a situação educacional do município era tão boa quanto os documentos oficiais destes séculos revelavam; e se a culpa desse panorama foi dos (i)migrantes. Crê-se que a representação de uma cidade com uma boa rede de ensino foi fator favorável para o investimento na economia de Joinville.

Como salientado anteriormente Joinville impulsionou seu desenvolvimento econômico e industrial, o que faltou, talvez, foi, por parte das autoridades, adequar subsídios, a todos os que procuravam o município para se estabelecer. Ternes (2002, p. 48) comenta sobre o crescimento das empresas do município bem como o aumento do número de funcionários: dados do IBGE de 1954 conferem a Joinville um total de 428 estabelecimentos fabris e um total de 7.091 empregados. Em 1964, Joinville contará com 473 estabelecimentos fabris e um total de 18.154 empregados.

Esses dados fornecem o indicativo de que o aumento do número de operários é também o aumento de familiares, esposas e filhos, na cidade de Joinville. Tanto que do ano de 1962 para o ano de 1963, conforme tabela 2 acima, o número de matrículas aumenta significativamente no município.

Foi motivado o crescimento econômico de Joinville, mas, em contrapartida foram intensificadas obras estruturais que atendessem ao seu crescimento econômico e demográfico?

Costa afirma que

Joinville completou cem anos em 1951, e nos discursos comemorativos a educação dos seus cidadãos ainda aparecia como prioritária. No entanto os problemas se avolumaram com o aumento da população e com o 'progresso' econômico da cidade, que estava mudando suas características e se inserindo no mercado nacional e internacional do setor metal-mecânico, acenando para um futuro promissor (COSTA, 2005, p. 96).

No mandato do prefeito Baltasar Buschle (1958-1961) ele fez uma reunião com todo o professorado na prefeitura de Joinville, e afirmou que

cada escola será visitada por uma ou duas inspetoras. Elas iriam fazer a avaliação do desempenho da professora, e aquela professora que não desse o resultado que se esperava, quer dizer do cumprimento da missão dela, como professora, com essa depois, eu iria discutir o assunto particularmente, e para ver até onde ela tinha vocação ou não tinha. Agora no fim do ano, eu vou cobrar duramente, pelos resultados das aprovações. E elas entenderam bem o recado, e realmente, as escolas ficaram mais motivadas" (BUSCHLE, Baltasar. Entrevista concedida a Dunia Anjos de Freitas no dia 09/05/1996, Arquivo Histórico de Joinville).

Segundo o ex-prefeito se atentava para a qualidade do professor em sala de aula, se esse detinha as especificidades adequadas para desempenhar seu papel profissional da melhor maneira possível.

Em relação à questão do analfabetismo, havia no Brasil nos anos de 1950 49% de alfabetizados (IBGE, 1950) e somente 36,2% das crianças de 7 a 14 anos tinha acesso à escola (Goldemberg, 1993), enquanto em Joinville Costa (2005, p.98) traz um dado sobre o percentual de alfabetizados joinvillenses do mesmo período, 84%, índice considerado "muito acima da média [...], mesmo com os altos índices de alunos fora da sala de aula". Mas também salienta que uma das discussões em pauta era a questão das campanhas de alfabetização. Isso reforça a ideia que muitos que se deslocavam para Joinville não eram alfabetizados, por isso o

município mantinha cursos noturnos de alfabetização de adultos no Colégio São Vicente de Paula⁶⁹ e também no Circulo Operário de Joinville. Neste espaço o número de matriculados entre os anos de 1957 a 1960 foi:

Tabela 1 Alunos adultos matriculados nos cursos de alfabetização

ANO	MATRÍCULA INICIAL	MATRÍCULA FINAL⁷⁰
1957	44 alunos	6 alunos
1958	53 alunos	16 alunos
1959	70 alunos	38 alunos
1960	39 alunos	25 alunos

Fonte: JOINVILLE. Relatório da Inspeção Escolar Municipal dos anos de 1957, 1958, 1959 e 1960.

Elaborado pela autora Gisele Gutstein Guttschow.

Verifica-se que inicialmente houve um aumento do número de alunos adultos à procura de instrução no curso de alfabetização, havendo uma queda apenas no ano de 1960. Não foi encontrado nenhum dado que pudesse esclarecer ou levantar hipóteses sobre este fato.

Em 28 de maio de 1962, o prefeito Helmuth Fallgatter, através do decreto nº1.199, desdobrou o curso de alfabetização e foram abertas duas classes na Creche Conde Modesto Leal, sendo que a matrícula inicial foi de quarenta alunos, mas ao longo do curso chegaram a estar matriculados sessenta e seis estudantes e ao final quarenta alunos, com uma freqüência de 89%. No ano seguinte, 1963, a matrícula inicial foi apenas de vinte e três alunos, mas no decorrer do curso este número chegou a cento e vinte e sete e finalizou com quarenta e dois matriculados.

No final do seu mandato em 1965, eram sete cursos noturnos de alfabetização de adultos mantidos pelo município para duzentos e vinte nove alunos. Estes cursos eram ofertados nos seguintes locais: Creche Conde Modesto Leal (quarenta e quatro alunos), Escola Reunida Anita Garibaldi (19 alunos), Escola Reunida Guaxanduva (21 alunos), Escola Reunida Santa Catarina (38 alunos), Instituto Irmãs Canossianas (59 alunos), Colégio Santos Anjos (48 alunos) e a Formação da Amizade ao Cruzeiro do Sul (JOINVILLE, 1965).

⁶⁹ Hoje Colégio Santos Anjos.

⁷⁰ Em relação a matrícula final, os relatórios pesquisados não especificam se esses alunos foram os que passaram na prova final ou se são os alunos que permaneceram matriculados até o final do ano letivo.

A Delegacia de Ensino de Santa Catarina dividiu as cidades por regiões escolares, sendo Joinville designada para ser a sede da terceira região, contemplando também os municípios de Araquari, Barra Velha, Campo Alegre, Corupá, Guaramirim, Jaraguá do Sul, Massaranduba, Rio Negrinho, São Bento do Sul e São Francisco do Sul.

No relatório de 1961, o Delegado de Ensino Osmar Vieira relata as condições do estabelecimento da Delegacia:

Podemos afirmar que o prédio onde funciona a 3ª Delegacia de Ensino, não apresenta condições de espécie alguma. Está situado na Avenida Getúlio Vargas, nº 627, nesta cidade de Joinville. Trata-se de uma casa de material, velha e muito mal conservada, da qual ocupamos apenas duas salas. O restante da casa é alugada para duas famílias, o que causa transtornos para o nosso serviço, visto que as instalações sanitárias não são separadas, a luz tem uma só ligação, etc... Desta maneira, não nos é possível continuar neste estado de coisas, ainda mais quando estamos para instalar as Inspetorias Regionais. Pediria permissão para alugarmos um prédio adequado e que venha satisfazer as exigências de uma repartição de tal importância (SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA, 1961).

Em consonância com as ideias do PLAMEG do governo estadual de Celso Ramos, o prefeito Helmuth Fallgatter sancionou a lei nº 569 em 26 de maio de 1962, na qual firmou convênio com o Gabinete de Planejamento para a construção de onze salas de aula em Joinville, sendo que foi de responsabilidade do município a doação de terras para essas obras, tendo em vista que nos primeiros anos de 1960 o “crescimento populacional de Joinville chegou a recordes superiores a 6% ao ano, mais do que o dobro da média nacional” (TERNES, 2002).

Mas em relação a isso vê-se, na citação abaixo, o que relata o Delegado de Ensino Osmar Vieira, em suas participações nas reuniões promovidas pelo secretário do PLAMEG:

Participamos, convocados que fomos, de três reuniões na capital do Estado: [...] a 3ª, em novembro, convocados pelo secretário do PLAMEG e presidida pelo Sr. Secretário Sem Pasta⁷¹, para tratar das construções das salas de aula, muita coisa foi prometida, para que pudéssemos auxiliar o PLAMEG [...], pois as nossas condições não permitiam que os Delegados de Ensino assumissem tal responsabilidade. Foi então, prometido aos Delegados de Ensino, a condução e a verba para a manutenção da mesma. Infelizmente e lamentavelmente, estivemos três dias em Florianópolis, perdendo o nosso precioso tempo, pois nem satisfações obtivemos. Até o pagamento das despesas com transporte, que disseram iriam nos reembolsar, estamos ainda esperando. (SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA, 1961).

71

Não encontrou-se explicação para essa denominação: Sr. Secretário Sem Pasta.

Nota-se uma disparidade no que é prescrito em lei e o que realmente é feito em termos não só de construção de novas salas de aula na cidade de Joinville.

É válido ressaltar que prefeito, governador e presidente politicamente foram eleitos pela mesma coligação de dois partidos importantes o PSD e o PTB. Assim suas propostas, deveriam estar condizentes com as premissas dos planos de governo: Plano de Metas do governo federal e o PLAMEG do governo estadual catarinense.

O Delegado de Ensino também revela que no relatório da inspetora escolar de Joinville, Esther Amin Ghanem, era indicado a superlotação dos grupos escolares na cidade. Ou seja, mesmo com escolas de três turnos, carga horária reduzida e o aumento de classes de alfabetização de adultos, Joinville estava aquém de sanar seus empecilhos no setor educacional.

É nesse panorama educacional repleto de problemas que a CNEA vai ser instalada na maior cidade do estado de Santa Catarina.

3.2. ASPECTOS POLÍTICOS NA EDUCAÇÃO JOINVILLENSE.

Vários municípios catarinenses continuam a ser beneficiados pela ação em nosso Estado do governo federal, enquanto Joinville permanece esquecido. [...] Agora anuncia-se a construção de escolas normais, por conta de órgãos federais, nos municípios de Lages, Herval d'Oeste e Criciúma. E ainda neste importante assunto do ensino Joinville não é lembrado, apesar de que em novembro de 1956 aqui estiveram o ministro da Educação, dr. Clóvis Salgado, o saudoso governador Jorge Lacerda e mais deputados, organizada e chefiada pelo deputado Lauro Carneiro de Loyola, os quais nos deixaram muitas promessas [...](A NOTÍCIA, 05 de maio de 1959, p. 1).

É relatado nessa matéria o descaso das autoridades políticas federais frente ao ensino em Joinville. Segundo Costa (2005, p. 103) de 1941 a 1956 Joinville não recebeu nenhum investimento do governo do Estado na construção de prédios escolares. O município nessa época contava com três estabelecimentos de ensino: Grupo Escolar Conselheiro Mafra, o Germano Timm e o Ruy Barbosa⁷².

⁷²

Sendo que nesse último a senhora Mariam Amim Ghanem era a diretora e Clotilde Macedo Machado uma das professoras.

Essa situação foi revelada em matéria do jornal **A Notícia** do dia 15 de agosto de 1959, quando um prédio escolar foi inaugurado em Joinville com recursos do município

o Sr. Prefeito [...] deu por inaugurado, dia 9, domingo, o prédio localizado na Estrada Blumenau onde, sob a direção da devotada e zelosa professora, Da. Gertrudes Taubner, funcionará a Escola Municipal “Padre Carlos”.

Em setembro de 1959 outra matéria traz à tona o cenário das escolas em Joinville

Há um drama nos Grupos Escolares de Joinville
Diretoras e professoras fazem “malabarismos” para compensar a deficiência da obrigatória assistência governamental – dez cruzeiros por mês e por classe para todas as despesas com material de expediente, limpeza e higiene – o sacrifício das abnegadas educadoras é motivo de chacota de irresponsáveis que ganham muito e nada fazem. [...]. Como poderá trabalhar e conservar seu patrimônio um Grupo Escolar, em ordem e em dia, com essa irrisória quantia, tendo em conta o aumento constante das matrículas e ainda mais quando, como acontece agora, até presente data as verbas deste ano ainda não foram pagas? [...] Tudo isso, toda a despesa que representa obrigação do Governo do Estado o que por omissão do Governo do Estado não foi atendida, pode ser satisfeita através de “rifinhas” sem sacrifício de ninguém mas apenas da boa vontade dos pais de alunos que dispõem de recursos, do público que, em Joinville, nunca nega colaboração às boas obras e das diretoras e professoras dos grupos, cuja abnegação faz de sua profissão uma perfeita missão das mais nobres finalidades. Ainda é necessário notar que, atendendo e resolvendo tantos problemas, as dedicadas mestras não descuidam um instante de sua principal tarefa, que é o ensino e cujos níveis, graças a elas, estão sempre mais altos entre nós, nesta feliz cidade de Joinville, que tem sabido sempre resolver os seus problemas, malgrado a indiferença do governo estadual e a hostilidade declarada de certos elementos aqui concentrados para trabalhar contra o município, apesar de viverem dele e dele tirarem os elementos de sua ociosa prosperidade (A NOTÍCIA, 20 de set. de 1959).

Nessa citação, nota-se o empenho de alguns munícipes em suprir as necessidades dos grupos escolares. Isso vem fortificar a representação da cidade ordeira, preocupada com a educação escolar de suas crianças, herança proveniente do imigrante alemão nas terras da antiga Colônia Dona Francisca.

Uma hipótese para o destaque sobre a situação dos grupos escolares de Joinville frente aos poucos recursos advindos do governo do Estado de Santa Catarina deve-se ao embate político entre os partidos da UDN e do PSD. Em nível estadual, o cargo de governador catarinense estava sendo ocupado por Heriberto Hülse (1958 – 1961), filiado a UDN, em nível municipal Baltasar Buschle, filiado ao

PSD e um dos acionistas do jornal **A Notícia**, ocupava o cargo de prefeito de Joinville.

Tanto nas bibliografias encontradas como nas matérias relativas ao jornal **A Notícia**, a explicação para o descaso do ensino de Joinville foi proveniente da não contribuição do governo federal e estadual para o município joinvillense. Costa afirma que

O déficit e a precariedade de algumas escolas joinvillenses eram denunciados constantemente na imprensa, em uma das maiores indignações era respeito da desunião dos políticos locais em conseguir verbas federais [...] pois municípios vizinhos, como Blumenau, conseguiam arrebatar para seus cofres cerca de 10% do montante nacional (COSTA, 2005, p. 103).

A relação da política com a educação nos municípios catarinenses nos anos de 1960 segundo a mesma autora eram

conexões diretas [...] Assim a nomeação de determinado professor e a sua aceitação pela comunidade dependiam essencialmente da aprovação do representante do partido que sustentava a administração do município. As próprias crianças que freqüentavam as escolas municipais, em regra, o faziam como decorrência da vinculação que seus pais mantinham com determinado partido político (COSTA, 2005, p. 104).

Assim, enquanto o governo do Estado catarinense não foi presidido por um político filiado ao PSD as denúncias sobre a desatenção do governador em exercício em relação às questões educacionais eram constantes nas matérias do jornal consultado. Com a eleição de Celso Ramos para o governo do Estado as matérias evidenciam seu empenho em sanar os problemas educacionais do Estado de Santa Catarina e principalmente de Joinville.

Em relação à atuação dos prefeitos Baltasar Buschle (1958 – 1961) e Hemuth Fallgatter (1961 – 1966), as matérias revelam o cuidado desses governantes com o ensino de Joinville. A matéria do jornal **A Notícia** do dia 27 de agosto de 1960 traz como título **Auspicioso Desenvolvimento do Ensino Municipal**, revelando que o aumento do número da população em idade escolar em Joinville era um problema que a prefeitura não se descuidava, buscando providências, dentro do possível, com a criação de novas escolas para a rede municipal de ensino.

Sobre Helmut Fallgatter o jornal expôs

Quando fazia sua campanha eleitoral o sr. Helmut Fallgatter assumiu com a população o compromisso de construir no Município pelo menos dez novas escolas. Esse compromisso está sendo fielmente resgatado. [...] no momento cinco novas casas escolares estão sendo construídas, [...] Com estas teremos então 7 escolas novas, pois já no primeiro ano de sua gestão o prefeito Helmut Fallgatter construiu duas, a de Jarivatuba e a de Dedo Grosso (A NOTÍCIA, 03 de agosto de 1962).

O jornal também revela a relação positiva entre prefeito e governador do Estado sobre as realizações no setor educacional, quando da visita desse último ao município de Joinville.

o ilustre visitante estará em nossa cidade, especialmente para inaugurar o moderno e belo Jardim de Infância Padre Carlos [...], uma das mais recentes realizações de seu governo em nossa cidade, obra de grande alcance social que representava o velho anseio dos joinvillenses. [...] Em Joinville o senhor Celso Ramos inaugurará também, a nova ala do Grupo Escolar Dr. Plácido Olímpio, igualmente uma soberba realização de seu governo, que foi bem recebida pelos joinvillenses da zona norte, mais beneficiados com a mesma (A NOTÍCIA, 26 de agosto de 1962).

Com relação ao plano de governo estadual, PLAMEG, e suas atenções para com o ensino de Joinville, encontrou-se matérias do jornal que expõem essas realizações. Em 18 de maio de 1962, um dos destaques foi a assinatura do convênio entre Prefeitura de Joinville e o PLAMEG para a construção de oito salas de aula no município. Em 07 de junho de 1962, uma matéria anunciou que o Governador analisou e determinou a construção de um novo prédio junto à Creche Conde Modesto Leal. No final de 1962, outra reportagem expôs a aproximação da Prefeitura com o plano de governo do Estado de Santa Catarina:

A Prefeitura já concluiu a construção de três Escolas Rurais, da série de 5 previstas no convênio assinado entre o Município e o Estado, através do PLAMEG. Estão esses estabelecimentos de ensino assim distribuídos:

1 na Estrada que liga o Iriú à Estrada Cubatão

1 na Estrada do Sul

1 na Estrada Blumenau

A quarta está em construção na rua Terezópolis, no bairro Guanabara. Todas elas estarão em funcionamento no próximo ano e com isso acredita-se que ficará resolvido o atual problema da falta de vagas nas escolas da zona rural do Município. Trata-se, pois, de mais uma importante realização que se entrosou nos planos da Administração Municipal em relação às necessidades do ensino em todos os setores da população (A NOTÍCIA, 25 de outubro de 1962).

Houve no mandato de Helmut Gallgatter reuniões mensais na prefeitura com os professores da rede municipal de ensino de Joinville e cursos foram oferecidos para os mesmos.

Dos professores faltosos se passou a fazer descontos do ordenado com maior rigidez e eles foram proibidos de “empurrar” os alunos, só deveriam ser aprovados aqueles que realmente soubessem os conteúdos (COSTA, 2005, p. 106).

É interessante evidenciar que houve uma harmonia de ideias e interesses entre os prefeitos de Joinville e o governador do Estado catarinense sobre o estabelecimento da educação no município joinvillense. Principalmente no que diz respeito à construção de salas de aula, que segundo as fontes e a bibliografia encontrada foi um dos empecilhos que impediam que crianças e jovens pudessem estudar naquele momento.

É nesse contexto que a CNEA foi implementada no município de Joinville.

3.3 IMPLEMENTAÇÃO DA CNEA EM JOINVILLE

Joinville: centro nervoso do norte catarinense

Essa feliz expressão achamos digna de ser considerada com destaque, pois vem de encontro [sic] a bom número de opiniões e de ideias que desde há apreciável tempo temos a respeito da posição de Joinville, a “Manchester Catarinense” com relação a outros municípios dessa região. [...] isso [...] se verifica quanto as ligações comerciais e industriais (A NOTÍCIA, 07 de fevereiro de 1961).

Joinville se destacou como o município representativo industrial da região norte do Estado de Santa Catarina nos anos de 1960, esse aspecto o enquadrava num dos itens para a escolha de “cobaias” para a implementação da CNEA: ser município representativo de sua região, influenciando as zonas rurais e urbanas de seu entorno.

Costa (2005, p. 119) comenta que Joinville firmou-se naquela época no “setor metal-mecânico, provocando um forte fluxo migratório”, e segundo Ternes (2002, p. 45 – 46) com industrialização do município e a crescente demanda de empregos “o crescimento populacional de Joinville chegou a recordes superiores a 6% ao ano, mais que o dobro da média nacional”.

Em 1940 a população urbana joinvillense foi de 16.724 pessoas e a população rural do município foi de 13.316 pessoas. Já nos anos de 1960 houve um aumento significativo da população urbana em Joinville, 55.352 enquanto que no âmbito rural o aumento girou em torno de 2000 pessoas, 15.335 (PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE, 1999). Esses dados confirmam o fluxo migratório para Joinville principalmente para o perímetro urbano, essa situação colocou o município dentro dos pressupostos para receber a implementação da CNEA.

No ano de 1960, em termos educacionais Joinville possuía 59.210 pessoas de 5 anos e mais de idade, dessas 48.429 sabiam ler e escrever e desse número 9.278 estavam nos bancos escolares (IBGE, 1960).

João Roberto Moreira diretor da Campanha em uma de suas visitas ao município joinvillense junto com o diretor da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos – CNEC, Felipe Tiago Gomes⁷³ proferiu uma conferência para a criação de Ensino Médio gratuito em Joinville (A NOTÍCIA, 13 de abril de 1960, p. 1).

Nessa conferência João Roberto Moreira esclareceu os motivos que levaram Joinville a ser escolhida como “cobaia” da CNEA:

explicava que o fato não resultava de sentimentos pessoais, mas sim da deliberada escolha de uma sociedade cujas características industriais, econômicas e institucionais se afiguravam perfeita para o teste do programa de um novo experimento pedagógico [...] Joinville, pelos dados já aqui colhidos, oferecia as condições ideais para essa experiência, já pela situação de centro industrial, já pelo aspecto geral de suas instituições e também por sua situação geográfica como verdadeiro eixo geográfico de uma região que compreende vários municípios pouco desenvolvidos (A NOTÍCIA, 26 de abril de 1960).

Moreira expôs que a indicação de Joinville como “cobaia” da Campanha de Erradicação do Analfabetismo foi somente pelos aspectos econômicos e industriais do município. Mas, pesquisa em outras fontes, revelou que a representatividade de Joinville como um pólo industrial em desenvolvimento foi significativa para sua escolha, contudo outros fatores implícitos, e não de menor peso, fizeram parte do cenário dessa indicação.

⁷³ Bacharel em Direito, colaborou com o Movimento Cívico contra o analfabetismo e a partir de 1960 junto ao prefeito de Joinville Baltasar Buschle lançou no município a CNEC. A princípio o ex-prefeito junto com João Roberto Moreira inaugura no colégio Conselheiro Mafrá no período noturno essa ação educacional. De início a escola deveria levar o nome de Moreira, que pediu que o nome concedido fosse de seu pai José Elias Moreira, hoje atual Colégio Cenecista José Elias Moreira <www.eliasmoreira.com.br/elias/index.php?link=11>. Acesso em 11/10/2010.

Ressalta-se a coligação partidária, PSD e PTB, do prefeito, do governador e do presidente em exercício do período estudado. Relacionando as informações das fontes esses políticos pertenciam à mesma coligação. Em Santa Catarina, ocorreu que nos quatro municípios, Joinville, Tubarão, Florianópolis e Lages, escolhidos como “cobaias” da CNEA os prefeitos foram eleitos pela filiação/apoio do PDS e PTB. Segundo a primeira ata da CNEA em Joinville, “essa medida sofreu protelações sucessivas até que, com a ascensão ao Governo do Estado, do sr. Celso Ramos, aos 24 de julho de 1961, foi assinado o convênio referido” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA, 1962). Ou seja, com o governo catarinense regido pela UDN a CNEA não obteve avanço no Estado, mas com a mudança de governo ela foi articulada de maneira pontual pelo novo chefe do Executivo.

É preciso considerar a influência desses partidos no cenário federal, estadual e municipal na tomada de decisões na ação educativa de erradicação do analfabetismo, a CNEA. A representatividade deles no campo político e entre a população ao divulgar na imprensa a implementação de uma Campanha de cunho federal em seu mandato em quatro municípios catarinenses, dentre eles a capital do Estado.

Um outro fator, o vínculo do diretor da CNEA, João Roberto Moreira, com o município pois veio completar seus estudos no primeiro grupo escolar do Estado catarinense, Conselheiro Mafra, e mais tarde foi seu diretor. Uma de suas obras diz respeito ao histórico da educação catarinense, bem como sua rede de relacionamento com figuras importantes do município joinvillense. Na primeira ata da reunião de instalação do centro piloto de Joinville consta uma exposição da união entre o ex-prefeito Baltasar Buschle e João Roberto Moreira os chamando de dois batalhadores em prol do desenvolvimento do ensino em Joinville. Além disso os dois foram os signatários do contrato estabelecido no município de Joinville e o Ministério da Educação e Cultura, mas João Roberto Moreira não esteve presente na solenidade realizada para anunciar a implementação da CNEA em Joinville (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA, 1962).

Como município destaque no ramo industrial, com partidos coligados e com representatividade no campo político e com a atuação do coordenador nacional da CNEA, tem-se assim fatores significativos, que contribuíram para a implementação de uma Campanha de Erradicação do Analfabetismo de cunho federal em Joinville.

Firmou-se assim, através da lei estadual nº 762 (Anexo 5), acordo entre a prefeitura do município e o Ministério da Educação e Cultura sobre a realização do Plano Piloto de Erradicação do Analfabetismo em Joinville

Nessa lei, o Governo do Estado de Santa Catarina propõe cinco itens:

- a) - a experimentação de novos métodos de trabalho e ensino nas escolas municipais do município de Joinville, escolhido pelo Ministério da Educação e Cultura, como capaz de servir de base à aplicação do Plano Piloto da Região Sul do País;
- b) - a utilização dos prédios escolares pertencentes ao município, para os fins educacionais da Campanha;
- c) - a instalação de novas escolas em prédios próprios ou em caráter de emergência, no mencionado município, a fim de escolarizar toda a população de 7 a 11 anos que ainda não é atendida pelo sistema escolar existente;
- d) - a instalação de classes de emergência para atender, quer nas escolas já existentes, quer em outros locais apropriados, a população de 12 a 14 anos, que não teve oportunidade de ensino;
- e) - o desenvolvimento do programa experimental, intensivo, de alfabetização e educação econômica, social e cívica de adolescentes e adultos (ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, 05 de outubro de 1961).

Assim erradicação do analfabetismo no município atenderia não somente aos alunos que estavam em sala de aula com novos métodos de ensino, como também às crianças e adolescentes entre 12 a 14 anos que por alguma razão não estiveram num banco escolar, bem como os já tenham ultrapassado tal idade atingindo também a alfabetização de adultos.

Mesmo tendo sido firmada em lei apenas no ano de 1961, a CNEA já havia sido noticiada pelo jornal **A Notícia** em 17 de fevereiro de 1960. A matéria dá ênfase à escolha do município e à grande inovação trazida pela Campanha que seriam as escolas pré-fabricadas em uma semana. Em Joinville deveriam ser montadas vinte dessas escolas com a capacidade de escolarizar cem crianças em dois turnos. Verifica-se que a falta de prédios escolares foi um dos principais problemas que o ensino joinvillense enfrentou naquele momento. Devido aos poucos estabelecimentos escolares houve ajustes nas cargas horárias para atender a três turnos escolares.

Mas para atender às especificidades da CNEA em Joinville, primeiramente foi necessário, como estava pressuposto nas diretrizes da Campanha, conhecer a realidade do local. Para isso o professor Ely Bonini Garcia⁷⁴ e a professora Maria

⁷⁴

Formou-se em medicina e cursou sociologia política.

Lúcia Andrade⁷⁵ foram os técnicos encarregados pelo INEP de realizar uma pesquisa sobre o perfil sócio-econômico e cultural do município. Segundo esses técnicos a finalidade da pesquisa⁷⁶ era

Proporcionar informações que possibilitem a compreensão do cenário em que a criança em Joinville chega a maturidade, a fim de que a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo determine os tipos e espécies de atividades a serem desenvolvidas neste município, por ocasião da instalação de um Centro Piloto de Experimentação Educacional. O estudo abrangerá vários aspectos da vida social local (aspecto familiar, econômico, religioso, político, jurídico, etc) pois o fato educacional não poderá ser devidamente apreciado se isolado do contexto sócio-econômico e cultural do qual emerge (A NOTÍCIA, 04 de março de 1960).

Para tal pesquisa os professores contavam com o auxílio dos munícipes bem como com a preparação de alguns deles para comporem uma equipe de pesquisadores da CNEA a fim de auxiliarem no estudo de campo. Para divulgar tal pesquisa foi elaborado um anúncio editado no jornal **A Notícia**

Ministério da Educação e Cultura
Campanha Nacional de Erradic. do Analfabetismo
Para a realização do levantamento sócio-econômico e educacional de JOINVILLE foram sorteados pelos cadastros da prefeitura e da coletoria estadual cerca de 400 domicílios, que representarão toda a população municipal no levantamento de problemas sociais, principalmente de natureza educacional. Tratando-se de um empreendimento de grande importância para o planejamento das atividades de um Centro Piloto de Experimentação Educacional a ser brevemente instalado no município, fazemos público o nosso apelo aos responsáveis pelos domicílios sorteados, no sentido de facilitarem, por ocasião da visita de pesquisadores credenciados, as informações que se fazem mister à plena e rápida realização da pesquisa. Agradecemos antecipadamente a colaboração esclarecida dos joinvillenses responsáveis pelos 400 domicílios sorteados. Ely Bonini Garcia Responsável pelo Levantamento (A NOTÍCIA, 20 de março de 1960).

Este anúncio, é provável, foi publicado mais de uma vez, como por exemplo, em 24 de março de 1960, contudo, sobre os domicílios sorteados esses não foram divulgados pelo jornal. Algumas hipóteses são levantadas para explicar tal fato: o de não causar demasiada atenção e euforia nas pessoas dos domicílios escolhidos o

⁷⁵ Formou-se em sociologia e fez mestrado na linha de antropologia e sociologia. É casada com Ely Bonini Garcia, os dois moram em Belo Horizonte – MG.

⁷⁶ Segundo a RBEP (v. 35, nº1 mês jan. mar. ano 1961, p.118), as pesquisas feitas no setor sócio-econômico-cultural foram condensadas numa coleção especial da série Sociedade e Educação publicada pelo CBPE chamada O Brasil Provinciano. Os dados de Joinville foram escritos no volume número oito pelo autor Ely Bonini Garcia. Procurou-se, sem êxito, esse material nas bibliotecas do INEP, UFRJ, UFSC, UDESC e na Biblioteca Nacional. Contatou-se os autores, contudo os mesmos não o encontraram.

que poderia prejudicar o andamento dos estudos, ou porque a divulgação desses nomes e endereços ocuparia muito espaço no jornal, o que provavelmente tivesse que ser pago ou para evitar que outras pessoas, que não os pesquisadores, fossem aos endereços com má intenção. Assim, crê-se que os sorteados tenham recebido diretamente a visita dos pesquisadores ou até mesmo uma carta informando sobre a escolha. O fato é que, o estudo desse documento proporcionaria uma visão social, econômica e cultural de Joinville naquele momento dos estudos para a implementação da CNEA em Joinville, podendo chegar a outras pressupostos para esta pesquisa.

Em conversa por telefone com a sra. Maria Lúcia Andrade Garcia, ela contou que esteve uma temporada em Joinville para realizar a pesquisa sobre o levantamento dos aspectos sociais da cidade, não sabendo precisar o período exato. Lembrou que no final daquele ano, parte de 1960, o sr. Ely Bonini Garcia voltou para terminar o trabalho.

Sobre o trabalho das pesquisas sobre o perfil socioeconômico e cultural das “cobaias” a matéria do dia 18 de março de 1960 intitulada **Plano Piloto de Erradicação do Analfabetismo**, expôs inicialmente, a situação de um país com uma população de analfabetos e quanto urgia no Brasil a necessidade de alfabetizar sua população, bem como, de uma maneira pontual, enunciou o plano de trabalho da CNEA montado a partir dos estudos :

1. intensificação dos estudos e levantamentos sobre os problemas sociais, econômicos e culturais das áreas a serem objeto de estudo da experiência, com vistas ao aperfeiçoamento progressivo das diversas fases da mesma, que, todavia terá início imediato.
2. Ampliação do seu sistema escolar primário, de modo a capacitá-lo a atender, num curso de 5 anos de estudos toda a sua população de 7 a 11 anos de idade, e em caráter de emergência a de mais de 11 e menos de 15 anos que ainda não tenha tido oportunidade de escolarização. Para esse objetivo cumpre não perder de vista o seguinte: I- é necessário organizar as escolas de modo a que possam, em classes especiais, atender os alunos que apresentem maior dificuldade para a aprendizagem, em vez de simplesmente os reprovar e obrigar a repetir o mesmo grau ou série escolar. II- preparar o magistério existente e o que vier a trabalhar nas novas escolas e classes para as tarefas especializadas que a nova organização exigirá. III- organizar, nas mesmas escolas, classes de emergência para maiores de 11 e menores de 15 anos, ainda analfabetos. IV- com a assistência de especialistas do MEC, organizar o currículo das escolas primárias, de modo que seu conteúdo seja rico de fatos e experiências locais, com um sentido progressivo de resolver os principais problemas do município. V- transformar as pequenas escolas rurais, tanto quanto possível, em pequenos centros a que não só as crianças, mas toda a população serão convocadas para reuniões e estudo dos seus problemas, bem como para recreação.

3. organizar um sistema de educação de base, de caráter prático, que seja capaz de levar a população rural a melhorar a produção agropecuária, obtendo resultados mais compensadores para o seu esforço.

Verifica-se que o plano de trabalho engloba os alunos que estão em sala de aula e os que estão fora dela. O currículo merece estudo cuidadoso para que seja adequado às especificidades locais, ou seja, para que o aluno associe o conteúdo aprendido com a realidade da localidade. Tende a proporcionar a permanência do homem no campo, no qual visa melhorar a produção e também fazer das escolas rurais lugares de encontro para discussões dos problemas da região e também como recreação, proporcionando integração entre a população.

O ano de 1961 decorreu sem muitas notícias da CNEA em Joinville, visto que é neste ano, 1961, que se assina a lei nº 762 firmando acordo para a implementação da Campanha no município. Em agosto daquele ano o jornal anuncia a implementação da Campanha com verba de dez milhões nos municípios de Tubarão, Lages, Joinville e na capital Florianópolis (A NOTÍCIA, 18 de agosto de 1961). No mês seguinte, houve uma matéria destacando a capital catarinense como a primeira, dentre as capitais, a ser “cobaia” da CNEA (A NOTÍCIA, 20 de setembro de 1961). E para completar, em relação às matérias sobre a CNEA no ano de 1961, uma delas revelou as professoras escolhidas para o cargo de diretoras da Campanha em Joinville, Maria Amin Ghanem e Clotilde Macedo Machado, anunciando também a ida delas ao município de Leopoldina, local onde aconteciam os cursos de treinamento da CNEA.

Não foram encontrados os requisitos utilizados para a indicação dessas professoras para serem diretoras da CNEA em Joinville. Nem ao menos quem fez estas indicações, contudo levanta-se a hipótese que a escolha dessas professoras passou pelo cunho político. Maria Amin Ghanem é irmã de Matilde Amin Ghanem, que na época foi eleita pelo PSD como a primeira mulher a exercer o cargo de vereadora do município Joinville. Assim, uma possibilidade que no momento da escolha da diretora da CNEA em Joinville, Maria Amim que ocupava o cargo de diretora do Colégio Ruy Barbosa, foi indicada por pertencer de maneira indireta ao partido político que estava no comando do executivo municipal de Joinville.

Questionada sobre o período em que passaram em Leopoldina, município que sediou os cursos de treinamento da CNEA, a sra. Clotilde Macedo Machado⁷⁷, ex-diretora da Campanha em Joinville revelou que a sua estadia e da sra. Maria Amin naquele local não foi proveitoso. Segundo seu depoimento, ela e a outra diretora foram, em suas palavras, “malissimamente” mal recebidas naquela localidade. Hospedaram-se inicialmente num prédio e passaram um mês em Leopoldina, e de dia percorriam as escolas sendo algumas antigas senzalas ou até parte das casas grande. Visitaram escolas isoladas descritas por ela como sendo muito rústicas sem material algum, descreveu que essas escolas eram rodeadas por muitos bichos, que serviam de divertimento para as crianças que brincavam com os besouros colocando-os em latas. O documentário realizado sobre a CNEA revela em alguns momentos a situação dessas escolas o quão eram rústicas e sem estrutura mas enfatiza a mudança dessa situação após a atuação da Campanha no município leopoldinense. Assim as escolas rudimentares foram transformadas em escolas com infraestrutura, amplas, arejadas e com materiais didáticos apropriados. Em um determinado trecho, o documentário mostra que uma das escolas mais bem equipadas de Leopoldina ficava localizada em uma grande fazenda da região.

Sra. Clotilde revela que ela e a sra. Amin não tiveram um curso de treinamento em Leopoldina para desenvolver a CNEA em Joinville e que se indagavam constantemente do por que estavam naquele local. Local descrito por ela, como muito pobre, muito quente e de comida estranha. Já o documentário revela o local de treinamento dos professores a fim de se interagirem com a Campanha de Erradicação do Analfabetismo. É claro que é preciso destacar que o documentário tem cunho institucional com o objetivo de efetivar uma imagem da Campanha, mas o que é revelado pela sra. Clotilde, é que o que foi pretendido, na prática não se efetivou.

⁷⁷ A sra. Clotilde Macedo Machado não permitiu que se gravasse a entrevista. Na realidade ela informou que não daria uma entrevista e sim uma conversa, pois outrora dera uma entrevista a um jornal da cidade de Joinville e eles, segundo ela, distorceram suas palavras. Desse modo foi anotado suas considerações e depois de digitadas e lidas pela sra. Clotilde, ela autorizou por escrito a utilização dessas nessa dissertação e em futuros trabalhos. Sra. Clotilde nasceu em Joinville no dia 03 de junho de 1927, não se casou, foi professora por quarenta e um anos. Formou-se na primeira turma, doze alunas no total, de magistrandas de 1948 no Colégio São Vicente de Paula, atual Colégio Santos Anjos. Em 1943 começou a lecionar no colégio Ruy Barbosa, no qual Maria Amin Ghanem era diretora. Sra. Clotilde contou que aprendeu a ministrar aulas com a sra. Maria, que era uma pessoa muito ordeira e disciplinada, lembra que o colégio Ruy Barbosa era conhecido pela limpeza e higiene impecáveis.

Segundo ela, um dos aspectos que mais lhe chamou atenção na visita aos estabelecimentos de ensino foi o silêncio na hora do recreio. As crianças não brincavam, não corriam eram tristes e sujas. Questionaram essa situação com a diretora Regina e receberam como resposta que as crianças tinham falta de carinho e afeto e que iam para a escola apenas para a merenda. Essa situação não foi posta no documentário, pelo contrário, as crianças filmadas estão uniformizadas e limpas, as meninas com fitas nos cabelos. Enquanto estão a caminho da escola ou quando estão nela estão felizes e animadas.

Depois de algumas semanas as ex-diretoras da CNEA foram transferidas para uma casa que tinha uma escola perto. Nessa escola, segundo sra. Clotilde, estudavam apenas as meninas abastadas da cidade de Leopoldina, não era permitida a entrada de crianças negras no local. Relata que nessa escola as meninas estavam bem vestidas e limpas, brincavam na hora do recreio e que eram bem diferentes das demais crianças que conhecera nos outros estabelecimentos de ensino.

Revela que quando voltaram para Joinville, sem nenhum conhecimento efetivo da CNEA, nem ao menos conheceram o diretor da campanha o sr. João Roberto Moreira, não foram recepcionadas por nenhuma autoridade local e nem foram notícia nos jornais da cidade. Regressaram sabendo que as aulas de alfabetização deveriam se dirigir aos analfabetos principalmente adultos.

Após o período em Leopoldina, as diretoras elaboraram o plano de trabalho para a Erradicação do Analfabetismo no município joinvillense, conforme seus conhecimentos sobre a situação educacional do município.

Sendo este o seguinte:

- a) organização de classes de recuperação, nova esperança para os alunos repetentes, de modo que possam atender aqueles que, reprovados por motivos vários, farão, num só ano, dois anos: a série a ser repetida e mais a série seguinte. Se forem esforçados, estará ganha a batalha para os estudantes que têm vontade de progredir;
- b) construção de escolas, dentro dos recursos postos à disposição pela CNEA, sendo que, para tal, a Direção do Centro Piloto de Joinville, já entrou em entendimento com as autoridades Municipais e Estaduais;
- c) organização, para julho p. futuro, de um Curso de Especialização para os professores primários das Escolas do Município de Joinville, com a assistência e colaboração do Setor de Orientação e Controle de Cursos e Seminários para Professores Primários, da CNEA;
- d) alfabetização de Adolescentes e Adultos: instalação de classes para atender os adolescentes e adultos analfabetos, em diversos pontos do município de Joinville, de acordo com o levantamento da população local

procurando realizar o programa de duas séries, num só ano letivo (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA, 1962).

Nesse plano a alfabetização fica destinada a adolescentes e adultos, não são contempladas as crianças analfabetas em idade escolar. Segundo os dados do Censo de 1960 havia em Joinville 36.082 pessoas com vinte anos e mais idade, desses 31.572 sabiam ler e escrever e desse número 184 estavam estudando. Mas verifica-se que nesse período havia em Joinville uma população de 20 anos e mais idade de 4.326 analfabetos (IBGE, 1960). Esses deveriam ser o alvo do plano de trabalho da CNEA em Joinville.

Para os alunos repetentes que estavam em sala de aula, o plano sugeriu organizar classes paralelas de recuperação, para que cursassem em um ano letivo duas séries escolares. Com essa efetivação na prática os alunos não ficariam em relação aos demais, atrasados nas séries escolares.

No jornal pesquisado, não foram encontradas matérias sobre as crianças em idade escolar que não conseguiam vagas na rede municipal e estadual de ensino no município joinvillense. Somente havia a informação de que o problema da procura de quem desejava estudar foi resolvido com o desdobramento do horário de aula em três turnos, com a diminuição do tempo diário de aula, de quatro para três horas. É preciso desconfiar dessa informação pois como consta no ofício enviado ao ministro Clóvis Salgado em 1956 o número de nascimentos na cidade joinvillense foi crescente e pelos dados da Prefeitura Municipal de Joinville (2002) o fluxo migratório foi intenso principalmente nos anos de 1960. Em 1950 praticamente a população urbana de 21.927 pessoas se equiparava com a rural de 21.407, mas com a gradativa industrialização de Joinville este é quadro alterado fazendo com que a população urbana aumentasse conforme os dados do ano de 1960 para 55.352 pessoas e no âmbito rural, o que indicam que houve um êxodo rural, pois a população residente era em torno de 15.335 pessoas (PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE, 2002). A última informação sugere que dentro do município de Joinville, naquela época, já tinha ocorrido um deslocamento da população rural para o perímetro urbano joinvillense. Uma possibilidade para esse êxodo rural foi a busca por parte dos residentes na área rural de empregos ofertados nas indústrias do município, pois segundo Ternes (1981) em 1963 Joinville possuía 468 estabelecimentos industriais com uma mão de obra equivalente a 17.154 operários.

Em relação ao setor educacional, no ano de 1956 Joinville possuía 52 unidades de ensino primário e em 1963 dispunha de 67 estabelecimentos de ensino escolar (TERNES, 1981). Mesmo com o aumento do número de escolas o problema da falta de vagas era atenuado frente ao crescente fluxo migratório. Quanto a essa questão, o item c da lei nº 762 de 1961 para a implementação da CNEA em Joinville, revelou que a construção de novas escolas teve como intuito atender as crianças de sete a onze anos que ficaram fora o sistema escolar. Dessa maneira parte do problema pode ter sido amenizado com os três turnos e a diminuição da carga horária de aula diária, porém, acredita-se que não num todo.

Para sanar a diminuição do horário de aula diário, a divisão do horário de aula em três turnos e a entrada dos que ficaram sem vagas nas escolas joinvillenses foi imprescindível a construção de mais estabelecimentos de ensino para o plano de trabalho da CNEA no município. Item que já estava sendo solicitado antes mesmo da implementação da Campanha em Joinville.

Segundo a primeira ata, ficou acertado entre prefeitura, PLAMEG e a CNEA no Rio de Janeiro a construção do Grupo Floresta no bairro que leva o mesmo nome até hoje, para atender a numerosa população daquela localidade (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA, 1962). Esse acordo está contemplado no decreto de lei nº 573 que autorizou o executivo municipal a doar uma área de terras para a edificação desse estabelecimento de ensino.

Para a construção desta escola, foi realizado um depósito no Banco do Brasil no valor de Cr\$ 2.000.000,00 (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA, 1962). Pelas pesquisas realizadas no Arquivo Histórico de Joinville, é provável que esta escola tenha sido o Grupo D. Pio de Freitas fundado em 04 de agosto de 1964, em funcionamento até hoje na cidade joinvillense com o nome Escola Básica Dom Pio de Freitas (JOINVILLE, 1965).

Mas é preciso lembrar que na primeira matéria sobre a CNEA em Joinville, 17 de fevereiro de 1960, um dos aspectos levantados foi a construção das escolas pré-fabricadas, que eram de fácil montagem num espaço de tempo de uma semana. Segundo a matéria, vinte dessas construções deveriam ser estabelecidas no município. Não foram encontrados registros sobre a construção desses estabelecimentos de ensino, o que dá o indício de que essas construções não ocorreram no município. Verifica-se que a falta de estabelecimentos de ensino era uma das questões centrais sobre os empecilhos do ensino de Joinville. Por quais

motivos esse projeto arquitetônico viável não foi realizado em Joinville? Quais foram os aspectos que impediram que o mesmo fosse desenvolvido? Esses questionamentos podem ser transformados em parâmetros para outra pesquisa.

Em 19 de janeiro de 1962 uma matéria retoma o desenrolar da CNEA em Joinville. Inicialmente, repete os cinco itens apontados na lei nº 762 de 1961, na qual estabelecem as indicações que o Governo do Estado de Santa Catarina confere à CNEA em Joinville. E, por fim enumera os tópicos da ata da reunião de instalação do centro piloto de Joinville descrita acima. Esta mesma ata vai ser repetida na íntegra em matéria do jornal no dia 03 de fevereiro de 1962 cujo título foi **Mais Escolas e Grupos Escolares para Joinville**. Porém, a matéria somente trata da construção do Grupo Escolar Floresta, e sugere através do plano de trabalho, a construção de escolas, contudo não identifica número e a quantidade de salas de aula a serem realizadas.

É interessante ressaltar um detalhe da ata e dessa matéria, referente a um questionário enviado do Rio de Janeiro pelo Ministério da Educação e Cultura para setenta e nove pessoas de Joinville, a fim de conhecer o nível de bem estar da população, contudo a matéria do jornal não apresenta nomes dos interrogados, nem outras informações acerca desses.

O documento no qual consta os nomes dos que responderam às questões estabelecidas, juntamente com a ata da reunião de instalação da CNEA em Joinville, estão no arquivo pessoal da Sra. Matilde Amin Ghanem, que guarda um acervo de documentos de sua irmã Maria Amin já falecida, uma das diretoras da campanha na época.

Dentre os encarregados de responder ao questionário estiveram o prefeito em exercício o sr. Helmut Fallgatter, o bispo diocesano Dom Gregório Warmelling, o pastor luterano cujo nome não consta, juíza do trabalho e a inspetora escolar que pertencem à família Ghanen, dentistas, advogados, médicos, jornalistas, vários professores, industriais, técnicos, comerciantes e por último operários. Os nomes dos setenta e nove estão datilografados, mas à mão no final do documento, alguém escreveu o nome de um médico, do delegado de ensino do período, do inspetor de São Bento e uma diretora de Jaraguá. Por que houve o aumento de mais quatro questionários para pessoas de cargo elevado?

Ao entregar a lista para a ex-coordenadora da campanha em Joinville, sra. Clotilde Madeco Machado, a mesma identificou em ordem cada nome da lista,

comentando que aquelas eram as pessoas preocupadas com a educação em Joinville naquele período, principalmente em eliminar o analfabetismo da cidade. Os únicos nomes não reconhecidos por ela foram dos operários. Interrogada sobre os quatro nomes incluídos na lista manualmente, simplesmente respondeu que eram pessoas importantes na época e que deveriam responder tal questionário. Não foi encontrado documento que explicasse o critério para a escolha dessas pessoas. Percebe-se que os que responderam o questionário faziam parte da mesma classe social e tinham ocupações profissionais próximas, somente os que se diferenciavam eram os operários. É possível que tenha sido feito dessa forma para não dar visões diversificadas sobre a educação do município.

Segundo sra. Clotilde, certo dia após uma missa que participou, o bispo Dom Gregório se voltou ao então prefeito em exercício João Colin (1956 – 1957) e disse que as ruas de Joinville já estavam cheias de pedras, se referindo às obras de calçamento das mesmas, o que a cidade precisava naquele momento era de pessoas com educação e alfabetizadas.

Ela também expôs sobre a quantidade de classes de erradicação do analfabetismo implementadas em Joinville pela campanha ela se lembrava apenas de duas: uma na qual ela mesma ministrou aulas noturnas para quatro ou cinco prostitutas e outra classe para os soldados do batalhão da cidade, pois, de acordo com o seu relato havia na época muitos soldados analfabetos que ingressavam no serviço militar. Ela relatou ainda, que havia na cidade cursos de alfabetização de adultos, mas isto, segundo ela, já existia mesmo antes da CNEA.

Sobre suas aulas para o grupo de prostitutas, ela as elogiou, dizendo que eram muito educadas e respeitadas, contudo era difícil que todas viessem no mesmo dia, havia muitas faltas. Ela crê que isso deveria ser em função do trabalho das moças. Lecionou para elas no Colégio São Vicente de Paula. As aulas foram no colégio das irmãs por ser um espaço de religiosas, lugar considerado de respeito para que as alunas não fossem vítimas de assédio. A sra. Clotilde enfatiza o desejo de aprender das alunas e que segundo suas memórias a Dona da Pensão, onde essas ficavam, é que foi incentivadora da alfabetização dessas mulheres.

Além da CNEA outra campanha veio para Joinville com a ajuda, dentre outras pessoas, da sra. Amin e Clotilde, a Campanha Nacional da Merenda Escolar. Esta campanha se tratava de uma cota de leite em pó distribuída como lanche nos intervalos das escolas (A NOTÍCIA, 23 de maio de 1962).

É importante lembrar que esta campanha fazia parte do conjunto de ações do Ministério da Educação e Cultura chamado Mobilização Nacional contra o Analfabetismo conforme consta no decreto nº 51.222 de 22 de agosto de 1961. (ANEXO 3). Nessa ação estavam conectadas a Campanha de Educação de Adultos, de Educação Rural, de Construção de Prédios Escolares, de Extensão da Escolaridade e Educação Complementar e por último da Erradicação do Analfabetismo e Merenda Escolar. Isso quer dizer, que foi noticiado uma nova ação educativa na cidade conseguida pelos esforços do prefeito Helmut Fallgatter e de algumas professoras, contudo, essa campanha nada mais era de uma extensão da própria CNEA. Mas isso não foi noticiado para garantir a representação de autoridades do município de Joinville preocupados em sanar os empecilhos das questões educacionais.

Verifica-se ao final dessa pesquisa que houve duas CNEA em Joinville, uma nas matérias do jornal **A Notícia** e a outra a relatada pela Sra. Clotilde.

A primeira, pode-se dizer, se utilizou das leis e dos decretos, da influência partidária do PSD e do PTB, da figura de João Roberto Moreira para realizar uma campanha federal de erradicação do analfabetismo no município joinvillense. Houve o enaltecimento de Joinville e de suas autoridades locais e estaduais por ser sede da CNEA.

Durante os primeiros anos de mandato do governador Celso Ramos filiado ao PSD, as matérias do jornal **A Notícia** enfocaram o entrosamento das ideias, relativas ao ensino de Joinville, entre o chefe do executivo estadual e os prefeitos joinvillenses Baltasar Buschle e Helmut Fallgatter bem como seus pressupostos para a área educacional do município.

Em relação à CNEA, o jornal enfocou as cidades catarinenses escolhidas como “cobaias”, quantidade de verbas, números sobre construção de escolas e salas de aula além dos objetivos da Campanha em atender à população em idade escolar e os analfabetos do município. Contudo, com o passar dos mandatos governamentais houve o silêncio do jornal acerca da CNEA em Joinville e nas demais cidades que sediaram a Campanha. O que fornece o indicador que a utilização dessa ação educacional do governo federal foi usada em determinado momento com propósitos políticos. Com o alcance desses objetivos a CNEA foi posta em segundo plano nas proposições educacionais desses chefes do executivo.

Houve várias matérias sobre a contribuição de uma campanha de erradicação do analfabetismo no município, que na prática atingiu um pequeno número de analfabetos, que segundo sra. Clotilde, algumas prostitutas e soldados do batalhão. O fato de a cidade ter sido foco das ações do Ministério da Educação e Cultura, alvo dos interesses federais foi muito bem anunciado para a obtenção de atenção política do que efetivamente de um atendimento mais acentuado na erradicação do analfabetismo entre os munícipes.

Como contou sra. Clotilde, ela ministrou aulas para a prostitutas por volta de um ano. Segundo o item IX da lei nº 762 de 1961 o acordo para a duração da campanha em Joinville foi de um ano, podendo ser renovado. Segundo a ex-diretora da CNEA, com a saída de João Goulart do governo finalizou-se campanha na cidade. Mas isso aconteceu antes da sua retirada do governo, pois João Goulart assinou em 26 de março de 1963 o decreto nº 51.867 (ANEXO 6), por meio do qual extinguiu as campanhas Educação de Adolescentes e Adultos, a Campanha Nacional de Educação Rural, a Campanha de Erradicação do Analfabetismo, a Campanha de Construções e Equipamentos Escolares e a Campanha de Aperfeiçoamento do Magistério Primário e Normal, por elas englobarem o Plano Trienal.

Esse plano descentralizava a administração do setor educacional e transferia a responsabilidade e obrigação desta área aos Estados, ficando assim as campanhas sem finalidade, pois elas eram de cunho federal. Segundo matéria do **A Notícia**

o Ministro da Educação declarou (...) a descentralização de todas as atividades educacionais do País, de modo a permitir que o ensino primário fique a cargo das prefeituras, o ensino médio a cargo dos governos estaduais e o superior por conta do governo federal (A NOTÍCIA, 05 de setembro de 1963).

A CNEA foi divulgada em Joinville, mas contou com apoio de voluntárias, pois segundo a sra. Clotilde, as professoras não ganharam nenhum salário para alfabetizar os alunos. Porém, na lei nº 762 de 1961 o item III revela que todo e qualquer gasto com a gratificação dos professores e ou dos técnicos contratados fica à cargo da CNEA. Verifica-se que o que foi prescrito não foi alcançado como tal, mas sim adotado de forma peculiar para atender às necessidades da campanha em Joinville.

No último ano de sua existência, 1963, e com somente um ano de duração em Joinville, a CNEA e as demais campanhas foram substituídas por uma ação educativa chamada Plano Trienal da Educação. O jornal **A Notícia** anunciou em algumas matérias que 1963 seria o ano da educação no Brasil, e que o Ministério da Educação e Cultura disponibilizou 67 bilhões para investimentos nos planos de alfabetização, reforma universitária e ensino técnico de nível médio (A NOTÍCIA, 04 de julho de 1963). É verificado que a alfabetização ainda fazia parte do rol de investimentos do governo federal no setor educacional e ousa-se aqui afirmar que ainda faz parte de muitos discursos de autoridades políticas municipais, estaduais e federais.

Neste capítulo foi mostrada a situação educacional do município de Joinville nos anos de 1950 e início de 1960, evidenciando as problemáticas e reivindicações desse setor por parte de autoridades, profissionais da educação e da população. Foi constatado que uma das grandes preocupações foi centrada na falta de estabelecimentos escolares para atender a demanda de pessoas que procuravam os bancos escolares. Mostrou-se que essa situação estava anexada ao contexto de desenvolvimento industrial e econômico que Joinville sofria nos anos de 1960 e em consequência a entrada de um forte fluxo migratório para o município.

Foram indicadas as imbricações políticas no setor educacional do município joinvillense, o quanto a influência partidária do PSD foi presente na educação do município. O propósito foi o de mostrar como a política se articulou com as questões educacionais da cidade, anunciando nas matérias do jornal que as intenções partidárias estavam de lado na questão de sanar o analfabetismo em Joinville.

Foi apontado que os aspectos que levaram Joinville a ser “cobaia” da CNEA estiveram em torno não somente das questões econômicas e industriais do município, o vínculo do diretor nacional da Campanha João Roberto Moreira com a cidade e com autoridades joinvillenses e a influência política partidária do PSD e do PTB foram pertinentes.

Por fim, foi indicado a maneira que a CNEA foi implementada no município. As propostas indicadas no jornal enfatizavam uma implementação incisiva, contudo na prática ela não ocorreu dessa forma. Não foram encontrados registros sobre a quantidade de cursos da CNEA para a alfabetização de adolescentes e adultos em Joinville, nem ao menos dados sobre a experimentação de novas técnicas de ensino nas escolas municipais da cidade ou sobre as classes de emergência que deveriam

atender às crianças de 12 a 14 anos que não freqüentaram a escola ou ainda sobre a construção de novas escolas para atender a demanda. O que indica que as proposições não foram efetivadas e que o relato da sra. Clotilde é pertinente ao dizer que duas foram as classes de erradicação do analfabetismo em Joinville.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo dessa pesquisa foi o de compreender a constituição da Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (CNEA) bem como a escolha e a implementação em Joinville desse plano de ação educacional vinculado ao Ministério da Educação e Cultura (MEC), cuja duração corresponde ao período de 1958 a 1963.

Para chegar a esse propósito, um longo percurso precisou ser realizado. Pensar sobre a construção de uma ação educativa do governo federal exigiu considerar o contexto histórico de meados dos anos de 1950 e início dos anos de 1960. Foi compreendido, ainda que de forma tangencial para as objetivações dessa dissertação, os acontecimentos e transformações sociais provenientes do processo de industrialização, o ideário do nacional-desenvolvimentismo e o papel que a educação tomou frente a esses pressupostos.

Inicialmente, foi necessário compreender a constituição da CNEA, suas relações e imbricações como ação educativa do mandato presidencial de Juscelino Kubitschek. Foi salientado o envolvimento de alguns intelectuais na elaboração da Campanha destacando as divergências de pensamento desses com o governo sobre o papel da educação no desenvolvimento econômico do país. O governo federal via a educação apenas como um dos aspectos para o desenvolvimento industrial e econômico do país, enquanto os intelectuais e profissionais da educação a colocavam como fator decisivo.

Para o entendimento da criação da Campanha a busca se deu em livros e trabalhos acadêmicos, porém o que foi encontrado foram resumos e citações sobre a constituição da CNEA no mando presidencial de Juscelino Kubitschek.

Assim um outro caminho foi traçado, percorrido por entre documentos e escritos da época, eleitos pela autora como fontes de pesquisa visando entender as proposições da criação da CNEA e seus objetivos enquanto campanha de erradicação do analfabetismo.

Como fonte, algumas foram eleitas e outras excluídas. Nessa exclusão é sabido que outra dissertação poderia ser feita, outras possibilidades de pesquisa surgiriam e talvez apareceriam outras respostas para o objetivo pretendido nesse estudo.

Não que com isso, foi dito, que as produções referentes ao período não foram de grande ajuda, pelo contrário, elas forneceram orientação para o encontro do rol de fontes que se elegeu nesta pesquisa.

Mas há que se salientar que o período delimitado nessa pesquisa necessita de maiores investigações e produções, principalmente no que tange às ações educacionais, direcionadas aqui nas campanhas de combate ao analfabetismo.

Estudos mais aprofundados sobre o CBPE, principalmente das suas regionais, poderiam mensurar as especificações de influência desses centros e seus estudos nos locais em que se encontravam.

Foi verificado que os anos de 1950 e 1960 se revelam como um período do nacional desenvolvimentismo, estudado principalmente no setor industrial e econômico do país. Há poucos estudos nos demais campos de pesquisa, como por exemplo o social, cultural e educacional. É um hiato na história da educação do Brasil, que se abre para várias possibilidades de estudo e pesquisa.

Em relação às campanhas do período, elas são citadas e resumidas em vários trabalhos acadêmicos, mas foi sentido a falta de estudos específicos sobre elas.

No início da pesquisa dessa dissertação os pressupostos que foram aparecendo, como por exemplo, olhares díspares dos políticos e dos intelectuais sobre uma campanha de erradicação do analfabetismo, a função da educação no ideário nacional-desenvolvimentista e no acerto final na proposta da CNEA, fazia crer que essas proposições estavam desconectadas, contudo, o estudo foi descortinando uma rede de influências políticas e sociais de interesses diversos mas conectados para a constituição de uma campanha educacional de cunho federal.

No Estado de Santa Catarina, o estudo revelou um contexto de intensa influência política e sua articulação no setor educacional e como a força de um partido político e seus representantes trazem para suas zonas de interesse ações educativas do governo federal.

Na reflexão sobre a imprensa local, foi percebida a rede de interesses evidenciados em suas matérias, a construção de uma representação da educação catarinense com chefes do executivo ligados a partidos políticos adversários. Dependendo do partido no exercício do cargo de governador a educação foi enaltecida ou desmerecida.

A pesquisa em alguns documentos, como por exemplo, jornal, fizeram acreditar que havia tido em Joinville uma efetivação mais consistente da CNEA. Mas o que se percebeu no decorrer dos estudos foi que a Campanha de Erradicação do Analfabetismo aconteceu no âmbito político.

A CNEA em Joinville aconteceu nas matérias do jornal **A NOTÍCIA** e nos discursos de políticos envolvidos com a campanha no município, e trouxe mais frutos ao campo político do que ao campo educacional da cidade.

Interessante seria se mais pesquisas sobre as “cobaias” da campanha fossem desenvolvidas para saber se o que aconteceu no município joinvillense é apenas uma peculiaridade local ou se a situação ali ocorrida foi comum nas demais localidades.

É fato que alguns se beneficiaram com a CNEA em Joinville, mas o que se concluiu é que os propósitos destinados à da erradicação do analfabetismo não foram atingidos.

Foi verificado que a representação da ação de erradicação do analfabetismo foi explorada nas matérias do jornal **A Notícia**. Permaneceu a representatividade de cidade ordeira, com autoridades, profissionais da educação e até mesmo a população preocupada com a educação de seu município.

Considera-se que ao fim dessa dissertação muitas questões não foram respondidas, como por exemplo, quais foram os motivos para que o projeto de construção de vinte escolas não fosse realizado em Joinville? Quais foram os aspectos que impediram que o mesmo fosse desenvolvido? Estes questionamentos podem ser transformados em objetivos a serem respondidos em futuras pesquisas dentro dos estudos em História da Educação no município de Joinville, pois verificou-se a existência de muitas lacunas nesse campo nas bibliografias sobre o município.

Outra possibilidade de estudo é sobre como se constitui a continuidade da representação de uma Joinville ordeira e atenciosa às questões educacionais de sua cidade. Também é possível dizer que determinadas perguntas nem formuladas foram aqui. Almeja-se que essa pesquisa sirva para outros novos estudos e objetivos para a área da História da Educação.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Letícia Carneiro. **A política educacional catarinense da década de 1960: educação, desenvolvimento e teoria do capital humano.** Revista HISTEDBR On –line, Campinas, n.30, p.228-247, jun. 2008 – ISSN: 1676-2584.

AURAS, Gladys Mary Teive. **Política de modernização econômica e formação do professor das séries iniciais em Santa Catarina.** Perspectiva. Florianópolis: UFSC/CED, NUP, n. 23, p.11-25. 1995.

AZANHA, José Mário P. **Educação: Temas Polêmicos.** São Paulo: Martins Fontes, 1995.

BARBOSA, Rita de Cássia Ribeiro. **Os planos de desenvolvimento e a educação: de JK ao regime Militar.** Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2006.

BARRETO, Elba Siqueira de Sá. Em memória da Professora Aparecida Joly Gouveia. **Revista Faculdade de Educação.** Vol. 24 n.2. São Paulo, July / Dec.1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-25511998000200012&script=sci_arttext>. Acesso em: 03/02/2010.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **O Governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política, 1956-1961.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

BLOCH, Marc. **Apologia da História – ou ofício do historiador.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOUTIER, Jean e JULIA, Dominique. “Em que pensam os historiadores?” In: **Passados recompostos: campos e canteiros da História.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Editora FGV, 1998, p. 21-61.

CAPELATO, Maria H. **Imprensa e História do Brasil.** São Paulo: Contexto/EDUSP, 1994.

CAPES. **Estudos de desenvolvimento regional (Santa Catarina).** Série Levantamentos e análises. Rio de Janeiro, 1958.

CARDOSO, Mirian. **Ideologia do Desenvolvimento**. Brasil: JK – JQ. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.

CARREIRÃO, Yan de Souza. **Eleições e Sistema Partidário em Santa Catarina (1945-1979)**. Florianópolis: UFSC, 1990.

CARVALHO, Carlos Henrique de; ARAUJO, José Carlos Souza; GONÇALVES NETO, Wenceslau. “Discutindo a história da educação: a imprensa enquanto objeto de análise histórica (Uberlândia-MG, 1930-1950)”. In: ARAUJO, José Carlos Souza; GATTI JÚNIOR, Décio. (Org). **Novos temas em história da educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa**. Uberlândia: Autores Associados, 2002.

CHAGAS, Marcos Antônio Macedo das. **Educação de Jovens e Adultos: a experiência do PEJ no município do Rio de Janeiro**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Departamento de Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: DIFEL, 1988.

_____. **A história ou a leitura do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica. 2009.

COELHO, Ilanil. É proibido ser alemão: é tempo de abraçar-se. IN: GUEDES, Sandra P.L. de Camargo (Org). **Histórias de (I)migrantes: o cotidiano de uma cidade**. Joinville: Editora UNIVILLE, 2000.

COSTA, Iara Andrade. A cidade da ordem. IN: GUEDES, Sandra P.L. de Camargo (Org). **Histórias de (I)migrantes: o cotidiano de uma cidade**. Joinville: Editora UNIVILLE, 2000.

COSTA, Iara Andrade; GABARDO Cláudia Valéria Lopes; FREITAS Dúnia Anjos de. (ORG). **Tempos de Educar: os caminhos da História do Ensino na Rede Municipal de Joinville/SC – 1851-2000**. Joinville: UNIVILLE, 2005.

CRUZ, Marta Vieira. **Brasil Nacional-Desenvolvimentista (1946-1964)**. [S.l.], [200-]. P.01-12. (Grupo de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”). Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_frames_83.html>. Acesso em: 28/02/ 2010.

CUNHA, Marcus Vinícius da. **A Educação no Período Kubitschek**: os Centros de Pesquisas do Inep. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v. 83, n203/204/205, p.127-140, jan./dez.2002.

DANIEL, Leziany Silveira. **Por uma psico-sociologia educacional**: A contribuição de João Roberto Moreira para o processo de constituição científica da Pedagogia nos cursos de formação de professores catarinenses nos anos de 1930 e 1940. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências da Educação. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

FARIA FILHO, Luciano Mendes. “A legislação escolar como fonte para a História da Educação: uma tentativa de interpretação”. In: **Educação, modernidade e civilização**. Belo Horizonte: Autêntica, 1998. p. 89 – 125.

FEITOSA, Sara Alves. **Mecanismos de Memória e Esquecimento na Reconstituição Teledramática da História Nacional**. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Curitiba, PR – 4 a 7 de setembro de 2009

FERREIRA, Márcia dos Santos. **Centros de Pesquisas do INEP**: pesquisa e política educacional entre as décadas de 1950 e 1970. Tese (Doutorado em Educação – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.)

_____. **Os Centros de Pesquisas Educacionais do INEP e os estudos em ciências sociais sobre a educação no Brasil**. Rev. Bras. Educ. vol.13 no.38 Rio de Janeiro May/Aug. 2008. Disponível em
<http://www.scielo.br/scielo.hp?pid=S1413-24782008000200007&script=sci_arttext>
Acesso em 03/02/2010.

FIORI, Neide de Almeida. **Aspectos da evolução do ensino público**: ensino público e política de assimilação cultural no Estado de Santa Catarina nos períodos imperiais e republicanos. Florianópolis: Editora da UFSC, 1991.

FONSECA, Thais Nivia de Lima e. “História da Educação e História Cultural.” In: FONSECA, Thais Nivia de Lima e; VEIGA, Cynthia Greive. **História e Historiografia da Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p. 49 – 75.

GARRIDO, Joan Del. **As fontes orais na pesquisa histórica**: uma contribuição ao debate. Revista Brasileira de História, São Paulo, v.13, nº.25/26, p.33-54, set/ago. 1992/1993.

GOLDEMBERG, José. **O repensar da educação no Brasil**. Estudos Avançados. Vol.7 no.18 São Paulo May/Aug. 1993.

GOMES, Rodrigo Lima Ribeiro. **Educação Popular e Populismo: Movimentos de educação e cultura popular e luta de classes no Brasil (1961-1964)**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói. 2009.

GONÇALVES, Nadia Gaiofatto e GONÇALVES, Sandro A. **Educação para além da reprodução**. Diálogos, DHI/PPH/UEM/, v.12, n.2, p. 143-171, 2008.

GOULARTI FILHO, Alcides. **O planejamento estadual em Santa Catarina de 1955 a 2002**. Ensaios FEE. Porto Alegre, v. 26, n.1, p. 627-660, jun. 2005.

GOUVEIA, Aparecida Joly. **A pesquisa educacional no Brasil**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 1-45, jul. 1971.

_____. **As Ciências Sociais e a Pesquisa sobre Educação**. Tempo Social. Rev. Sociol. USP. São Paulo, 1 (1):71-79, 1. sem. 1989.

GUEDES, Sandra P. L. de CAMARGO. A Colônia Dona Francisca: a vida... o medo... a morte. IN: GUEDES, Sandra P.L. de Camargo (Org). **Histórias de (I)migrantes: o cotidiano de uma cidade**. Joinville: Editora UNIVILLE, 2000.

HENRIQUES, Vera. Educação e Ciências Sociais no Brasil: possíveis relações. **Cadernos de Pesquisa**. nº 103, p.81-99. Mar.1998.

LAFER, Celso. "O Planejamento no Brasil: Observações sobre o Plano de Metas (1956-1961)". IN: LAFER, Betty Mindlin. **Planejamento no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Perspectiva S.A., 1973.

LEITE FILHO, Aristeo; SANTOS, Pablo S. Machado Bispo dos; GOUVÊA, Fernando. Quando os documentos falam... ouve-se até o silêncio: entre relatórios, decretos e manuscritos, a gestão de Anísio Teixeira no Inep/CBPE (1952-1964). In: MENDONÇA, Ana Waleska; XAVIER, Libânea Nacif (orgs.). **Por uma política de formação do magistério nacional: o Inep/MEC dos anos 1950/1960**. Brasília: INEP, 2008.

LOPES, Lucas. **Memórias do desenvolvimento:** Lucas Lopes – depoimento. Centro da Memória da Eletricidade no Brasil – MEMÓRIA DA ELETRICIDADE. Rio de Janeiro: C. M. E. B., 1991, 346 p.

MENDONÇA, Ana W. P. C. O INEP no contexto das políticas públicas do MEC (1950- 1960). **Revista Contemporânea de Educação**. Rio de Janeiro, v.1, n.1. – abr./jun. 2006. Disponível em : <<http://www.educacao.ufrj.br/revista/indice/numero1/index.php>> Acesso em 14/07/2009.

MONTEIRO, Jaecyr. **Nacionalização do ensino:** uma contribuição à história da educação. Florianópolis: UFSC, 1983.

PAIVA, Vanilda. Pereira. **Educação Popular e educação de adultos. Contribuição à História da Educação Brasileira.** 3 ed. São Paulo: Edições Loyola, 1985.

PAIXÃO, Lea P. **O catarinense João Roberto Moreira – um sociólogo da educação esquecido.** Florianópolis: Perspectiva, v.20, n. Especial, p. 57-83, jul./dez.2002.

PESAVENTO, Sandra J. “Correntes, campos temáticos e fontes: uma aventura da História”. In: **História e História Cultural**. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p.69 -106.

PIAZZA, Walter Fernando e HÜBENER, Laura Machado. **Santa Catarina: história da gente**. 5. ed. Rev. E ampl. Florianópolis: Lunardelli, 2001.

RAGAZZINI, Dario. “Para quem e o que testemunham as fontes da História da Educação?”. In: **Educar em Revista. Dossiê História da Educação:** instituições, intelectuais e cultura escolar. Curitiba: Editora da UFPR, nr. 18, 2001, p. 13 – 28.

RANZI, Serlei Maria Fischer. Memória e história das disciplinas escolares: possibilidades de uma aproximação. IN: BENCOSTTA, Marcus Levy (org). **Culturas escolares, saberes e práticas educativas:** itinerários históricos. São Paulo: Cortez, 2007.

REMOND, René. **Por uma História Política**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

SANTOS, Fabiana Maria Oliveira. **O processo de adaptação estratégica do sistema de educação de Joinville**. Dissertação (Mestrado em Administração)-Centro de Ciência e Administração. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

SAVIANI, Dermeval. **História das Idéias Pedagógicas no Brasil**. 3ª ed. Campinas: Autores Associados, 2010.

SCHEIBE, Leda, DARÓS, Maria das D., DANIEL, Lezianny S. “Santa Catarina e o Programa Nacional de Reconstrução Educacional de Anísio Teixeira: a colaboração dos intelectuais catarinenses”. In: ARAÚJO, Marta Maria de e Brzezinski, Iria. **Anísio Teixeira na Direção do Inep: Programa para a Reconstrução da Nação Brasileira (1952 – 1964)**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006.

SCHMITZ, Sérgio. **Planejamento Estadual: a experiência do Plameg**. Florianópolis: UFSC, 1985.

SILVA, Maria Ivonete Peixer da. **A Escola na Colônia Dona Francisca (Joinville): um estudo da construção do ensino – 1851 a 1990**.

SOUZA, Claudia Moraes de. **Nenhum brasileiro sem escola: projetos de alfabetização e educação de adultos do estado desenvolvimentista**. Dissertação (Mestrado) – FFLCH. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

SUZIGAN, Wilson. **Estado e industrialização no Brasil**. Revista de Economia Política, vol. 8, n. 4, out-dez/1988.

TABORDA DE OLIVEIRA, Marcus Aurélio Org). **Cinco estudos em História e Historiografia da Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

TERNES, Apolinário. **História de Joinville: uma abordagem crítica**. Joinville: Meyer, 1981.

_____. **História do jornal A Notícia: 1923 – 1983**. Joinville: Meyer, 1983.

_____. **Bom Jesus: 60 anos de ensino**. Joinville: Meyer, 1986.

_____. **A estratégia da confiança.** Joinville (S.ED), 1988.

_____. **A economia de Joinville no século 20.** Joinville: Letradàgua, 2002.

VEDANA, Lea Maria Ferreira. **A educação em Santa Catarina nos anos 60.** Florianópolis: Esteocos, 1997.

VIEIRA, Carlos Eduardo. "Jornal diário como fonte e como tema para a pesquisa em História da Educação: um estudo da relação entre imprensa, intelectuais e modernidade nos anos 1920". In: TABORDA DE OLIVEIRA, Marcus Aurélio (Org). **Cinco estudos em História e Historiografia da Educação.** Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

XAVIER, Libânia Nacif. **O Brasil como Laboratório – educação e ciências sociais no projeto do centro brasileiro de pesquisas educacionais.** Bragança Paulista: EDUSF, 1999.

_____. **A pesquisa educacional como razão: análise de uma experiência institucional (1950-1960).** Disponível em: www.anped.org.br/reunioes/23/textos/0207t.PDF. Acesso em 10/07/2010.

6 OBRAS CONSULTADAS

ANDRADE, Primo Nunes de. "A Educação na Era do Desenvolvimento". In: **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Rio de Janeiro, V.30, n.71, p.46-68, jul./set. 1958.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA. LEI PROMULGADA Nº 762, de 05 de outubro de 1961.

BUSCHLE, Baltasar. Entrevista concedida a Dunia Anjos de Freitas no dia 09/05/1996. Arquivo Histórico de Joinville.

CAMPOS, Paulo de Almeida. "Projeto Maior N.1 da Unesco: para a generalização e melhoria do Ensino Primário na América Latina". **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Rio de Janeiro, V.29, n.70, p. 84-88 abri./jun. 1958.

EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO: ERRADICAÇÃO DO ANALFABETISMO NO BRASIL. 35mm, BP, 16min24seg, 450m, 24q. Rio de Janeiro .1958

GONZAGA, Gustavo; DEMARCHI, Luciano. IN: **Ofícios do Ministério da Educação e Cultura de 1956**. Arquivo Público de Florianópolis.

INEP. Ação do INEP e Centros de Pesquisas no Quinquênio 1956-60. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Rio de Janeiro, v. 35 n. 81, p. 44-59, jan/març. 1961.

INEP. **A Educação nas mensagens presidenciais (1890 – 1986)**. Brasília, INEP, 1987. 2 v. anexos.

IBGE. **Censo Demográfico de 1960 de Santa Catarina**. VII Recenseamento Geral, 1960. série Regional, Vol. I . Tomo XV.

JOINVILLE. **Prefeito Helmuth Fallgatter presta conta de seus 5 anos de administração 1961-1965**. Coletânea de Leis e Decretos, 1965. Arquivo Histórico de Joinville.

_____. **Relatório da Inspeção Escolar Municipal**. 1957 até 1963. Arquivo Histórico de Joinville

KUBITSCHKEK, Juscelino. **Cinquenta anos em cinco**. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1978. Memória, v.3, p. 167-170.

MACHADO, Clotilde Macedo. Entrevista concedida a Gisele Gutstein Güttschow no dia 28/09/2010.

MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA. **Dados sobre o município de Joinville para trabalhos de educação primária da Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo**. s/d.

_____. Campanha de Erradicação do Analfabetismo: Centro Piloto de Joinville. **Ata da Reunião de Instalação do Centro Piloto de Joinville da Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo**. 24 de janeiro de 1962.

MOREIRA, João Roberto. **A educação em Santa Catarina: Sinopse apreciativa sobre a administração, as origens e a difusão de sistema estadual de ensino**. Rio de Janeiro: MEC/Inep/CILEME, 1954.

_____. Os Problemas do Ensino Elementar no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Rio de Janeiro, v. 26, n. 64, p. 44-59, out/dez. 1956.

_____. **Uma Experiência de Educação: o projeto piloto de erradicação do analfabetismo do Ministério da Educação e Cultura**. Rio de Janeiro: Carioca, 1960.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE. **Perfil socioeconômico**. Joinville: s/ed, 1999.

_____. **Perfil socioeconômico de Joinville**. Joinville: UNIVILLE, 2002.

SALGADO, Clóvis. "As Metas da Educação Para o Desenvolvimento." In: **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Rio de Janeiro, V.30, n. 72, p.46-60, mês out./dez. 1958.

SANTA CATARINA. **Documento Básico do Seminário Sócio-Econômico**. Federação das Indústrias de Santa Catarina. Florianópolis, 1960.

_____. (Governo Celso Ramos). **Trabalho do encontro dos Governadores [separata da mensagem]**. Florianópolis, 1961.

_____. **Plano de Metas do Governo Celso Ramos: 3º ano de trabalho**. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado, 1964.

_____. **1ª Mensagem Anual apresentada à Assembléia Legislativa do Estado, em 15 de abril de 1961, pelo Governador Celso Ramos**. Florianópolis, 1965.

_____. **2ª Mensagem Anual apresentada à Assembléia Legislativa do Estado, em 15 de abril de 1962, pelo Governador Celso Ramos**. Florianópolis, 1965.

_____. **3ª Mensagem Anual apresentada à Assembléia Legislativa do Estado, em 15 de abril de 1963, pelo Governador Celso Ramos**. Florianópolis, 1965.

_____. **4ª Mensagem Anual apresentada à Assembléia Legislativa do Estado, em 15 de abril de 1964, pelo Governador Celso Ramos**. Florianópolis, 1965.

_____. **5ª Mensagem Anual apresentada à Assembléia Legislativa do Estado, em 15 de abril de 1965, pelo Governador Celso Ramos**. Florianópolis, 1965.

SANTOS, Sílvio Coelho dos. **Educação e Desenvolvimento em Santa Catarina**. Florianópolis: UFSC, 1968.

_____. **Um esquema para a educação em Santa Catarina**. Florianópolis: Empreendimentos Educacionais, 1970.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **Delegacia de Ensino 3ª Região**. Sede: cidade de Joinville. Joinville, 1961.

Senado Federal. Decreto nº 47.251, de 17 de novembro de 1959.

Senado Federal. Decreto nº 51.222, de 22 de agosto de 1961.

Senado Federal. Decreto nº 51.470, de 22 de maio de 1962.

MATÉRIAS DO JORNAL A NOTÍCIA

Trinta milhões de analfabetos vegetando no Brasil. **A Notícia**, Joinville, 23 de jan. 1958.

UNESCO Estuda Problemas da Educação no Brasil. **A Notícia**, Joinville, 18 de fev. 1958.

Quanto ao número de analfabetos somente a Bolívia em situação pior que o Brasil. **A Notícia**, Joinville, 04 de mar. 1958.

O Preço da Alfabetização de Adultos. **A Notícia**, Joinville, 02 de ago. 1958.

Aumento do período diário de aulas exige a atual didática. **A Notícia**, Joinville, 02 de set. 1958.

Centro de Treinamento do Magistério Rural: Plano organizado pelas Campanhas Nacionais de Erradicação do Analfabetismo e de Educação Rural. **A Notícia**, Joinville, 06 de nov. 1958.

Documentário Cinematográfico sobre a erradicação do analfabetismo. **A Notícia**. Joinville, 03 de jan. 1959.

Mais cinco municípios na rede de erradicação do analfabetismo. **A Notícia**, Joinville, 04 de abr. 1959.

Mais um prédio escolar municipal. **A Notícia**, Joinville, 15 de ago. 1959.

Novas escolas federais para Santa Catarina. **A Notícia**, Joinville, 05 de mai. 1959.

O problema do analfabetismo no Brasil e no mundo. **A Notícia**, Joinville, 18 de jun. 1959.

Há um drama nos grupos escolares de Joinville. **A Notícia**, Joinville, 20 de set. 1959.

Seminário Sócio-Econômico de Santa Catarina. **A Notícia**, Joinville 29 de set. 1959.

Mais um prédio escolar municipal. **A Notícia**, Joinville, 15 de ago. 1959.

Mais de cinco municípios na Rede de Erradicação do Analfabetismo. **A Notícia**, Joinville 04 de abr. 1959.

Seminário Sócio - Econômico de Santa Catarina. **A Notícia**, Joinville, 29 de set. 1959.

Seminário Sócio – Econômico de Sta. Catarina. **A Notícia**, Joinville, 09 de fev. 1960.

Problemas de Joinville no Seminário Sócio-Econômico de Santa Catarina. **A Notícia**, Joinville 16 de fev. 1960.

Joinville será “cobaia” da erradicação do analfabetismo. **A Notícia**, Joinville, 17 de fev. 1960.

Será instalado em Joinville Centro Piloto de Experimentação Educacional. **A Notícia**, Joinville, 04 de mar. 1960.

Plano Piloto de Erradicação do Analfabetismo. **A Notícia**, Joinville, 18 de mar. 1960.

Ministério da Educação e Cultura. **A Notícia**, Joinville 20 de mar. 1960.

_____. **A Notícia**, Joinville 24 de mar. 1960.

Prevista total reforma do ensino em Joinville. **A Notícia**, Joinville, 26 de abr. 1960.

Criação de escolas de ensino médio gratuito em Joinville. **A Notícia**, Joinville, 13 de abr. 1960.

Professores de Santa Catarina. **A Notícia**, Joinville, 19 de ago. 1960.

Auspicioso desenvolvimento do Ensino Municipal. **A Notícia**, Joinville, 27 de ago. 1960.

Integração do Estado no processo educacional do País. **A Notícia**, Joinville, 22 de nov. 1960.

Joinville: centro nervoso do norte catarinense. **A Notícia**. Joinville, 07 de fev. 1961.

Em crise o ensino de Santa Catarina. **A Notícia**, Joinville, 22 de fev. 1961.

Nenhuma criança sem escola em Santa Catarina. **A Notícia**, Joinville, 08 de mar. 1961.

Plano de Escolas Móveis para Erradicar o Analfabetismo. **A Notícia**, Joinville, 31 de mar. 1961.

Governo do Estado cuida do ensino. **A Notícia**, Joinville, 29 de abr. 1961.

Dez milhões para Campanha de Erradicação do Analfabetismo em Joinville e outros municípios. **A Notícia**, Joinville, 18 de ago. 1961.

Florianópolis “cobaia” da Campanha contra o Analfabetismo. **A Notícia**, Joinville, 20 de set. 1961.

Governador Celso Ramos determina construção de mil salas de aula. **A Notícia**, Joinville, 03 de out. 1961.

Plano Piloto de Erradicação do Analfabetismo em Joinville funciona este ano. **A Notícia**, 19 de jan. 1962.

Mais escolas e grupos escolares para Joinville. **A Notícia**, Joinville, 03 de fev. 1962.

Mil salas de aula em construção no Estado. **A Notícia**, Joinville, 02 de mar. 1962.

Governador determinou a criação de 46 escolas. **A Notícia**, Joinville 06 de mar. 1962.

Verbas do Estado para obras em prédios escolares de Joinville. **A Notícia**, Joinville, 04 de mai. 1962.

Imediata construção de salas de aula no norte catarinense. **A Notícia**, Joinville, 18 de mai. 1962.

Merenda escolar aumenta a 131rás131O131cia às aulas. **A Notícia**, Joinville, 23 de mai. 1962.

Mais um prédio escolar será construído pelo governo do estado em Joinville. **A Notícia**, Joinville, 07 de jun. 1962.

Cinco novas escolas em construção no município. **A Notícia**, Joinville, 03 de ago. 1962.

Governador Celso Ramos estará em Joinville dia 30. **A Notícia**, Joinville, 26 de ago. 1962.

Celso Ramos continua a construir Grupos Escolares iniciados em exercícios anteriores. **A Notícia**, Joinville, 13 de out. 1962.

Construídas já três escolas rurais no município. **A Notícia**, Joinville, 25 de out. 1962.

Governador Celso Ramos: “Os momentos mais felizes do meu mandato, eu os sinto quando estou entre os professores catarinenses”. **A Notícia**, Joinville, 09 de abr. 1963.

M.E.C. Tem 67 bilhões para o “Ano da Educação”. **A Notícia**, Joinville 04 de julh. 1963.

Ministro vai descentralizar atividades educacionais do País. **A Notícia**, Joinville 05 set. 1963.

SAAVEDRA, Jéferson. Há meio século. **A Notícia**, 25 de jul. 2009.

7 ANEXOS

ANEXO N.º 1 – Portaria N.º 5-A- de 9 de janeiro de 1958	26
ANEXO N.º 2 – Decreto N.º 47.251 de 17 de novembro de 1959	35
ANEXO N.º 3 – Decreto N.º 51.222 de 22 de agosto de 1961	36
ANEXO N.º 4 – Decreto N.º 51.470 de 22 de maio de 1962	36
ANEXO N.º 5 – Lei Promulgada Nº 762, de 05 de outubro de 1961	99
ANEXO N.º 6 – Decreto Nº 51.867, de 26 de março DE 1963	110

ANEXO 1

PORTARIA Nº 5-A — DE 9 de JANEIRO DE 1958
Institui a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo

O Ministro de Estado da Educação e Cultura, tendo em vista o que dispõe a Lei n. 3.327-A, de 3 de dezembro de 1957, que, estimando a Receita e fixando a Despesa da União para o exercício financeiro de 1958, inclui recursos no Orçamento deste Ministério, subordinados à Verba 3--1-07-6, da Unidade 09-04-02, a serem aplicados numa "Campanha da Erradicação do Analfabetismo, através do Plano Piloto, em um Município de cada uma das regiões Norte, Nordeste, Leste, Centro-Oeste e Sul do país", resolve:

Art. 1º — Fica instituída a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo, que obedecerá aos objetivos e plano geral de trabalho constantes de instruções a serem baixadas, dentro de 15 dias, a contar da data da presente portaria.

Art. 2º — A Campanha ficará diretamente subordinada ao Ministro, que será assessorado por um Coordenador e por um Conselho Consultivo.

Art. 3º — Para a concretização dos objetivos da Campanha, será pôs-to em execução um Projeto Piloto, como elemento básico preliminar de fixação de métodos e processos e de aferição d custo e investimento.

Art. 4º — A direção, a orientação e a execução dos trabalhos e atividades, implicados pelo referido Projeto Piloto e pelas fases posteriores da Campanha, caberão a um Coordenador, responsável direto perante o Ministro.

Art. 5º — Para a aprovação de planos e projetos específicos, o Ministro ouvirá o Conselho Consultivo, composto pelos Secretários de Educação dos Estados que participarem da experiência, pelo Diretor do Departamento Nacional de Educação, pelo Diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, pelo Coordenador da Campanha Nacional de Educação Rural, pelos Prefeitos dos Município abrangidos e pelo Coordenador a que se refere o item anterior, como relator.

Clóvis Salgado. (Publ. No D. O. de 22.1.58)

ANEXO 2



Senado Federal
Subsecretaria de Informações

DECRETO Nº 47.251, DE 17 DE NOVEMBRO DE 1959.

Dispõe sobre as campanhas extraordinárias de educação no Ministério da Educação e Cultura e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição,

DECRETA:

At. 1º Ficam subordinadas ao Departamento Nacional de Educação, do Ministério da Educação e Cultura, como campanhas extraordinárias de educação, a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos, a Campanha de Educação Rural e a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo.

Parágrafo único. Os recursos orçamentários destinados a essas Campanhas são os consignados no Orçamento da República, ao Ministério da Educação e Cultura, respectivamente para os fins de educação de adolescentes e adultos analfabetos, de educação rural e de erradicação de analfabetismo.

Art. 2º As três Campanhas, embora constituindo setores específicos de atividades educacionais, ficarão sob a orientação e controle do Diretor-Geral do Departamento Nacional de Educação.

§ 1º Cada Campanha terá um Coordenador, designado pelo Ministro do Estado, mediante proposta do Diretor-Geral do D.N.E.

§ 2º Os planos de trabalho das Campanhas e demais decisões aos mesmos referentes serão examinados, em conjunto, pelo Diretor-Geral do D.N.E. e pelos coordenadores das referidas campanhas.

Art. 3º A Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos terá por objetivos:

a) a escolarização, em nível primário, onde for mais aconselhável, de adolescentes e adultos, tendo em vista a elevação do nível cultural do povo brasileiro; e

b) o aproveitamento efetivo de radiodifusão na educação popular de base.

Art. 4º A Campanha Nacional de Educação Rural terá por objetivos:

- a) o aperfeiçoamento e o desenvolvimento dos meios de educação das populações rurais; e
- b) a formação e a preparação pedagógica, em caráter de emergência, dos professores primários leigos das áreas rurais.

Art. 5º A Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo terá por objetivos:

- a) o aperfeiçoamento e o desenvolvimento do ensino primário comum em áreas municipais pré-estabelecidas;
- b) a aplicação intensiva dos métodos e materiais utilizados pelas outras duas Campanhas nas mesmas áreas municipais pré-estabelecidas; e
- c) a verificação experimental da validade sócio-econômica dos métodos e processos de ensino primário, educação de base e educação rural, utilizados no Brasil, com vistas à determinação dos mais eficientes meios de erradicação do analfabetismo.

Art. 6º O Ministro de Estado expedirá ato de regulamentação de cada uma das Campanhas e de sua coordenação e integração no plano geral de ensino.

Art. 7º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 17 de novembro de 1959; 138º da Independência e 71º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK

Clovis Salgado

ANEXO 3

**Senado Federal
Subsecretaria de Informações****DECRETO Nº 51.222, DE 22 DE AGÔSTO DE 1961.**

Institui a Mobilização Nacional contra o Analfabetismo.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, inciso I da Constituição, e tendo em vista os artigos 170, 171 e respectivos parágrafos únicos, e ainda o artigo 168, Inciso III da mesma Constituição combinado com o Decreto lei nº 4.958, de 14 de novembro de 1942,

DECRETA:

Art. 1º - Fica instituída no Ministério da Educação e Cultura, como serviço em regime especial de financiamento para o desenvolvimento social e econômico, a Mobilização Nacional contra o Analfabetismo.

Parágrafo único - A Mobilização Nacional contra o Analfabetismo incorpora os serviços das Campanhas de Educação de Adultos, de Educação Rural, de Construção de Prédios Escolares, de Extensão da Escolaridade e Educação Complementar, de Erradicação do Analfabetismo e de Merenda Escolar.

Art. 2º - A Mobilização Nacional contra o Analfabetismo terá como objetivo principal convocar todos os brasileiros que tiveram o privilégio de estudar para cooperar na promoção de:

I - escolarização de todas as crianças de 7 a 11 anos, mediante a extensão da rede escolar primária e o aprimoramento dos métodos de ensino elementar, através de convênios com os Estados e Municípios;

II - identificação de todos os jovens brasileiros analfabetos que, de 1961 a 1965, completem 14 e 18 anos, respectivamente, para matriculá-los em cursos de alfabetização;

III - atendimento subsidiário, na medida das possibilidades, da população adulta de mais de 18 anos.

Art. 3º - A Mobilização Nacional contra o analfabetismo será orientada por uma Comissão Supervisora, e sua execução caberá a uma Comissão Executiva.

Art. 4º A Comissão Supervisora da Mobilização Nacional contra o Analfabetismo, sob a direção suprema do Presidente da República e sob a vice-presidência do Ministro

da Educação e Cultura, será composta dos demais Ministros de Estado e representantes credenciados da Associação Brasileira de Imprensa, da Confederação Nacional da Indústria, da Confederação Nacional do Comércio, da Confederação Rural Brasileira, da Conferência Nacional dos Bispos, de Organizações Religiosas de caráter nacional, da Associação Brasileira de Municípios da União Nacional dos Estudantes, de Confederações Nacionais de Trabalhadores e da Confederação Brasileira de Desportos.

Art. 5º - As atividades da Campanha ficarão a cargo de uma Comissão Executiva, constituída dos Diretores do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, do Serviço de Estatística e Documentação, do Departamento de Administração e do Departamento Nacional de Educação, o qual será seu Coordenador geral e secretário da Comissão Supervisora.

Art. 6º - A execução da Mobilização Nacional contra o Analfabetismo, nos Estados e Municípios, caberá aos órgãos que a Comissão Executiva instituir, mediante convênios com autoridades locais, de acordo com o plano aprovado pela Comissão Supervisora.

Art. 7º - A Comissão Executiva nomeará, por proposta do Coordenador Geral, dois Secretários Executivos - um para a Campanha de Extensão da Escolaridade e outro para a Campanha de Alfabetização, bem como três Assessores, incumbidos, respectivamente, de:

a) coordenação técnica, encarregada da preparação do material didático e da apuração dos resultados alcançados;

b) coordenação de divulgação, encarregada de promover a mobilização da opinião pública para os objetivos visados pela Campanha de Extensão da Escolaridade e pela Campanha de Alfabetização.

c) coordenação financeira, encarregada da programação dos dispêndios e do controle das atividades da mobilização que importem em despesas.

Art. 8º - A Comissão Executiva contará com a colaboração de todos os órgãos públicos autárquicos e paraestatais, podendo requisitar servidores públicos civis para a execução dos trabalhos que compreender.

Art. 9º - As estações de radiodifusão e outros órgãos de publicidade, pertencentes à União, manterão programas de incentivo à Mobilização Nacional contra o Analfabetismo, projetadas de acordo com a Comissão Executiva, que também procurará obter a colaboração de órgãos de imprensa e radiodifusão particulares.

Art. 10 - Os recursos da Mobilização serão os do Fundo Nacional de ensino Primário - excluída a quota destinada ao aperfeiçoamento do magistério que continuará a cargo do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos - e os das Campanhas referidas no Art. 1º deste Decreto, além dos recursos que os Poderes Públicos e as entidades privadas venham a destinar-lhe.

Art. 11 - As obrigações do artigo 168, Inciso III da Constituição serão cumpridas

mediante acordo das empresas industriais e comerciais com os órgãos responsáveis pela execução da Campanha, no âmbito estadual e municipal.

Art. 12 - A rede escolar pública de todo o país destinará o máximo de espaço de suas instalações para o funcionamento dos cursos noturnos instalados pela Mobilização e iguais facilidades serão asseguradas por todos os órgãos públicos, na medida das disponibilidades.

Art. 13 - O Coordenador Geral iniciará as atividades da Campanha em todo o país, 30 (trinta) dias após a publicação deste Decreto, apresentando ao fim de 60 (sessenta) dias, para aprovação da Comissão Supervisora, o Plano Quinquenal de Extensão da Escolaridade.

Art. 14 - O pessoal administrativo e técnico da Mobilização Nacional contra o Analfabetismo será recrutado dentre o pessoal das Campanhas referidas no art. 1º, mediante requisição ou através de contratos que se regerão pela legislação trabalhista.

Art. 15 - Serão instituídos o Registro Mérito, medalhas e menções especiais, com o fim de agraciar todos quanto se distinguirem por trabalhos excepcionais às atividade da Mobilização Nacional contra o Analfabetismo.

Art. 16 - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília (DF), 22 de agosto de 1961, 140º da Independência e 73º da República.

JÂNIO QUADROS

Oscar Pedroso Horta

Sylvio Heck

Odylio Denys

Afonso Arinos de Mello Franco

Clemente Mariani

Clovis Pestana

Romero Costa

Brígido Tinoco

Castro Neves

Gabriel Grun Moss

Cattete Pinheiro

Arthur Bernardes Filho

João Agripino

ANEXO 4

**Senado Federal
Subsecretaria de Informações****DECRETO Nº 51.470, DE-22 DE MAIO DE 1962.**

Institui no Ministério da Educação e Cultura, como serviço em regime especial de financiamento para o desenvolvimento social e econômico, a Mobilização Nacional Contra o Analfabetismo e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA E O CONSELHO DE MINISTROS, usando das atribuições que lhes confere o art. 1º do Ato Adicional,

DECRETAM:

Art. 1º Fica instituída, no Ministério da Educação e Cultura, como serviço em regime especial de financiamento para o desenvolvimento social e econômico, a Mobilização Nacional Contra o Analfabetismo.

Parágrafo único. A Mobilização Nacional Contra o Analfabetismo incorpora os serviços de Campanhas de Educação de Adultos, de Educação Rural, de Construção de Prédios Escolares, de Extensão da Escolaridade e Educação Complementar, de Erradicação do Analfabetismo e de Merenda Escolar.

Art. 2º A Mobilização Contra o Analfabetismo terá como objetivo principal convocar todos os brasileiros que tiverem o privilégio de estudar, para cooperar na promoção de:

I - escolarização de todas as crianças de sete e onze anos, mediante o provimento e a ampliação da rede escolar primária e o aprimoramento dos métodos de ensino elementar, através de convênios com Estados, Municípios e entidades públicas ou privadas que se dediquem a tarefas da educação;

II - identificação de todos os jovens analfabetos, de 12 a 21 anos;

III - instalação e manutenção de cursos de alfabetização para jovens entre 12 e 21 anos;

IV - atendimento subsidiário na medida das possibilidades, da população adulta e mais de 21 anos.

Art. 3º A Mobilização Nacional Contra o Analfabetismo será orientado por um

Conselho, cabendo sua execução e uma Comissão Executiva.

Art. 4º O Conselho da Mobilização Nacional Contra o Analfabetismo, sob a supervisão do Presidente da República, será composto dos membros do Conselho de Ministros, dos Governadores dos Estados que dele concordarem em participar, do Prefeito do Distrito federal e dos Presidentes da Conferência Nacional dos Bispos, da Confederação Nacional da Indústria, da Confederação Nacional do Comércio, da Confederação Rural Brasileira, da Associação Brasileira de Imprensa, da União Nacional dos Estudantes, da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria e da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Comércio.

§ 1º A presidência do Conselho da Mobilização caberá ao Presidente do Conselho de Ministros e vice-presidência ao Ministro da Educação e Cultura.

§ 2º Os Governadores dos Estados e os Presidentes dos organismos a que se refere este artigo poderão fazer-se representar nas reuniões do Conselho a que não possam comparecer.

§ 3º Sempre que o Presidente da República comparecer às sessões do Conselho, caber-lhe-á a presidência dos trabalhos.

Art. 5º A Comissão Executiva será constituída do Ministro da Educação e Cultura, do Superintendente da SUDENE, dos Diretores do Departamento Nacional de Educação, do Instituto Nacional de Estudos e Pedagógicos e do Serviço de Estatística do Ministério da Educação e Cultura além de três técnicos designados pelo Ministro da Educação e Cultura.

Parágrafo único. A presidência e a vice-presidência da Comissão Executiva caberão, respectivamente, ao Ministro da Educação e Cultura e ao Diretor do Departamento Nacional de Educação.

Art. 6º O Conselho da Mobilização Nacional Contra o Analfabetismo será o órgão de supervisão e orientação da campanha, cabendo-lhe, inclusive, aprovar os planos gerais ou regionais elaborados pela Comissão Executiva.

Art. 7º A Comissão Executiva será o órgão de planejamento e execução de todas as atividades da Mobilização Nacional Contra o Analfabetismo, de acordo com o previsto neste Decreto e nas instituições que baixar.

Art. 8º A execução da Mobilização Nacional Contra o Analfabetismo nos Estados, Territórios e Distrito Federal caberá a comissões designadas pelo Ministro de Estado da Educação e Cultura e será realizada, de preferência, mediante convênio com os governos estaduais e municipais, bem assim com entidades públicas ou privadas e órgãos regionais, de acordo com planos elaborados pela Comissão Executiva.

Art. 9º No planejamento e execução da Campanha Contra o Analfabetismo, a Comissão Executiva poderá dividir o território nacional em regiões.

§ 1º Na hipótese deste artigo, as deliberações do Conselho da Mobilização Nacional Contra o Analfabetismo poderão ser tomadas com a presença dos Governadores da Região e dos demais membros que compõem o dito Conselho.

§ 2º Em cada Estado, os Municípios poderão ser agrupados por regiões, cabendo então, a execução, da Campanha a comissões regionais.

§ 3º Poderão ser organizadas, ainda, Comissões Municipais.

Art. 10. O Ministro da Educação e Cultura poderá designar, dentre os membros da Comissão Executiva, um Coordenador Geral das atividades da Mobilização. Designará, ainda, um Secretário-Geral para o Conselho e a Comissão Executiva, bem assim três Secretários, um para a campanha de alfabetização, outro para a campanha de extensão da escolaridade e, finalmente, outro para a campanha de construção escolar. Poderá, outrossim, designar assessores em número necessário para atender a:

a) Coordenação técnica, encarregada da preparação do material didático e apuração dos resultados alcançados;

b) Coordenação de divulgação encarregada de promover a mobilização da opinião pública para os objetivos visados pela campanha da extensão da escolaridade e pela campanha de alfabetização;

c) Coordenação financeira, encarregada da programação dos dispêndios e do controle das atividades da Mobilização que importem em dispensas.

Art. 11. A Comissão Executiva contará com a colaboração de todos os órgãos públicos, autárquicos e para estatais, podendo requisitar servidores públicos civis militares para a execução dos trabalhos que empreender.

Art. 12. As estações de radiodifusão e outros órgãos de Publicidade pertencentes à União manterão programa de incentivo à Mobilização Nacional Contra o Analfabetismo, projetados de acordo com a Comissão Executiva, que também procurará obter a colaboração de órgãos de imprensa e radiodifusão particulares.

Parágrafo único. As estações de radiodifusão e de televisão, para gozarem de qualquer favor público, deverão apresentar prova de que colaborarão na campanha de Mobilização Contra o Analfabetismo.

Art. 13. Os recursos da Mobilização serão os do Fundo Nacional de Ensino Primário - excluída a cota destinada ao aperfeiçoamento do magistério, que continuará a cargo do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos - e os das campanhas referidas no artigo 1º deste Decreto, além daqueles que forem destinadas pelos Poderes Públicos, Autarquias, Sociedades de Economia Mista, órgãos regionais e entidades privadas, ou resultarem de financiamentos, públicos ou privadas, internos ou externos.

Art. 14. A rede escolar pública de todos o País, inclusive do Ensino Superior, destinará o máximo de espaço de suas instalações para o funcionamento dos

cursos noturnos instalados pela Mobilização. Iguais facilidades serão assegurados por todos os órgãos públicos, na medida das disponibilidades.

Art. 15. O Pessoal administrativo e técnico da Mobilização Nacional Contra o Analfabetismo será recrutado de preferência, dentre o pessoal das Campanhas referidas no artigo 1º, mediante requisição ou através de contratos que se regerão pela legislação trabalhista.

Art. 16. A Comissão Executiva iniciará as atividades da Mobilização, em todo o País, dentro de trinta dias após a aprovação do plano piloto da Campanha pelo Conselho de Mobilização.

Parágrafo único. A Critério da Comissão Executiva do Conselho, o planejamento e a excussão da Campanha poderão ser feitos parceladamente, por região.

Art. 17. Serão instituídos o Registro Mérito, medalhas e menções especiais, com o fim de agraciar todos os quantos se distinguirem por trabalhos excepcionais às atividades da Mobilização Nacional Contra o Analfabetismo.

Art. 18. A Comissão Executiva expedirá instruções para o planejamento e execução das atividades da Mobilização Contra o Analfabetismo.

Art. 19. Os atuais Centros Pilotos de Erradicação do Analfabetismo serão transformados em centros Regionais de Treinamento de Professores de ensino primário.

Art. 20. Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário, inclusive o Decreto nº 51.222, de 22 de julho de 1961.

Brasília, em 22 de maio de 1962; 141º da Independência e 74º da República.

JOÃO GOULART

Tancredo Neves

Antonio de Oliveira Brito

Ângelo Nolasco

André Franco Montoro

Walter Moreira Salles

Armando Monteiro

Clovis M. Travassos

Ulysses Guimarães

Virgílio Távora

Souto Maior

ANEXO 5

LEI PROMULGADA Nº 762, de 05 de outubro de 1961

Procedência: Governamental
Natureza: PL 330/61
DA. 731 de 19/10/61
Fonte: ALESC/Div. Documentação

Aprova termo de acordo.

O DEPUTADO JOÃO ESTIVALET PIRES PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de conformidade com o disposto no art. 31, combinado com o inciso X art. 22 da Constituição do Estado, faz saber que a Assembléia Legislativa decretou e eu promulgo a seguinte Lei:

Art.1º Fica aprovado o termo de acordo de colaboração e assistência técnica entre o Governo do Estado de Santa Catarina e o Ministério da Educação e Cultura, para a realização do Plano Piloto de erradicação do analfabetismo no município de Joinville.

Art.2º É do seguinte teor o termo de acordo referido no art. 1º: Aos vinte e quatro dias do mês de julho do ano de mil novecentos e sessenta e um, o Ministério da Educação e Cultura, representado por seu titular, professor Brígido Tinoco e o Governo do Estado de Santa Catarina, representado por seu Governador, Sr. Celso Ramos, resolvem estabelecer o seguinte acordo de colaboração e assistência, tendo em vista a realização do Plano Piloto da Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo no município de Joinville, de acordo com o que foi fixado no item 36.00 do Plano de Aplicação dos recursos da supra mencionada Campanha (verba 3-1-07-5 do orçamento do Ministério da Educação e Cultura para o ano de 1960) devidamente aprovado pelo Exmo. Sr. Presidente da República, a 5 de abril de 1960 (proc. PR 14.671/60):

I

O Governo do Estado de Santa Catarina, permitirá:

- a) - a experimentação de novos métodos de trabalho e ensino nas escolas municipais do município de Joinville, escolhido pelo Ministério da Educação e Cultura, como capaz de servir de base à aplicação do Plano Piloto da Região Sul do País;
- b) - a utilização dos prédios escolares pertencentes ao município, para os fins educacionais da Campanha;
- c) - a instalação de novas escolas em prédios próprios ou em caráter de emergência, no mencionado município, a fim de escolarizar toda a população de 7 a 11 anos que ainda não é atendida pelo sistema escolar existente;
- d) - a instalação de classes de emergência para atender, quer nas escolas já existentes, quer em outros locais apropriados, a população de 12 a 14 anos, que não teve oportunidade de ensino;

e) - o desenvolvimento do programa experimental, intensivo, de alfabetização e educação econômica, social e cívica de adolescentes e adultos.

II

A Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo, de acordo com o Plano já mencionado no preâmbulo deste Acordo e nos termos do decreto nº 47.251, de 17 de novembro de 1959, se responsabilizará por toda e qualquer despesa relativa à benfeitorias e melhorias de instalações e à aquisição de material, consideradas necessárias à experiência e ao bom êxito dos trabalhos.

III

A Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo se responsabilizará, igualmente, pelos ônus relativos à gratificação de pessoal por serviços extraordinários, a trabalhos realizados por técnicos contratados para fim em vista, bem como pelos gastos com aperfeiçoamento do pessoal em exercícios nas escolas municipais de Joinville.

IV

O Governo do Estado de Santa Catarina ouvirá sempre, no decurso do prazo do presente acordo, a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo, para a admissão de novos professores para aquele município.

V

Para o efeito dos benefícios locais da execução do presente Acordo, é entendido que o Governo do Estado de Santa Catarina fará cumprir fielmente o disposto no art. 169 da Constituição da República, no que diz respeito à obrigação de o município aplicar, pelo menos, 20% (vinte por cento) da renda resultante dos impostos municipais na manutenção e desenvolvimento do Ensino.

VI

Caberá à Campanha Nacional da Erradicação do Analfabetismo a responsabilidade de orientação e direção do sistema escolar de Joinville, para o fim de ordenação das matrículas e promoções e do melhor aproveitamento didático, não ficando os alunos sujeitos ao regime de promoção das escolas do Estado de Santa Catarina, embora para a obtenção de certificado, a Secretaria de Educação e Cultura possa fazer submetê-los a exames de conclusão do curso primário.

VII

Os casos omissos serão resolvidos de comum acordo, pela Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Santa Catarina e pelo Coordenador da Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo.

VIII

Anualmente a Coordenação da Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo apresentará à Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Santa Catarina, exposição escrita, circunstada, das experiências feitas e dos resultados alcançados, em outros municípios.

IX

O presente Acordo terá a duração de um ano, a contar da data de sua assinatura, podendo ser renovado, se assim o solicitar a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo e concordar o Governo do Estado de Santa Catarina.

X

Nos exercícios subsequentes ao de 1961, as despesas da Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo no município de Joinville, correrão por conta das dotações orçamentárias do Ministério de Educação e Cultura,

destinadas à referida Campanha na forma dos planos de aplicação aprovados pelo Poder Executivo da União.

XI

À medida do possível e de acordo com o que é estabelecido na cláusula V deste, o Governo do Estado de Santa Catarina assumirá progressivamente a responsabilidade em manutenção das escolas que a Campanha Nacional de Erradicação e Analfabetismo instalar no município de Joinville.

CONCLUSÃO

E por assim terem acordado, lavrou-se em quatro vias, este termo que é assinado pelas partes interessadas.

Brasília, 24 de julho de 1961. a) BRIGIDO TINOCO – pelo Ministério da Educação e Cultura. – CELSO RAMOS – pelo Governo do Estado de Santa Catarina.”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, em Florianópolis, 05 de outubro de 1961

JOÃO ESTIVALET PIRES

Presidente

ANEXO 6

DECRETO Nº 51.867, DE 26 DE MARÇO DE 1963.

Extingue, no Ministério da Educação e Cultura, as Campanhas que menciona.

O **PRESIDENTE DA REPUBLICA**, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição,

CONSIDERANDO que a Lei número 4.024, de 20 de dezembro de 1961 (Diretrizes e Bases da Educação Nacional), descentralizou a administração da educação e do ensino primário e médio, atribuindo-a aos Estados e ao Distrito Federal;

CONSIDERANDO que o Plano Nacional e o Plano Trienal de Educação reservaram aos Estados e ao Distrito Federal os recursos que possibilitam a descentralização determinada na Lei;

CONSIDERANDO que, à vista da transferência dessas obrigações executivas para as diferentes unidades da Federação ficaram sem finalidade as Campanhas que as desempenhavam no Ministério da Educação e Cultura;

CONSIDERANDO que a dispersão de recursos e atividades entre várias Campanhas de objetivos semelhantes é prejudicial ao seu rendimento;

CONSIDERANDO que as tarefas dessas Campanhas não cessam, mas passam a ser exercida pela forma e pelos órgãos decorrentes do Plano Trienal de Educação,

DECRETA:

Art. 1º Ficam extintas, no Ministério da Educação e Cultura, a Mobilização Nacional Contra o Analfabetismo, a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos, a Campanha Nacional de Educação Rural, a Campanha de Erradicação do Analfabetismo, vinculadas ao Departamento Nacional de Educação, a Campanha de Construções e Equipamentos Escolares e a Campanha de Aperfeiçoamento do Magistério Primário e Normal, vinculadas ao Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.

Art. 2º O Diretor Geral do Departamento Nacional de Educação e o Diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos providenciarão, dentro do prazo de trinta dias, sobre a destinação do acervo material, dessas Campanhas existentes nos Estados e no Distrito Federal, e do mesmo modo o aproveitamento do pessoal estável, tendo em vista, da preferência, a cooperação que, em matéria de educação, a União poderá prestar aos Estados, por meio de convênios.

Art. 3º Ao final de quinze dias, a partir da data da publicação deste decreto, as autoridades citadas no artigo anterior apresentarão ao Ministério da Educação e Cultura o balanço da movimentação de recursos das respectivas Campanhas, a até 31 de dezembro do corrente ano a sua prestação de contas final.

Art. 4º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 26 de março de 1963; 142º da Independência e 75º da Republica.

JOÃO GOULART

Theotônio Monteiro de Barros Filho

Publicado no DOU de 27.03.1963